

Governo do Estado

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual

2008-2011



Exercício - 2011

Governo do Estado

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual

2008-2011



Exercício - 2011

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Roseana Sarney Murad - Governadora

Joaquim Washington Luiz de Oliveira - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Fábio Gondim Pereira da Costa – Secretário

Antônio José Chatack Carmelo – Subsecretário

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Márcio Bastos Medeiros – Secretário-Adjunto de Planejamento e Orçamento

Nilo Sérgio de Carvalho Pereira – Gestor do Sistema de Planejamento e Orçamento

Carlos Januário Vargas de Sousa e de Oliveira – Superintendente de Normas

Paulo Eduardo Pacheco Cardoso Ronchi – Superintendente de Assuntos Fiscais

Marco Aurélio de Sousa Martins - Superintendente de Gestão de Planos e de Orçamentos

Maria da Graça Gomes Ximenes Aragão – Superintendente de Programas

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Henrique Santos Lopes de Aguiar

EQUIPE TÉCNICA

Arlete Silva Serra

Cleonice Serra Fróes

Cristiane Assunção Martins Oliveira

Daniela Duailibe Barros Rêgo

Domingos José Carneiro Neto

Jacksson dos Santos Periera

Marcelo A. Duailibe Barros
Paulo da Costa Carioca
Paulo Raphael da Cunha Silva
Pedro Lucas de A. de F. Ribeiro
Tânia Maria Macatrão Costa

EDITORAÇÃO

Maria da Conceição Lima Silva

COLABORAÇÃO

Secretarias de Estado Setoriais e Vinculadas

Av. Jerônimo de Albuquerque s/n Ed. Clodomir Millet – 6º Andar – Calhau
Cep: 65074-220 – São Luís - Maranhão
Fone: (98) 3218-3229 – Fax: 3227-5591
Site: www.seplan.ma.gov.br

Maranhão, Governo do Estado, Secretaria de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão
Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 –
2011/Exercício - 2011
220p

GOVERNO DO ESTADO**ROSEANA SARNEY MURAD**

Governadora

JOAQUIM WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA

Vice-Governador

SECRETÁRIOS DE ESTADO**LUÍS FERNANDO MOURA DA SILVA**

Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARIA HELENA DE OLIVEIRA COSTA

Auditora-Geral do Estado

HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL

Procuradora-Geral do Estado

SILVIA MARIA FRAZÃO DE SOUZA

Corregedora-Geral do Estado

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTASecretário de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão**JOÃO BERNARDO AZEVEDO BRINGEL**

Secretário de Estado da Educação

JOSÉ MAX PEREIRA BARROS

Secretário de Estado da Infraestrutura

CLÁUDIO DONISETE AZEVEDOSecretário de Estado da Agricultura, Pecuária e
Pesca**ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO**

Secretário de Estado da Segurança Pública

PEDRO FERNANDES RIBEIROSecretário de Estado das Cidades e
Desenvolvimento Urbano**JURANDIR FERRO DO LAGO FILHO**

Secretário de Estado do Turismo

RICARDO JORGE MURAD

Secretário de Estado da Saúde

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ MAURÍCIO DE MACEDO SANTOSSecretário de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio**CONCEIÇÃO DE MARIA CARVALHO DE ANDRADE**Secretária de Estado do Desenvolvimento
Agrário e Agricultura Familiar**JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY**Secretário de Estado do Trabalho e da Economia
Solidária**CATHARINA NUNES BACELAR**

Secretária de Estado da Mulher

FRANCISCO DE ASSIS CASTRO GOMES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social

OLGA MARIA LENZA SIMÃOSecretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e
Ensino Superior**LUIZ HENRIQUE DE NAZARÉ BULCÃO**

Secretário de Estado da Cultura

JOAQUIM ELIAS NAGIB PINTO HAICKEL

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

SÉRGIO ANTONIO MESQUITA MACEDO

Secretário de Estado da Comunicação Social

LUIZA DE FÁTIMA AMORIM OLIVEIRASecretária de Estado dos Direitos Humanos e
Cidadania**SÉRGIO VICTOR TAMER**Secretário de Estado da Justiça e da
Administração Penitenciária

CARLOS VICTOR GUTERRES MENDES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e
Recursos Naturais

HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO
Secretário de Estado de Assuntos Políticos

MARCO ANDRÉ CAMPOS
Secretário de Estado Extraordinário da Juventude

CARLOS ALBERTO FRANCO DE ALMEIDA
Secretário de Estado Extraordinário de Assuntos
Estratégicos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FILHO
Secretário de Estado Extraordinário de
Articulação Institucional

LUÍS RICARDO SOUSA GUTERRES
Secretaria de Estado de Minas e Energia

CLAUDETT DE JESUS RIBEIRO
Secretária de Estado Extraordinária da Igualdade
Racial

JOÃO ALBERTO DE SOUZA
Secretário de Estado Chefe da Assessoria de
Programas Especiais

Cel.QOPM JOSÉ DE RIBAMAR VIEIRA
Secretário de Estado Chefe do Gabinete Militar

ERNANE CÉSAR SARNEY COSTA
Secretário de Estado Chefe do Gabinete do
Governador

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 - CONTEXTO MACROECONÔMICO	10
1.1 - Situação Econômica do Maranhão	11
2 - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	39
2.1 - Metodologia de Avaliação e Elaboração do Relatório - Exercício 2011	40
3 - AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS - Exercício 2011	42
4 - CONCLUSÃO	208

APRESENTAÇÃO

Em atenção à Lei 8.733 de 21 de dezembro de 2007, a Governadora do Estado do Maranhão, encaminha à Egrégia Assembleia Legislativa o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 - PPA.

Este relatório tem por objetivo apresentar a avaliação dos 55 programas finalísticos do Plano Plurianual, os quais apresentam maior potencial de impacto e relevância para a sociedade, levando-se em consideração os conceitos de público-alvo, eficiência, eficácia, efetividade, consistência, suficiência e pertinência dos programas.

O documento contém uma análise econômica do ano de 2011, e apresenta também, a metodologia de avaliação e os dados físico-financeiros dos programas, seguidos de breve conclusão.

Destacam-se, na conclusão, os resultados obtidos durante o ciclo do PPA 2008-2011.

1. CONTEXTO MACROECONÔMICO

As oscilações dos indicadores econômicos nos centros financeiros do mundo impactaram negativamente as demais economias. Foi isso que aconteceu com o Brasil, durante a recente crise financeira mundial. As consequências mais perversas foram sentidas a partir de 2009, sendo que a principal delas foi o resultado negativo do Produto Interno Bruto (PIB).

Em contrapartida, os bons números da economia brasileira em 2010 foram consequência de uma recuperação rápida seus principais indicadores macroeconômicos. Fomos um dos últimos países a entrar e um dos primeiros a sair da crise. A principal razão para tal, foi o bom dinamismo do mercado interno brasileiro. Apesar de crescer sobre uma base fraca (2009), calcula-se que o PIB de 2010 atingiu um patamar elevado de crescimento, 7,5%.

O ano de 2011 foi marcado mundialmente por um clima de tensão e incerteza em torno do desempenho das economias da Europa e dos Estados Unidos. Decerto, havendo um desdobramento da crise financeira de 2008, tanto o Brasil quanto o Maranhão possivelmente continuarão a sentir seus efeitos.

No âmbito estadual, os canais principais por onde a crise poderá adentrar no Estado são: a contração do crédito ao consumo e/ou investimentos; a oscilação dos preços das *commodities*, bem como o arrefecimento da demanda por estes produtos. Além destes, vale destacar que, havendo uma piora das finanças públicas do Governo Federal, os Estados e Municípios sofrerão com a queda no volume de recursos provenientes dos repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Diante desta conjuntura, o Banco Central do Brasil iniciou, já em 2011, uma série de cortes na taxa básica de juros da economia, apesar da economia nacional apresentar pressões inflacionárias que surgiram como reflexo da política econômica expansionista de 2010. O objetivo é evitar os possíveis efeitos negativos advindos de uma crise externa. Além disso, o Governo Federal reduziu impostos para produtos chamados “linha branca” (eletrodomésticos). Desta forma, a União vem tentando impedir o aumento do custo do crédito, mantendo um bom volume de investimentos que, em última análise, geram emprego e renda para toda a população.

Apesar da crise econômica mundial, tanto o Brasil quanto o Maranhão vêm melhorando seus desempenhos no que diz respeito aos principais indicadores econômicos. Dessa forma, medidas de estímulo ao mercado interno são de grande valia em momentos onde o cenário externo não é favorável.

1.1 - Situação Econômica do Maranhão

1.1.1 Agropecuária

O Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA) nos permite demonstrar como foi o comportamento das principais culturas produzidas no Maranhão, no Nordeste e no Brasil entre os meses de janeiro e novembro de 2010 comparado ao mesmo período de 2011, e entre eles. Pode-se observar, na **Tabela 1**, os números acerca da área plantada, colhida e do rendimento referente ao Estado.

Tabela 1 – Produção, Área Plantada, Área Colhida e Rendimento das Principais Culturas do Estado do Maranhão

Produto	Período	Área		Produção (Mil Ton)	Rendimento (Kg/Ha)	Produção Brasil (Mil Ton)	Produção Nordeste (Mil Ton)	Produção	
		Plantada (Ha)	Colhida (Ha)					MA/BRA	MA/NE
Algodão	2010 (a)	13.030	13.030	43	3.289	2.931	1.065	1,5%	4,0%
	2011 (b)	16.755	16.755	61	3.665	5.060	1.708	1,2%	3,6%
	b/a	28,6	28,6	43,3	11,4	72,7	60,3	-	-
Arroz	2010 (a)	481.544	476.255	590	1.239	11.309	890	5,2%	66,2%
	2011 (b)	469.052	469.052	708	1.509	13.457	1.171	5,3%	60,5%
	b/a	-2,6	-1,5	20,0	21,8	19,0	31,5	-	-
Cana-de-açúcar	2010 (a)	55.286	50.477	3.177	62.930	719.157	69.255	0,4%	4,6%
	2011 (b)	48.533	48.533	2.794	57.574	651.629	73.669	0,4%	3,8%
	b/a	-12,2	-3,9	-12,0	-8,5	-9,4	6,4	-	-
Feijão ¹	2010 (a)	39.217	39.217	16	396	1.523	265	1,0%	5,8%
	2011 (b)	40.982	40.982	17	417	1.975	613	0,9%	2,8%
	b/a	4,5	4,5	10,1	5,3	29,6	130,8	-	-
Feijão ²	2010 (a)	44.845	44.845	22	488	1.205	332	1,8%	6,6%
	2011 (b)	49.731	49.731	26	521	1.119	233	2,3%	11,1%
	b/a	10,9	10,9	18,4	6,8	-7,1	-29,9	-	-
Mandioca	2010 (a)	380.923	210.042	1.541	7.335	24.354	8.127	6,3%	19,0%
	2011 (b)	207.554	207.554	1.777	8.563	26.190	8.276	6,8%	21,5%
	b/a	-45,5	-1,2	15,4	16,7	7,5	1,8	-	-
Milho ¹	2010 (a)	380.974	373.646	533	1.425	33.099	2.718	1,6%	19,6%
	2011 (b)	371.822	371.822	580	1.560	34.129	4.249	1,7%	13,6%
	b/a	-2,4	-0,5	8,9	9,5	3,1	56,3	-	-
Soja	2010 (a)	495.756	494.236	1.322	2.676	68.519	5.304	1,9%	24,9%
	2011 (b)	530.389	530.389	1.571	2.962	74.838	6.230	2,1%	25,2%
	b/a	7,0	7,3	18,8	10,7	9,2	17,5	-	-

Fonte: LSPA/IBGE - Acumulado de Janeiro a Novembro

¹ Primeira safra² Segunda safra

Diante desses dados, pode-se inferir que, em relação à produção, com exceção da cana-de-açúcar, todos os produtos relatados apresentaram variação positiva. O crescimento mais significativo foi o do **algodão**, 43,3%. Tais resultados podem ser atribuídos aos bons preços praticados no mercado, bem como ao impulso vindo da plantação no sul do Estado e do acréscimo da área plantada e colhida.

O segundo maior aumento foi o do **arroz**, 20,0%. Apesar de apresentar variação negativa quanto à área plantada e colhida (-2,6% e -1,5%, respectivamente), o arroz obteve incremento no seu rendimento em 21,8%, acima do percentual que fora observado na quantidade produzida. Em termos de participação na produção do país, o arroz maranhense contribui com 5,3% de toda a produção até novembro de 2011. Quando a relação é feita com o nordeste, este percentual se eleva para 60,5%.

Ainda no que tange à produção, o **feijão** (1ª e 2ª safras) variou significativamente na segunda safra, +18,4%, resultado do incremento da área plantada (10,9%) e colhida (10,9%). O feijão apresentou elevação de 6,8% no seu rendimento.

O **milho** (1ª safra) teve resultados de área plantada e colhida, produção e rendimento, respectivamente, de: -2,4%, -0,5%, 8,9% e 9,5%. Nota-se que, mesmo com a redução em termos de área, a produção se elevou em virtude do aumento da produtividade.

Outra cultura que apresentou forte expansão foi a **soja**. Sua produção variou positivamente em 18,8%, explicada, em parte, pelo incremento de 7,0% e 7,3% da área plantada e colhida, respectivamente. O rendimento variou positivamente em 10,7%. Fato interessante foi registrado em relação à produção de **mandioca**. Apesar de ter sua área

plantada reduzida em 45,5%, apresentou crescimento de 15,4%, aumentando seu rendimento em 16,7%. Em termos de participação na produção do Brasil e do nordeste, a mandioca produzida no Maranhão representa de 6,8% e 21,5% do total, respectivamente.

Tabela 2 - Número de animais abatidos do rebanho bovino do Maranhão - Em número de cabeças no período 2007-2011

Trimestres	2007		2008		2009		2010		2011	
	MA	BR	MA	BR	MA	BR	MA	BR	MA	BR
janeiro-março	200.239	7.957.028	191.655	7.249.416	181.116	6.489.534	137.645	7.083.634	163.729	7.103.119
abril-junho	176.714	7.744.271	193.589	7.618.908	164.787	6.899.900	145.498	7.595.256	161.521	7.065.476
julho-setembro	190.822	7.625.479	203.771	7.144.302	183.695	7.203.556	157.274	7.403.827	174.085	7.284.262
Total¹	567.775	23.326.778	589.015	22.012.626	529.598	20.592.990	440.417	22.082.717	499.335	21.452.857
Cres. do total até	-		2008/2007		2009/2008		2010/2009		2011/2010	
Setembro. (%)	-		3,74		-10,09		-16,84		13,38	

Fonte: IBGE

¹ Acumulado até setembro

No que diz respeito à pecuária, a **Tabela 2** mostra que o número de animais abatidos¹ no Estado cresceu 13,38%, passando de 440.417 cabeças em 2010 para 499.335 em 2011. É uma atividade de grande relevância para o Maranhão, haja vista seu grande potencial no que diz respeito à criação de animais. Em termos de participação no total do rebanho nacional, o rebanho maranhense atinge 2,33%.

¹ Somente rebanho bovino: bois, vacas, novilhos, novilhas, vitelos e vitelas. Cabe lembrar que os dados divulgados são oriundos de estabelecimentos que estão sob a inspeção sanitária federal, estadual ou municipal.

Em suma, as principais culturas exibidas na **Tabela 1²**, apresentam-se com resultados satisfatórios, exibindo crescimento relevante da produção. Este aumento também refletiu positivamente no mercado de trabalho do setor agropecuário, que será visto adiante.

Portanto, em relação à safra anterior, os resultados são animadores. Importante destacar que, muito embora não seja este setor (primário) o que mais adiciona valor ao PIB, contribui sobremaneira para o sustento de milhares de maranhenses, principalmente no interior do Estado.

1.1.2 Indústria

➤ Extrativa Mineral

As principais indústrias extrativistas do Estado são a VALE e a ALUMAR, fato que já se repete há alguns anos. A produção dessas empresas, destinada primordialmente para o mercado externo, concentra-se na extração de minério de ferro e alumínio. Em 2011, essa realidade não se alterou. A VALE, por exemplo, é a principal exportadora do Maranhão, com participação de 27,5% no período de janeiro a novembro de 2011, em relação ao total exportado. Apesar número expressivo, sua presença em termos de produção reduziu-se em 44,4% se comparado com o mesmo período de 2010, quando sua participação atingiu 52,4%. Os dados do sistema RAIS/CAGED para 2011 (janeiro-novembro) mostram decréscimo de 48,7% no saldo de contratações líquidas quando comparado com o mesmo período de 2010. Em valores absolutos, o saldo diminuiu de 261 para 134 postos de trabalho.

² De janeiro a novembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

⇒ Indústria de Transformação

A indústria de transformação registrou em 2011 uma redução no seu nível de atividades. Segundo o sistema RAIS/CAGED, houve uma redução de -15,4% no saldo de contratações líquidas durante o período de janeiro a novembro, em relação ao ano anterior. Foram 2.939 postos líquidos em 2011 contra 3.474 em 2010. Dentre os segmentos que contribuíram para esta queda estão: indústria de bebidas, têxtil e vestuário, madeira e mobiliários, mecânica, entre outros. Importante também salientar a diminuição da produção de cana-de-açúcar/etanol.

Contudo, se verificando-se o resultado fechado de 2010 em comparação com o resultado até novembro do mesmo ano, pode-se observar uma redução de aproximadamente 27% nos postos de trabalho. O que significa que, não havendo uma tendência de queda no saldo líquido de contratações de novembro para dezembro, o resultado poderia ser satisfatório do ponto de vista de variações positivas nos saldos das contratações líquidas. No entanto, há uma tendência de queda - excetuando-se o ano de 2009 - de novembro para dezembro (em média, 37,0% de 2006 a 2010). Sendo assim, o ano para a indústria de transformação deverá apresentar um resultado inferior ao ano anterior, apesar dos bons números em termos de valores absolutos.

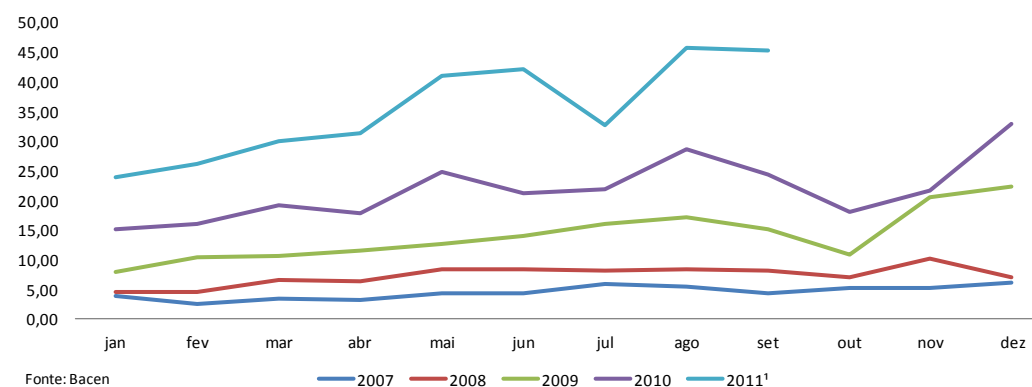
⇒ Construção Civil

Nos últimos anos, o setor de construção civil se tornou um dos grandes vetores de impulso à economia do Estado. Apresentou nítido crescimento e contribuiu para aquecer outras atividades agregadas, – móveis, materiais de construção, eletrodomésticos – dinamizando a economia e elevando a renda dos maranhenses.

Tabela 3 - Financiamentos para aquisição de imóveis no Maranhão, 2007/2011 - (Em R\$ Milhões)

Ano	2007	2008	2009	2010	Jan - Set	
					2010 ¹	2011 ¹
Valor (R\$ Milhões)	53,53	87,53	168,76	261,54	188,89	318,15
Variação	-	63,5%	92,8%	55,0%	-	68,4%

Fonte: Bacen

¹ Até Setembro**Gráfico 1 - Financiamentos para aquisição de imóveis no Maranhão, Janeiro de 2007 a Setembro de 2011 - (Em R\$ Milhões)**

Segundo os dados do BACEN/SBPE, em 2011, o volume de financiamentos para aquisição de imóveis (**Gráfico 1**) foi consideravelmente superior em comparação com o ano de 2010. Um olhar mais aprofundado revela o forte crescimento

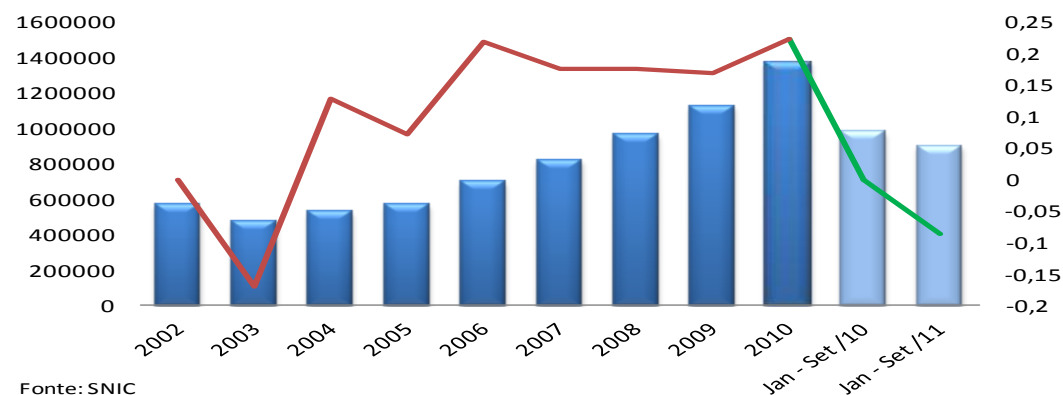
mantido desde 2007. Em termos percentuais, o setor apresenta taxa de crescimento geométrica de 69%. Na **Tabela 3** estão evidenciados os valores absolutos dos recursos para financiamento imobiliário de forma que, em 2007, o volume atingido foi de R\$ 53,5 milhões, passando para R\$ 318,2 milhões, apenas nos primeiros nove meses de 2011. Comparando com 2010, que havia registrado volume de R\$ 188,9 milhões, apresentou variação nominal positiva de 68,4%.

➔ Consumo Aparente de Cimento

Uma breve análise sobre o consumo aparente de cimento no Maranhão, **Tabela 4** e **Gráfico 2**, permite duas observações principais: a primeira diz respeito ao crescimento considerável que vem ocorrendo há pelo menos oito anos.

De 2002 a 2010, o consumo atingiu taxa geométrica de crescimento de 11,6%. O segundo ponto refere-se ao consumo de cimento nos primeiros nove meses de 2011, em relação ao mesmo período de 2010, observa-se um recuo de 11,0%, de 980.777 para 896.198 mil toneladas.

Ainda em relação a 2011, o consumo pode encerrar o ano abaixo do registrado em 2010, em virtude do que vem ocorrendo no acumulado até o mês de setembro. Mesmo assim, em termos absolutos, o resultado deverá ser positivo para o Estado. Vale ressaltar que este indicador acompanha bom desempenho do setor da construção civil, assim como o forte crescimento do volume de financiamentos para aquisição de imóveis.

Gráfico 2 - Consumo Aparente de Cimento³ no Maranhão, 2002/2011 - Em Mil Toneladas e variação percentual (Em %, Dir.)**Tabela 4 - Consumo Aparente de Cimento no Maranhão, 2002/2011 (Em Mil Toneladas) e Variação (Em %)**

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan - Set	
										2010	2011
Total (1000 t)	568.000	471.000	531.000	569.000	694.000	816.852	959.753	1.121.902	1.371.524	980.777	896.198
Variação	-	-17,1%	12,7%	7,2%	22,0%	17,7%	17,5%	16,9%	22,2%	-	-8,6%
Taxa Geométrica de Crescimento (2002 - 2010)										11,6%	

Fonte: SNIC

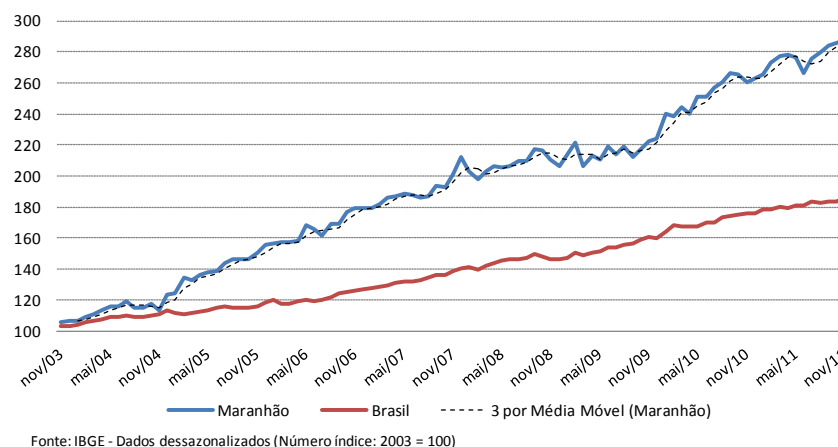
³ Extraído do site: <http://www.snic.org.br/25set1024/numerospag/numeros.asp?grafico=2>.

1.1.3 Comércio

⇒ Comércio Varejista

Os dados dessazonalizados do IBGE relativos ao comércio varejista mostram, conforme o **Gráfico 3**, que a partir de 2005 houve um distanciamento do crescimento do Maranhão em relação ao Brasil. O Estado obteve excelentes resultados (maior que o nacional) até 2008, antes da deflagração da crise financeira mundial. Ainda assim, recuperou-se e, já a partir do segundo semestre de 2009, retomou alinha de crescimento anterior. Os principais fatores para o bom desempenho foram os aumentos da massa de rendimentos do maranhense e da oferta de crédito.

Gráfico 3 – Volume de Vendas no Comércio Varejista no Maranhão, Nov/03 – Nov/11. Dados dessazonalizados (número índice: 2003 = 100)



Em 2011, se compararmos o volume de vendas de janeiro a novembro⁴, nota-se avanço em todos os períodos, com forte elevação em fevereiro, março, abril, maio e novembro (crescimento de 2 dígitos) e aumentos moderados nos demais meses (**Tabela 5**). Estas taxas foram maiores do que as registradas nas vendas no Brasil. Na média mensal do ano, houve variação positiva de 10,01%. No que se refere à média nacional, esta foi de 6,65% ao mês. Em termos de mercado de trabalho⁵, o comércio varejista emprega cerca de 81,0% da mão-de-obra, enquanto que o atacadista, cerca de 19,0%.

Portanto, considerando o volume de vendas nos últimos meses, principalmente em novembro, tem-se resultados animadores, visto a grande importância do setor na composição do PIB estadual.

Tabela 5 - Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista do Maranhão, Nov/10-Nov/11 (Número Índice: 2003=100)

Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior - Em % - (Série dessazonalizada).													
Esfera	nov/10	dez/10	jan/11	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11
Maranhão	17,11	17,11	10,76	14,43	13,76	15,78	10,04	5,85	7,12	7,60	6,60	7,75	10,44
Brasil	9,20	10,02	8,76	5,69	7,56	7,47	7,82	6,83	7,98	5,09	5,22	4,95	5,83

Fonte: IBGE - Número índice: 2003 = 100

⁴ Variação em relação ao mesmo mês no ano anterior (%).

⁵ Média dos dois últimos anos (RAIS/CAGED).

1.1.4 Comércio Exterior

Observando os dados da **Tabela 6**, referente ao setor externo maranhense, observamos que a corrente de comércio variou positivamente em 38,5%⁶. Isso demonstra o avanço do Estado, em termos de comércio com outros países, fato registrado ano após ano desde 1988, a exceção dos anos de 2003 e 2009 (crise financeira).

Tabela 6 - Evolução das Exportações, Importações, Saldo Comercial e Corrente de Comércio Exterior do Maranhão, no período 1998/2011 (Em US\$ Milhões FOB)

Ano	Exportação	% ao ano	Importação	% ao ano	Saldo Comercial	Corrente de Comércio	% ao ano
1998	636	-14,6	316	-23,4	319	952	91,8
1999	663	4,3	367	16,0	296	1.030	8,14
2000	758	14,4	485	32,2	273	1.243	20,73
2001	544	-28,2	831	71,2	-286	1.375	10,58
2002	652	19,8	869	4,6	-216	1.521	10,63
2003	740	13,4	662	-23,8	78	1.402	-7,85
2004	1.231	66,4	736	11,2	495	1.967	40,33
2005	1.501	21,9	1.157	57,2	344	2.658	35,13
2006	1.713	14,1	1.726	49,2	-13	3.439	29,38
2007	2.177	27,1	2.353	36,3	-176	4.530	31,75
2008	2.836	30,3	4.103	74,3	-1.266	6.939	53,17
2009	1.233	-56,5	1.993	-51,4	-761	3.226	-53,51
2010	2.920	136,9	3.817	91,5	-897	6.737	108,83
2011	3.047	4,3	6.281	64,6	-3.234	9.328	38,5

Fonte: MDIC/Alice Web

⁶ Na comparação entre o acumulado de janeiro a dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior (2010).

No que diz respeito ao saldo comercial, este vem apresentando seguidos déficits. Em 2011, registrou queda de US\$ -3.234,0 milhões FOB. Em relação a 2010, as exportações variaram positivamente em 4,3% e as importações se elevaram +64,6%. Em 2011, as exportações, importações e a corrente de comércio bateram recordes históricos no Estado, indicando um maior dinamismo da economia maranhense.

A retomada da exportação de ferro-gusa, a ampliação dos embarques de soja, produzidos na região de Balsas, da Alumina calcinada produzida na capital pela ALUMAR, aliado à elevação do preço das pelotas de minério de ferro e da entrada de ouro na pauta de exportações do Estado, explicam o bom resultado das exportações.

Na **Tabela 7** estão expostos os principais países e blocos econômicos de destino das nossas exportações em 2010 e 2011, bem como suas participações no total exportado. Em relação aos primeiros, os Estados Unidos figuram com 14,8% de participação.

Tabela 7 - Principais Países e Blocos Econômicos de Destinos das Exportações do Maranhão, em 2010 e 2011 - Valores em US\$ Milhões FOB

Países	2011		2010		Var. % 2011/10
	US\$ Milhões FOB	Part. %	US\$ Milhões FOB	Part. %	
Total das Exportações	3.047,1	100,0	2.920,3	100,0	5,9
Estados Unidos	449,9	14,8	251,1	8,6	79,2
China	340,2	11,2	537,7	18,4	-36,7
Japão	266,9	8,8	398,8	13,7	-33,1
Canadá	236,1	7,7	134,0	4,6	76,2
Espanha	226,9	7,4	226,9	7,8	0,0
Áustria	181,8	6,0	124,0	4,2	46,7
Argentina	161,2	5,3	86,8	3,0	85,6
Islândia	160,9	5,3	141,3	4,8	13,9
Coréia Do Sul	157,1	5,2	84,7	2,9	85,5
Noruega	148,7	4,9	21,7	0,7	585,7
Principais Blocos Econômicos					
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	807,8	26,5	1.112,9	38,1	-27,4
União Européia - UE	733,3	24,1	891,0	30,9	-17,7
Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	449,9	14,8	251,1	8,7	79,2
Associação Européia De Livre Comércio - Aelc	414,3	13,6	217,0	7,7	90,9
Canadá	236,1	7,7	134,0	4,1	76,2
Demais Blocos	405,6	13,3	314,2	10,5	29,1

Fonte: MDIC

Dentre as principais empresas exportadoras, o primeiro lugar em participação no total exportado em 2011 fica com a mineradora VALE S.A., com 27,3% do total exportado em US\$. Em 2010, esse percentual era de 50,4%. Em segundo aparece a Alcoa World Alumina Brasil Ltda, com 14,5% (**Tabela 8**).

Tabela 8 – Principais Empresas Exportadoras do Maranhão, em 2010 e 2011 - Valores em US\$ Milhões FOB

Empresas	2011		2010		Var. % 2011/10
	US\$ Milhões FOB	Part. %	US\$ Milhões FOB	Part. %	
Total das Exportações	3.047,1	100,0	2.920,3	100,0	4,3
Vale S.A.	832,6	27,3	1.470,9	50,4	-43,4
Alcoa World Alumina Brasil Ltda	442,2	14,5	227,3	7,8	94,5
BHP Billiton Metais Sa	264,9	8,7	174,0	6,0	52,2
Bunge Alimentos S/A	255,4	8,4	157,0	5,4	62,6
Alcoa Alumínio S/A	193,4	6,3	264,2	9,0	-26,8
Viena Siderúrgica S/A	145,7	4,8	110,2	3,8	32,1
Cargill Agrícola S A	144,0	4,7	65,4	2,2	120,4
Companhia Siderúrgica Vale Do Pindaré	116,4	3,8	12,4	0,4	837,3
Gusa Nordeste S/A	111,7	3,7	61,9	2,1	80,5
Alcan Alumina Ltda	83,5	2,7	33,1	1,1	152,1

Fonte: MDIC

No que tange à pauta de exportação maranhense, o complexo ferro, soja e alumínio corresponde a mais de 90% do total. Na **Tabela 9** é apresentamos o ranking dos dez produtos mais exportados pelo Maranhão em 2010 e 2011.

Tabela 9 - Principais Produtos Exportados pelo Maranhão, em 2010 e 2011 - Valores em US\$ Milhões FOB

Produtos	2011		2010		Var. % 2011/10
	US\$ Milhões FOB	Part. %	US\$ Milhões FOB	Part. %	
Total das Exportações	3.047,1	100,0	2.920,3	100,0	5,9
Minérios De Ferro Aglomerados e Seus Concentrados	832,6	27,3	696,3	23,8	19,6
Alumina Calcinada	777,2	25,5	422,2	14,5	84,1
Outros Grãos De Soja, Mesmo Triturados	597,8	19,6	411,3	14,1	45,4
Ferro Fundido Bruto Nao Ligado, C/Peso<=0.5%	435,9	14,3	238,3	8,2	82,9
Alumínio Nao Ligado Em Forma Bruta	185,4	6,1	208,8	7,1	-11,2
Ouro em Barras, Fios, Perfis de Sec. Macica	66,3	2,2	15,7	0,5	323,9
Consumo De Bordo - Combustíveis E Lubrificante	46,4	1,5	20,1	0,7	130,7
Algodão Simplesmente Debulhado, Não Cardado	34,8	1,1	16,9	0,6	105,7
Ligas De Alumínio em Forma Bruta	21,4	0,7	67,6	2,3	-68,3
Rutosidio (Rutina) E Seus Derivados	13,3	0,4	0,9	0,0	--

Fonte: MDIC

Quanto às importações do Maranhão, observamos inicialmente que os Estados Unidos e a Índia correspondem a quase 60% da origem das importações do Maranhão em 2011. Além dos principais países de origem, a **Tabela 10** mostra os principais blocos econômicos, com destaque para a Ásia e o próprio EUA.

Tabela 10 - Principais Países e Blocos Econômicos de Origens das Importações do Maranhão, em 2010 e 2011 - Valores em US\$ Milhões FOB

Países	2011		2010		Var. % 2011/10
	US\$ Milhões FOB	Part. %	US\$ Milhões FOB	Part. %	
Total das Importações	6.281,4	100,0	3.817,1	100,0	58,5
Estados Unidos	2.084,9	33,2	1.398,8	36,6	49,0
Índia	1.555,1	24,8	663,3	17,4	134,5
Países Baixos (Holanda)	455,0	7,2	200,8	5,3	126,6
Coréia Do Sul	453,5	7,2	387,1	10,1	17,2
Antilhas Holandesas	204,8	3,3	-	-	-
Taiwan (Formosa)	193,1	3,1	100,1	2,6	92,9
Belarus	158,1	2,5	16,1	0,4	879,9
Aruba	147,7	2,4	-	-	-
Coveite (Kuwait)	119,0	1,9	33,3	0,9	257,3
Argentina	94,1	1,5	29,0	0,8	225,0
Principais Blocos Econômicos					
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	2.367,9	37,7	1.438,2	37,7	56,8
Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	2.084,9	33,2	1.398,8	36,6	40,4
União Européia - UE	690,2	11,0	506,5	13,3	30,5
Demais Da América	352,5	5,6	-	---	---
Oriente Médio	256,9	4,1	106,1	2,8	176,7
Demais Blocos	528,9	8,4	367,5	9,6	40,2

Fonte: MDIC

No rol das principais empresas importadoras, o destaque fica por conta da Petrobras, com 85,3% de participação no total. Cabe lembrar que o Maranhão é distribuidor de derivados de petróleo para o Norte e Nordeste. Ademais, as estatísticas do comércio exterior não registram as transações interestaduais, ou seja, o Estado pode estar importando outros produtos, do mercado interno, os quais não se concentram na pauta de importações a seguir mencionada.

Tabela 11 – Principais Empresas Importadoras no Maranhão, em 2010 e 2011 - Valores em US\$ Milhões FOB

Empresas	2011		2010		Var. % 2011/10
	US\$ Milhões FOB	Part. %	US\$ Milhões FOB	Part. %	
Total das Importações	6.281,4	100,0	3.817,1	100,0	64,6
Petróleo Brasileiro S A Petrobrás	5.358,4	85,3	3.170,0	83,0	69,0
Vale S.A.	163,5	2,6	129,0	3,4	26,8
Alcoa Alumínio S/A	91,0	1,4	67,3	1,8	35,4
BHP Billiton Metais Sa	90,9	1,4	57,7	1,5	57,6
Fertipar Fertilizantes Do Maranhão Ltda.	80,8	1,3	36,8	1,0	119,7
Bunge Fertilizantes S/A	73,3	1,2	38,9	1,0	88,2
Yara Brasil Fertilizantes S/A	72,1	1,1	60,8	1,6	18,6
Alcoa World Alumina Brasil Ltda	59,4	0,9	31,2	0,8	90,5
Cda - Companhia De Distribuição Araguaia	57,7	0,9	62,2	1,6	-7,2
Fertilizantes Tocantins Ltda	35,2	0,6	-	-	-

Fonte: MDIC

A Petrobras figura como a empresa que possui maior volume de importações do Estado. Isto decorre da concentração de produtos derivados do petróleo na pauta de importações do Maranhão. A Petrobras é responsável por 86,4% das importações no Estado (**Tabela 12**). Apesar do grande volume de importações e dos seus efeitos positivos, refletindo o maior dinamismo econômico dos últimos anos, esta ainda se concentra em bens que agregam pouco valor ao Estado. Houve variação de positiva de 69,1% dos derivados de petróleo em 2011, em comparação com o ano anterior. Nota-se que esse é o componente (combustíveis e lubrificantes) que mais contribuiu para o déficit comercial neste ano, com um acréscimo de 90,0%.

Na outra ponta, as importações de bens de capital regrediram em relação a 2010, com variação negativa de 3,3%, apresentando a menor participação no total, 2,1%. Os bens intermediários representam 10,4%, em 2011.

Tabela 12 – Pauta de Importação do Maranhão, em 2010 e 2011 - Valores em US\$ Milhões FOB

Produtos	2011		2010		Var. % 2011/10
	US\$ Milhões FOB	Part. %	US\$ Milhões FOB	Part. %	
Total Do Período	6.281.386.678	100,0	3.817.083.572	100,0	64,6
Bens De Capital	133.076.366	2,1	137.655.637	3,6	-3,3
Bens De Capital (Exc.Equip.De Transporte Uso Industr.)	68.422.231	51,4	90.521.768	65,8	-24,4
Equipamentos De Transporte De Uso Industrial	64.654.135	48,6	47.133.869	34,2	37,2
Bens Intermediários	651.279.178	10,4	402.265.949	10,5	61,9
Alimentos E Bebidas Destinados à Indústria	36.819.949	5,7	25.852.369	6,4	42,4
Insumos Industriais	591.338.385	90,8	370.157.195	92,0	59,8
Pecas E Acessorios De Equipamentos De Transporte	23.001.942	3,5	5.262.700	1,3	337,1
Bens Diversos	118.902	0,0	993.685	0,2	-88,0
Bens De Consumo	71.838.663	1,1	69.297.763	1,8	3,7
Bens De Consumo Duráveis	1.637.382	2,3	463.669	0,7	253,1
Bens De Consumo Não Duráveis	70.201.281	97,7	68.834.094	99,3	2,0
Combustíveis E Lubrificantes	5.425.192.471	86,4	3.207.864.223	84,0	69,1

Fonte: MDIC

1.1.5 Mercado de Trabalho

Conforme a **Tabela 13**, o mercado de trabalho em 2011 apresentou desaceleração, quando comparado a 2010. Até novembro, os dados do sistema RAIS/CAGED/MTE demonstram redução de 22,0% no saldo de contratações líquidas. Para este resultado, podemos citar como fatores determinantes, a diminuição de 48,7% na indústria extrativa mineral, 15,4% na indústria de transformação e 16,6% no comércio. Dentre os setores que apresentaram variação positiva no mercado de trabalho, destaque para os principais: 109,3% na agropecuária e 17,2% no setor de serviços.

Apesar dos números citados anteriormente, os valores absolutos do saldo de contratações líquidas são bastante expressivos em 2011. Vale destacar que 2010, de certa forma, foi um ano atípico, em virtude da crise financeira de 2008/2009. Dessa forma, sendo um ano pós-crise, o ano de 2010 foi impulsionado por políticas econômicas expansionistas a fim de evitar uma recessão, e por isso o nível de contratações foi bastante elevado. A estimativa de crescimento de 7,5% para o Brasil demonstra esse impulso econômico pelo qual o país passou durante o ano de 2010, acarretando um número de contratação acima dos níveis médios.

Tabela 13 - Saldo de contratações líquidas⁷ no mercado de trabalho do Maranhão, 2010 e acumulado até novembro de 2011

Subsetores de Atividade	2011 ¹ (A)	2010 ¹ (B)	2010
Total	26.802	34.344	43.005
Extrativa Mineral	134	261	419
Indústria de Transformação	2.939	3.474	2.553
Ind. Prod. Min. Não Metálicos	488	407	676
Ind. Metalúrgica	870	96	269
Ind. Mecânica	52	141	107
Ind. Materiais Elétricos e Comunicações	33	27	36
Ind. Materiais de Transporte	67	46	67
Ind. Madeira e Mobiliários	107	324	440
Ind. Papel, Papelão, Editor.	-62	85	97
Ind. Borracha, Fumo, Couros	-25	76	89
Ind. Quím., Prod. Farm. Veter.	798	379	-289
Ind. Têxtil, Vestuário	59	69	102
Ind. Calçados	7	1	-1
Ind. Prod. Aliment. Bebidas	545	1.823	960
Serviço de Indústria de Utilidade Pública	227	32	0
Construção Civil	120	10.435	12.446
Comércio	7.146	8.564	12.087
Comércio Varejista	5.795	7.004	9.967
Comércio Atacadista	1.351	1.560	2.120
Serviço	10.741	9.164	15.100
Instituições Financeiras	794	169	180
Com. Adm. Imóv. Serv. Téc-Prof.	4.488	3.696	6.371
Transportes e Comunicações	2.084	1.219	1.645
Serv. Aloj. Alim. Rep. Manut.	447	2.889	5.552
Serviços Méd., Odontol.	1.576	633	702
Ensino	1.352	558	650
Administração Pública	339	-49	203
Agropecuária	5.156	2.463	197

Fonte: Mte-Cadastro Geral De Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

¹ Resultado até Novembro

⁷ Admissões menos demissões.

No mercado de trabalho municipal, os dez municípios selecionados na **Tabela 14** representam 83,7% do total do saldo líquido do Estado. A capital São Luís apresenta 45,9% de participação, Imperatriz 14,4% e Açaílândia 13,1%. Dentre todos os selecionados, apenas o município de Paço do Lumiar apresentou variação negativa em 2011, no acumulado até novembro. O setor de serviços, com 40,1% de participação no saldo do Estado, destacou-se como o que mais contratou em 2011, seja em termos gerais, seja no total dos municípios selecionados. Na sequência, aparecem os setores do comércio (26,7% no saldo estadual) e da agricultura (19,2% no saldo estadual), respectivamente.

Tabela 14 - Saldo de contratações líquidas no mercado de trabalho Municipal, acumulado até novembro de 2011

Municípios	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	SIUP	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agricultura	Outros	2011 ²	Part. (%)
Brasil	17.772	320.678	8.979	226.439	376.355	870.443	28.979	124.57	471.108	2.320.753	-
Maranhão	134	2.939	227	120	7.146	10.741	339	5.156	-	26.802	1,2
São Luís	-	727	194	453	2.536	4.732	80	-13	3.582	12.291	45,9
São José de Ribamar	-	31	-24	-447	120	1.103	-	-	-282	501	1,9
Paço do Lumiar	-	15	9	5	-34	-530	-	30	50	-455	-1,7
Açaílândia	-	314	1	45	143	1.033	-	2.338	-366	3.508	13,1
Imperatriz	29	220	-11	195	606	733	4	419	1.664	3.859	14,4
Bacabal	-	51	-10	113	44	33	-	40	220	491	1,8
Codó	3	185	3	45	132	38	-	-25	60	441	1,6
Caxias	-	64	-6	24	40	58	-	20	239	439	1,6
Timon	-	39	-7	-165	37	132	-	-3	89	122	0,5
Balsas	21	42	-2	-39	248	187	-	291	488	1.236	4,6
Total dos Municípios¹	53	1.688	147	229	3.872	7.519	84	3.097	5.744	22.433	83,7

Fonte: Mte-Cadastro Geral De Empregados E Desempregados-Lei 4923/65

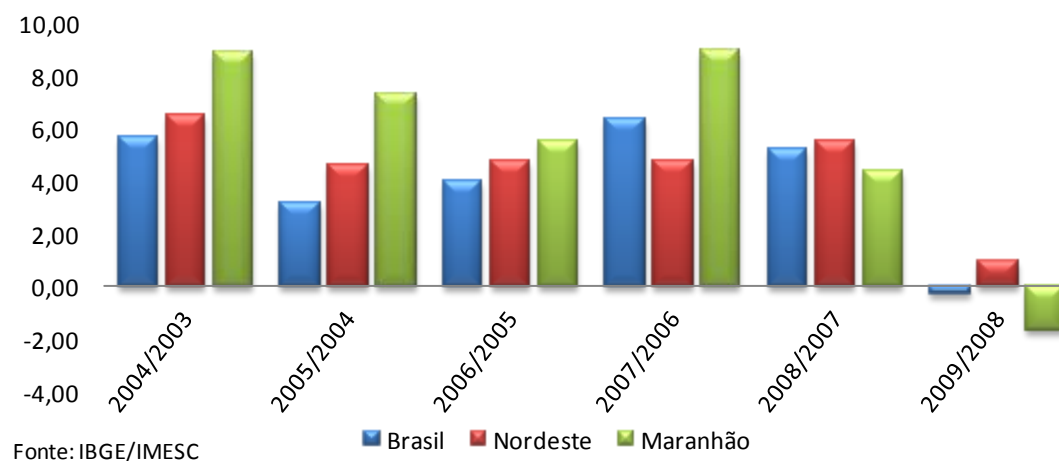
¹ Não envolve todos os municípios. Por este motivo o somatório dos presentes difere do total do Estado.

² Atualizado até Novembro/2011

1.1.6 Produto Interno Bruto

Os dados mais atualizados do PIB maranhense apontam variação real negativa (-1,7%), deixando o Estado na 23ª posição no ranking dos Estados em 2009 (ver **tabela 15**). Em comparação com o Nordeste e o Brasil, o Maranhão cresceu menos em termos reais nos dois últimos períodos, 2008/2007 e na relação 2009/2008, sendo que nesta última registrou decréscimo. (**Gráfico 4**). O resultado de 2009 é facilmente explicado em virtude da crise financeira mundial ocorrida desde meados de 2008.

Gráfico 4 - Variação Real do Produto Interno Bruto do Maranhão, Nordeste e Brasil, 2004/2009 – (Em %)



Para 2010 e 2011, as projeções do IMESC apontam um crescimento real de 10,0% e 7,0%, respectivamente, conforme a **Tabela 16**. Em relação ao tamanho do PIB, o Estado ocupa a 16ª posição, fato que vem se repetindo desde 2005. Em termos de PIB per capita, atinge a 26ª colocação no ranking nacional em 2009 (R\$ 6.259,43).

Tabela 15 - Produto Interno Bruto⁸ e PIB Per Capita do Maranhão no período 2003/ 2011 – (Em R\$ Milhões)

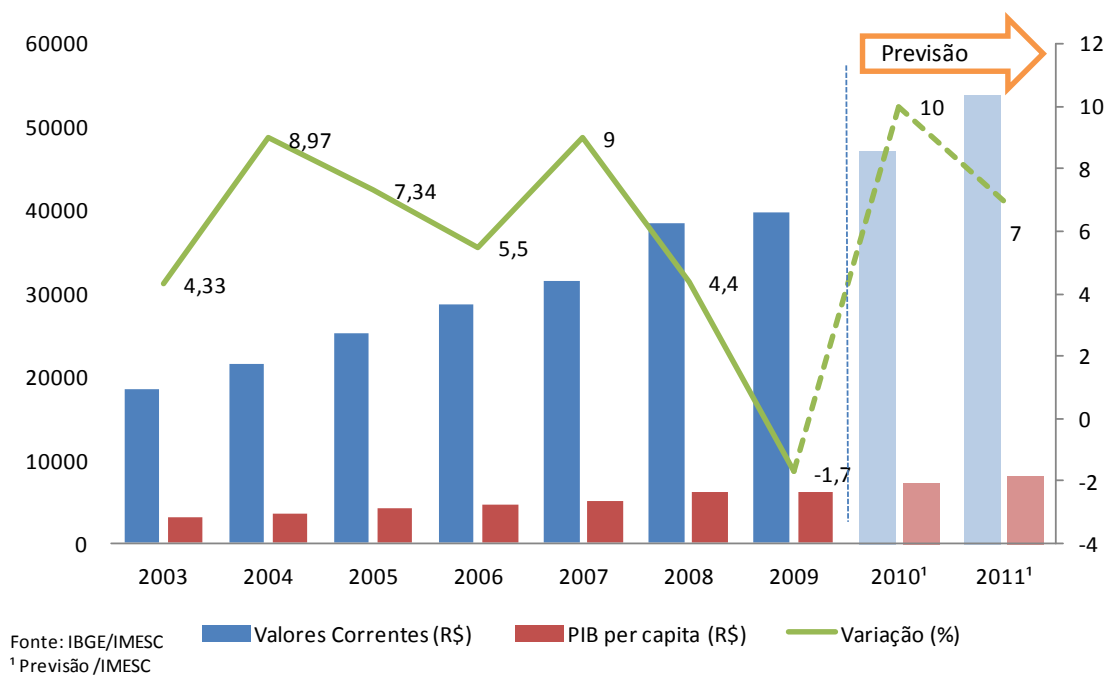
Ano	Valores Correntes (R\$)	Variação (%)	IPCA ¹ (%)	População	PIB per capita (R\$)
2003	18.483	4,33	9,30	5.940.079	3.112
2004	21.605	8,97	7,60	6.021.742	3.588
2005	25.335	7,34	5,69	6.103.327	4.151
2006	28.620	5,50	3,14	6.184.538	4.628
2007	31.606	9,00	4,46	6.118.995	5.165
2008	38.487	4,40	5,90	6.305.539	6.104
2009	39.855	-1,70	4,31	6.367.138	6.259
2010 ¹	47.006	10,00	11,30	6.569.683	7.155
2011 ¹	53.817	7,00	7,00	6.641.950	8.103

Fonte: IBGE/IMESC

¹ Para 2010 e 2011 utilizou-se o IGP-DI (% a.a.)

Em valores correntes, 2009 alcançou o valor de R\$ 39.855,0 bilhões, ante R\$ 38.487,0 bilhões referente ao ano anterior. Nominalmente, apresentou variação positiva de +3,6%.

⁸ 2010 e 2011 – Projeções.

Gráfico 5 – Produto Interno Bruto, PIB Per Capita - (Em R\$ Milhões) e Variação (Em %) - Maranhão (2003/2011)

Entretanto, de acordo com o **gráfico 5** nota-se que o PIB maranhense, em valores correntes, vem crescendo desde 2003. Excetuando a variação (real) negativa de 2009, o Estado deve continuar sua trajetória de alta em termos de produto. E, dessa forma, elevar o patamar do PIB per capita, distribuindo mais renda à população.

Gráfico 6 – Participação Percentual dos setores de atividades no PIB do Maranhão – 2009 (Esq.) e 2008 (Dir.)

Uma breve análise sobre os setores de atividades que compõem o PIB é apontada na **Tabela 16 e no gráfico 6**. Nota-se que o setor que possui a maior participação (comércio e serviços), aumentou seu percentual em 2009, passando de 61,0%, em 2008 para 68,07%. Para alcançar esse resultado, houve acréscimos nos seus principais grupos em termos de participação: Administração, saúde e educação pública (+17,1%), comércio e serviço de manutenção e reparação (+16,2%) e atividades imobiliárias e de aluguel (+11,0%).

A segunda maior participação no PIB continua com o setor agropecuário, que em 2009 alcançou 16,6%. Reduziu-se 25,2% em relação a 2008, quando obteve percentual participativo de 22,2%. Isso se deu em razão da queda de 32,9% do grupo de agricultura, silvicultura e exploração florestal. No caminho inverso, o subsector de pecuária e pesca aumentou sua participação percentual em 4,9%, de 2008 para 2009.

Tabela 16 - Participação Percentual dos setores de atividades no PIB do Maranhão - (2002, 2005/2009)

Setores e Grupos de Atividade	Participação (%)						Δ 2009/2008 (%)
	2002	2005	2006	2007	2008	2009	
Maranhão	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	16,20	17,80	16,60	18,60	22,20	16,59	-25,27
Agricultura, silvicultura e exp. Florestal	10,50	12,20	11,61	14,11	17,70	11,87	-32,94
Pecuária e pesca	5,70	5,60	5,03	4,50	4,50	4,72	4,89
Indústria	16,70	17,20	19,20	17,90	16,90	15,35	-9,17
Indústria extrativa mineral	0,30	1,90	1,75	1,29	2,70	2,11	-21,85
Indústria de transformação	7,30	7,10	9,50	8,10	5,90	3,83	-35,08
Construção	7,30	6,10	5,98	6,37	6,40	7,29	13,91
SIUP	1,80	2,10	2,35	2,10	1,80	2,12	17,78
Comércio e Serviço	67,10	65,00	63,80	63,50	61,00	68,07	11,59
Com. E serviços de manutenção e reparação	13,80	16,60	14,52	14,64	14,80	17,19	16,15
Serv. De alojamento e alimentação	1,10	1,50	1,61	1,69	1,60	1,63	1,87
Transportes, armazenagem e correio	7,50	7,70	7,06	6,44	6,70	6,74	0,60
Serviços de informação	2,50	2,50	2,20	2,26	1,80	1,44	-20,00
Intermediação financeira	3,10	2,80	2,83	2,99	2,60	2,87	10,38
Ser. Prestados às famílias e associativos	1,30	1,00	1,77	1,77	1,50	1,54	2,67
Serviços prestados às empresas	1,90	2,20	2,74	1,91	2,20	2,12	-3,64
Atividades imobiliárias e aluguel	10,90	8,60	8,23	8,24	7,70	8,55	11,04
Administração saúde e educação públicas	21,20	19,10	19,94	20,66	19,60	22,96	17,14
Saúde e educação mercantis	2,30	1,40	1,30	1,30	1,20	1,26	5,00
Serviços domésticos	1,50	1,60	1,57	1,63	1,40	1,77	26,43

Fonte: Imesc

Tal como ocorrera na agropecuária, o setor industrial também reduziu seu percentual de participação relativa no produto interno bruto. Em 2008, o mesmo era de 16,9%, recuando para 15,4% em 2009, um decréscimo de 9,2%. Dentre as atividades do segundo setor da economia maranhense, o subsector de construção tem o maior percentual, 7,3% em 2009. O mesmo elevou-se 13,9% em relação a 2008, quando apresentou 6,4% de participação. Em termos de participação no total da indústria, atinge 47,0%.

Expectativas

Apesar de ter que enfrentar alguns percalços no que tange ao crescimento econômico, como a alta da inflação e as turbulências dos mercados mundiais, 2011 não foi um ano negativo para o Brasil. Mesmo não apresentando crescimento semelhante em termos de variação positiva do PIB quando comparado a 2010, o Governo Federal fez alguns ajustes no que diz respeito às políticas monetária e fiscal que permitiram projetar um 2012 ainda melhor.

Quanto ao Maranhão, as perspectivas para 2012 giram em torno de dois fatos principais: uma provável volta da crise externa e a continuação dos investimentos programados e que estão em andamento no Estado. Quanto ao primeiro, esta deve ser bastante monitorada, no sentido de se adotar medidas preventivas que amenizem os prováveis efeitos negativos; em relação o segundo, de fato o Maranhão passa por um grande processo de desenvolvimento e progresso. Os investimentos, que giram em torno de R\$ 100 bilhões, certamente contribuirão para dinamizar a economia estadual, gerar emprego e melhorar a renda dos maranhenses. A construção da Refinaria Premium da Petrobras representa a maior parcela do volume de recursos. Nesse sentido, o Governo do Maranhão vem se esforçando e investindo cada vez mais no social, sempre com o intuito de atender às demandas de todo o seu povo.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Entende-se por **Avaliação dos Programas Governamentais** o ato de atribuir valor ou mérito a determinado programa, baseando-se em critérios previamente e consensualmente definidos.

Entende-se por **Programa Finalístico**, objeto de análise deste relatório, aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade pela administração pública estadual.

A Avaliação do PPA se correlaciona com as diversas etapas do ciclo do planejamento, pelo qual se deve entender os processos de elaboração, execução, controle, monitoramento e revisão.

Trata-se de instrumento essencial para qualquer gestão verificar a consistência, coerência e pertinência dos programas de governo, a sua efetividade, eficácia e eficiência, mediante a análise das metas físicas, financeiras e acompanhamentos externos. Assim, torna-se possível perceber o alinhamento entre aquilo que foi planejado e o que foi executado, bem como a realização das despesas públicas.

Nesta esteira, a avaliação anual do PPA tem a finalidade de:

- a) melhorar a alocação e a gestão dos recursos públicos;
- b) fornecer insumos para orientar a tomada de decisões;
- c) informar os resultados alcançados; e
- d) prestar contas a sociedade.

Eventualmente, noutra mão, o processo de avaliação pode se deparar com circunstâncias internas e externas que impossibilitam uma análise mais fidedigna que retrate exatamente os reflexos de cada programa, motivados por, dentre outros:

- a) insuficiência de orientações estratégicas setoriais;
- b) problemática mal identificada e contextualização frágil;
- c) incoerência entre objetivos, ações, público-alvo e metas;
- d) inadequação dos indicadores de resultados, produtos e metas;
- e) baixa integração entre os produtores geradores de informações, monitores e avaliadores;
- f) conflitos, superposições e incompatibilidade entre o modelo de gestão do PPA e a estrutura formal existente;
- g) ausência de investimentos em capacitação; e
- h) ausência da cultura de avaliação.

Assim, para avaliação do plano é fundamental adotar uma metodologia capaz de extrair, da melhor forma, as informações, tanto em nível gerencial quanto técnico, base para o processo de tomada de decisão.

2.1 Metodologia de Avaliação e Elaboração do Relatório – Exercício 2011

Este relatório contém a análise de 55 (cinquenta e cinco) programas finalísticos, existentes no PPA, e analisados pelos órgãos setoriais por eles responsáveis.

À SEPLAN, coube, por meio dos núcleos temáticos, dar suporte às Secretarias/Órgãos durante o processo avaliativo bem como elaborar a avaliação final do Plano Plurianual 2008 – 2011.

O processo de avaliação deu-se em 3 (três) etapas, a saber:

- a) 1ª etapa: Apresentação pela SEPLAN da metodologia de trabalho aos responsáveis dos Órgãos Setoriais;
- b) 2ª etapa: Lançamento de informações e análise crítica dos programas/ações no SISPCA pelos Órgãos Setoriais;
- c) 3ª etapa: Consolidação das informações no sistema e elaboração do contexto macroeconômico, metodologia e conclusão sob à responsabilidade da SEPLAN.

Cumprida todas as etapas e realizada a divulgação do presente relatório, espera-se que as conclusões aqui apresentadas sejam utilizadas pelos mais diversos setores do governo para a introdução de melhorias e pela sociedade, para exercer o controle social que lhe compete.

3 - AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS - Exercício 2011

ANÁLISE DOS PROGRAMAS NO SISTEMA INFORMATIZADO DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO

I - ADMINISTRAÇÃO

1 - PROGRAMA

0187 - AÇÃO INTEGRADA PARA O APOSENTADO - PAI

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	22000 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SEPLAN, SEAPS, VIVACI		
OBJETIVO	Beneficiar o aposentado com atividades físicas, educativas, culturais, de lazer e prestar atendimento nas áreas de saúde, jurídica e social.		
PÚBLICO ALVO	aposentados do Estado		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 1.972.639,00	ATUAL: R\$ 786.012,00	VARIAÇÃO: -60,2%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de aposentados atendidos	Unidade	24/03/2009	7.200	7.300	
Taxa de aposentados atendidos	Percentual	24/03/2009	40	41	
Número de atendimentos realizados	Unidade	31/12/2008	1.456.134	2.022.305	2.292.462
Média de atendimentos realizados	Unidade	31/12/2009	4,67	5,37	

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEPLAN / Atendimento Social ao Aposentado	atendimento realizado	unidade	2.970	1.370	0,4	0	130.527	114.437	114.437	0,8	0,50
SEPLAN / Valorização e Melhoria da Qualidade de Vida do Aposentado	aposentado beneficiado	unidade	1.563	548	0,3	0	655.485	517.991	444.188	0,6	0,50

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SEPLAN / Atendimento Social ao Aposentado	atendimento realizado	unidade	2.970	130.527	44	1.370	114.437	84
SEPLAN / Valorização e Melhoria da Qualidade de Vida do Aposentado	aposentado beneficiado	unidade	1.563	655.485	419	548	517.991	945

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas

AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. As metas propostas não foram alcançadas.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

A execução do programa foi comprometida pela variação orçamentária apresentada. Vale ressaltar que devido a reforma administrativa de 2011 o programa PAI passou a ser responsabilidade da SEPLAN.

I - ADMINISTRAÇÃO

1 - PROGRAMA

0527 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APL'S

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	22000 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SAGRIMA, SETUR, SECTEC, SEDINC, SEPLAN		
OBJETIVO	Promover e desenvolver aglomerados produtivos e/ou arranjos produtivos locais localizados de conformidade com as potencialidades das diversas regiões de planejamento e/ou municípios, a fim de incentivar a geração de trabalho, ocupação e renda		
PÚBLICO ALVO	micro e pequenos empreendimentos formais e informais		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 3.729.745,00	ATUAL: R\$ 689.347,00	VARIAÇÃO: -81,5%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de arranjos e/ou aglomerados promovidos e desenvolvidos	Unidade	06/03/2009	11	26	
Número de micro e pequenos empreendimentos formais e informais beneficiados	Unidade	06/03/2009	6.350	10.850	0

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SETUR / Fortalecimento e Promoção do Turismo e Artesanato Maranhense	aglomerado e/ou arranjo estruturado	unidade	2	0	0,0	529.862	99.862	97.975	97.975	0,9	0,00
SECTEC / Inovação Tecnológica Básica para Aglomerados e/ou Arranjos Produtivos Locais	tecnologia gerada	unidade	2	5	2,5	2.004.500	0	0	0	0,0	-
SEDINC / Acesso a Mercados de Produtos de Aglomerados e/ou Arranjos Produtivos Locais	produto dos aglomerados e/ou arranjos produtivos locais comercializado	unidade	0	0	0,0	50.000	0	0	0	0,0	-
SAGRIMA / Inovação Tecnológica Apropriadas para Aglomerados e/ou Arranjos Produtivos Locais	aglomerado e/ou arranjo assistido tecnologicamente	unidade	17	1	0,0	1.145.383	589.485	404.688	59.188	0,1	0,00

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEPLAN / Desenvolvimento e Acompanhamento dos Arranjos Produtivos Locais	projeto Implantado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SETUR / Fortalecimento e Promoção do Turismo e Artesanato Maranhense	aglomerado e/ou arranjo estruturado	unidade	2	99.862	46.019	0	97.975	-
SECTEC / Inovação Tecnológica Básica para Aglomerados e/ou Arranjos Produtivos Locais	tecnologia gerada	unidade	2	0	0	5	0	0
SEDINC / Acesso a Mercados de Produtos de Aglomerados e/ou Arranjos Produtivos Locais	produto dos aglomerados e/ou arranjos produtivos locais comercializado	unidade	0	0	-	0	0	-
SAGRIMA / Inovação Tecnológica Apropriadas para Aglomerados e/ou Arranjos Produtivos Locais	aglomerado e/ou arranjo assistido tecnologicamente	unidade	17	589.485	34.676	1	404.688	404.688
SEPLAN / Desenvolvimento e Acompanhamento dos Arranjos Produtivos Locais	projeto Implantado	unidade	0	0	-	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. Verifica-se a existência de uma demanda reprimida.

4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM.
Suficiência:	SIM.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. As metas propostas não foram alcançadas.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. Visto a baixa execução do programa

5 - CONCLUSÃO

O programa tem por objetivo promover e desenvolver aglomerados produtivos e/ou arranjos produtivos locais localizados de conformidade com as potencialidades das diversas regiões de planejamento e/ou municípios, a fim de incentivar a geração de trabalho, ocupação e renda, por intermédio das secretarias de governo, cujo Público Alvo são os micro e pequenos empreendimentos formais e informais. Desta forma, a SEPLAN repassa os recursos aos órgãos de governo a fim de que esses sejam os propulsores das políticas de desenvolvimento das cadeias produtivas. Infelizmente, visto a grande variação orçamentária a execução do programa foi prejudicada.

II - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

1 - PROGRAMA

0157 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	AGERP/MA, FEDAGRO, SEDAGRO,		
OBJETIVO	Assistir os agricultores familiares, pescadores artesanais, aquicultores e suas organizações com ações de fortalecimento da produção familiar, visando a sua inserção nos mercados locais e regionais.		
PÚBLICO ALVO	agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 13.307.781,00	ATUAL: R\$ 34.006.896,00	VARIAÇÃO: 155,5%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de agricultores familiares assistidos	Unidade	24/03/2009	98.276	143.437	107.309
Número de pescadores artesanais e aquicultores assistidos	Unidade	24/03/2009	5.365	3.168	1.466
Taxa de comercialização de grãos	Percentual	31/12/2008	0,0	6,0	0

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
/ Assistência Técnica e Extensão Rural	agricultor familiar assistido	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
AGERP/MA / Assistência Técnica e Extensão Rural	agricultor familiar assistido	unidade	12.684	9.755	0,7	0	7.402.617	5.583.330	5.268.617	0,7	1,00
FEDAGRO / Desenvolvimento da Irrigação	produtor assistido	unidade	804	424	0,5	1.000.000	323.601	323.601	191.901	0,5	1,00

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
AGERP/MA / Implantação de Sistemas Produtivos Agroecológicos	sistema produtivo agroecológico implantado	unidade	8	8	1,0	0	249.061	247.508	144.100	0,5	2,00
AGERP/MA / Implantação de Pólos de Produção de Culturas Bioenergéticas	pólo produtivo implantado e implementado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
AGERP/MA / Facilitação do Crédito	projeto contratado e assistido	unidade	6.333	4.624	0,7	0	150.963	150.962	150.962	0,9	0,78
SEDAGRO / Seguro Safra	agricultor segurado	unidade	5.705	11.686	2,0	455.000	492.144	484.569	479.176	0,9	2,22
SEDAGRO / Fomento às Tecnologias Sociais	tecnologia validada	unidade	46	25	0,5	1.020.000	5.996.090	2.880.772	2.861.371	0,4	1,25
FEDAGRO / Distribuição de Insumos Básicos e Implementos Agrícolas	produtor beneficiado	unidade	38.250	197.590	5,1	2.013.851	9.567.506	8.930.376	8.705.827	0,9	5,67
AGERP/MA / Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola	pescador artesanal e aquiicultor assistido	unidade	167	147	0,8	0	195.000	195.000	195.000	1,0	0,80
SEDAGRO / Incentivo a Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	produtor apoiado	unidade	1.347	936	0,6	1.000.000	6.993.890	540.285	278.386	0,0	-
SEDAGRO / Agroindustrialização da Agricultura Familiar	agroindustria implementada	unidade	22	7	0,3	1.050.000	1.193.561	712.005	702.648	0,5	0,60
FEDAGRO / Apoio ao Agro-Extrativismo	extrativista apoiado	unidade	0	0	0,0	500.000	0	0	0	0,0	-
SEDAGRO / Geração Futura da Agricultura Familiar	jovem Rural Preparado	unidade	85	728	8,5	945.000	620.857	610.689	589.553	0,9	9,44
SEDAGRO / Viva a Terra	família beneficiada	unidade	27	310	11,3	2.358.600	821.606	810.940	760.709	0,9	12,56

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
/ Assistência Técnica e Extensão Rural	agricultor familiar assistido	unidade	0	0	-	0	0	-
AGERP/MA / Assistência Técnica e Extensão Rural	agricultor familiar assistido	unidade	12.684	7.402.617	584	9.755	5.583.330	572
FEDAGRO / Desenvolvimento da Irrigação	produtor assistido	unidade	804	323.601	402	424	323.601	763
AGERP/MA / Implantação de Sistemas Produtivos Agroecológicos	sistema produtivo agroecológico implantado	unidade	8	249.061	31.133	8	247.508	30.939
AGERP/MA / Implantação de Pólos de Produção de Culturas Bioenergéticas	pólo produtivo implantado e implementado	unidade	0	0	-	0	0	-
AGERP/MA / Facilitação do Crédito	projeto contratado e assistido	unidade	6.333	150.963	24	4.624	150.962	33
SEDAGRO / Seguro Safra	agricultor segurado	unidade	5.705	492.144	86	11.686	484.569	41
SEDAGRO / Fomento às Tecnologias Sociais	tecnologia validada	unidade	46	5.996.090	130.350	25	2.880.772	115.231
FEDAGRO / Distribuição de Insumos Básicos e Implementos Agrícolas	produtor beneficiado	unidade	38.250	9.567.506	250	197.590	8.930.376	45
AGERP/MA / Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola	pescador artesanal e aquiicultor assistido	unidade	167	195.000	1.168	147	195.000	1.330
SEDAGRO / Incentivo a Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	produtor apoiado	unidade	1.347	6.993.890	5.193	936	540.285	577
SEDAGRO / Agroindustrialização da Agricultura Familiar	agroindústria implementada	unidade	22	1.193.561	54.253	7	712.005	101.715
FEDAGRO / Apoio ao Agro-Extrativismo	extrativista apoiado	unidade	0	0	-	0	0	-
SEDAGRO / Geração Futura da Agricultura Familiar	jovem Rural Preparado	unidade	85	620.857	7.304	728	610.689	839

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SEDAGRO / Viva a Terra	família beneficiada	unidade	27	821.606	30.095	310	810.940	2.616

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. A maioria dos produtores do Estado é composta por agricultores familiares, pescadores artesanais, aquicultores, assentados, entre outros carentes de ATER(Assistência Técnica e Extensão Rural) pública.
Suficiência:	SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. No Maranhão, o Censo Agropecuário de 2006 revelou que a agricultura familiar representa 91% do total das propriedades rurais (262.089 estabelecimentos), com destacada importância econômica e social. A AGERP/MA atendeu aproximadamente 41% deste universo.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	SIM.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM.
---------------	------

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM.
---------------	------

5 - CONCLUSÃO

O programa Fortalecimento da Agricultura Familiar apresenta como finalidade apoiar a categoria de agricultores familiares, oriundos das políticas de governo. Nesse sentido, em 2008 e 2011 houve uma variação de 887,65 % em relação ao número de agricultores familiares atendidos. Em que, este resultado demonstra que houve avanço quantitativo do indicador, o que poderá ocasionar melhorias socioeconômicas da categoria. Apesar de que em 2011 as metas apuradas dos conjuntos de ações tenham ficado abaixo das metas planejadas.

II - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

1 - PROGRAMA

0158 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	AGED		
OBJETIVO	Conquistar a classificação sanitária livre de febre aftosa com vacinação		
PÚBLICO ALVO	Criadores de bovídeos		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 2.728.718,00	ATUAL: R\$ 9.319.765,00	VARIAÇÃO: 241,5%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de ocorrência de focos de febre aftosa	Unidade	24/03/2009	zero	zero	zero

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
AGED / Cobertura Vacinal	campanha realizada	unidade	64	64	1,0	117.377	117.084	117.051	64.536	0,5	2,00
AGED / Manutenção do Foco Zero	sistema mantido	unidade	217	217	1,0	2.611.341	9.202.681	8.601.652	3.544.455	0,3	3,33

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
AGED / Cobertura Vacinal	campanha realizada	unidade	64	117.084	1.829	64	117.051	1.829
AGED / Manutenção do Foco Zero	sistema mantido	unidade	217	9.202.681	42.409	217	8.601.652	39.639

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

4.5 - Quanto a Eficiência
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

Com o objetivo de erradicar a febre aftosa através da vacinação e consequentemente, obter a classificação sanitária livre, o referido programa através das ações: Manutenção Foco Zero e Cobertura Vacinal, vem alcançando resultados satisfatórios com a manutenção de sistemas operacionais em cada município e com a conscientização dos criadores quanto à necessidade de vacinação dos animais para erradicação da febre aftosa. Analisando o quadriênio 2008-2011, o Maranhão ainda se classifica como médio risco com relação à doença, apesar de o indicador demonstrar que estamos há quase seis anos sem o registro de nenhum foco. O Estado do Maranhão continua limitado pelas barreiras sanitárias impostas por outros Estados livres da febre aftosa, com status superior. Há, portanto, necessidade urgente de que sejam removidas as atuais barreiras ao nosso Estado, que estão impedindo o crescimento da pecuária, o que torna o presente programa de suma importância no desenvolvimento do Estado.

II - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

1 - PROGRAMA

0159 - DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	AGED		
OBJETIVO	Controlar e combater agentes causadores de enfermidades em animais e vegetais.		
PÚBLICO ALVO	criadores, produtores rurais e industriais		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 3.793.438,00	ATUAL: R\$ 4.345.683,00	VARIAÇÃO: 14,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de assistência a criadores, produtores rurais e industriais	Percentual	31/12/2008	25,0	35,0	89,51 %

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
AGED / Inspeção de Produtos de Origem Animal	estabelecimento fiscalizado	unidade	113	347	3,0	209.339	128.884	92.213	92.213	0,7	4,29
AGED / Sanidade Animal	criador assistido	unidade	114.176	346.622	3,0	2.882.613	3.598.055	3.254.292	2.893.864	0,8	3,75
AGED / Sanidade Vegetal	produtor assistido	unidade	23.261	70.599	3,0	554.974	553.094	513.834	470.935	0,8	3,75
AGED / Educação Sanitária e Comunicação	pessoa beneficiada	unidade	8.124	37.303	4,5	146.512	65.650	65.650	65.650	0,9	5,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
AGED / Inspeção de Produtos de Origem Animal	estabelecimento fiscalizado	unidade	113	128.884	1.141	347	92.213	266
AGED / Sanidade Animal	criador assistido	unidade	114.176	3.598.055	32	346.622	3.254.292	9
AGED / Sanidade Vegetal	produtor assistido	unidade	23.261	553.094	24	70.599	513.834	7
AGED / Educação Sanitária e Comunicação	pessoa beneficiada	unidade	8.124	65.650	8	37.303	65.650	2

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. O indicador não é suficiente para avaliar de forma satisfatória a eficácia do programa.

4.4 - Quanto as Metas

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Todas as metas físicas planejadas foram superadas, havendo um descompasso entre o planejado e o executado.

4.5 - Quanto a Eficiência**AVALIAÇÃO**

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

Com o propósito de controlar e combater os agentes causadores de enfermidades em animais e vegetais o referido programa através das Ações Sanidade Animal, Inspeção de Produtos de Origem Animal, Sanidade Vegetal, Educação Sanitária e Comunicação obtiveram significativa melhoria, principalmente em 2011. Sendo que, o fator determinante para essa ocorrência foi a taxa de assistência a criadores, produtores rurais e industriais de 89,51%. Esse resultado proporcionou a minimização da incidência de doenças nos animais de produção e controle das doenças e pragas dos vegetais, tendo como realizações: o aumento do PIB agropecuário do Estado e da renda do Produtor rural. Cabe reforçar que o programa foi revisto e no PPA 2012-2015 foi ampliado o número de ações, visando a implantação de um maior número de indicadores para medir a eficácia do programa, uma vez que possui uma grande complexidade.

II - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

1 - PROGRAMA

0160 - REFORMA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	55000 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR				
ÓRGÃOS EXECUTORES	ITERMA, SEDAGRO				
OBJETIVO	Garantir o acesso à terra para famílias de trabalhadores rurais				
PÚBLICO ALVO	trabalhadores rurais				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 4.128.224,00	ATUAL: R\$ 2.075.867,00	VARIAÇÃO: -49,7%		

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de incremento anual de famílias atendidas	Percentual	31/08/2009	8	8	607 famílias
Área arrecadada anual	Percentual	31/07/2009	7	6	23.824,3830 ha

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
ITERMA / Assentamento de Famílias	família assentadas	unidade	875	0	0,0	875.040	712.194	315.212	284.133	0,3	0,00
ITERMA / Regularização Fundiária	família beneficiada com a titulação	unidade	1.356	607	0,4	1.938.184	1.058.052	587.505	477.460	0,4	1,00
SEDAGRO / Fortalecimento dos Assentamentos Agrários	família beneficiada	unidade	4	0	0,0	1.315.000	305.621	145.842	11.905	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
ITERMA / Assentamento de Famílias	família assentadas	unidade	875	712.194	814	0	315.212	-
ITERMA / Regularização Fundiária	família beneficiada com a titulação	unidade	1.356	1.058.052	780	607	587.505	968
SEDAGRO / Fortalecimento dos Assentamentos Agrários	família beneficiada	unidade	4	305.621	79.797	0	145.842	-

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Garante o acesso à terra de famílias de trabalhadores rurais, proporcionando bem estar social dos mesmos com a geração de emprego e renda.

Suficiência: SIM. O Programa contribui para o alcance da meta mobilizadora do Estado.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. São famílias de trabalhadores rurais que buscam soluções para acesso e posse do imóvel rural e são atendidas pelo Iterma.

Suficiência: NÃO. É impossível atender todas as regiões com os recursos disponíveis.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: NÃO. Para uma melhor avaliação das ações do Programa há necessidade de alteração dos indicadores para: Famílias beneficiadas com titulação e famílias beneficiadas com ações de assentamento.

Suficiência: NÃO. Com os indicadores citados não como avaliar os resultados alcançados.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. As metas atendem aos objetivos propostos vez que atendem as demandas do trabalhadores rurais.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. As metas estão sendo atingidas de acordo com a capacidade operacional do órgão.

5 - CONCLUSÃO

II - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

1 - PROGRAMA

0173 - REDUÇÃO DA POBREZA RURAL - PRODIM

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	55000 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR		
ÓRGÃOS EXECUTORES	NEPE		
OBJETIVO	Promover a inclusão social da população rural situada abaixo da linha de pobreza.		
PÚBLICO ALVO	54600 famílias residentes na zona rural, (incluindo pescadores, quilombolas, índios, jovens e mulheres).		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 44.457.351,00	ATUAL: R\$ 52.559.366,09	VARIAÇÃO: 18,2%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de famílias assistidas	Unidade	24/03/2009	28.267	4.618	4.633

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
NEPE / Fortalecimento de Cadeias Produtivas	família beneficiada	unidade	15.939	4.633	0,2	40.112.830	48.214.845	7.831.383	7.781.293	0,1	2,00
NEPE / Fortalecimento de Empreendimentos Rurais de Grupos Especiais	família beneficiada	unidade	3.065	0	0,0	4.344.521	4.344.521	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
NEPE / Fortalecimento de Cadeias Produtivas	família beneficiada	unidade	15.939	48.214.845	3.025	4.633	7.831.383	1.690
NEPE / Fortalecimento de Empreendimentos Rurais de Grupos Especiais	família beneficiada	unidade	3.065	4.344.521	1.417	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

O Programa de Redução da Pobreza Rural - PRODIM/FUMACOP vinculado a ação: Fortalecimento de Cadeias Produtivas está atingindo a meta de atendimento às famílias e contribuindo no melhorando das condições sanitárias e de acesso às comunidades pobres. O valor orçado referente a fonte 0115, 3101 e 1101 não foi executado por não ter sido realizada novo Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial.

II - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

1 - PROGRAMA			
0528 - ACELERAÇÃO TECNOLÓGICA			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	AGERP/MA, SECTEC		
OBJETIVO	Reduzir a defasagem dos sistemas produtivos agropecuários, pesqueiros, aquícolas e extrativistas com relação às informações e tecnologias de produção, processamento e comercialização dos produtos.		
PÚBLICO ALVO	produtores rurais, pescadores artesanais, aquicultores e extrativistas		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 523.500,00	ATUAL: R\$ 2.439.631,00	VARIAÇÃO: 366,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de tecnologia adotada	Unidade	24/03/2009	10	10	4
Número de pólos de produção de material genético implantados	Unidade	24/03/2009	11	11	5

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SECTEC / Implantação de Incubadoras	empreendimento incubado	unidade	1	1	1,0	53.500	2.312.589	1.241.544	959.704	0,4	2,50
AGERP/MA / Pesquisa Aplicada Agropecuária	tecnologia gerada e adaptada	unidade	4	4	1,0	0	67.415	67.414	65.390	0,9	1,11
AGERP/MA / Produção de Material Genético	material genético produzido	unidade	5	5	1,0	0	59.627	59.626	59.626	0,9	1,11

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SECTEC / Implantação de Incubadoras	empreendimento incubado	unidade	1	2.312.589	2.312.589	1	1.241.544	1.241.544
AGERP/MA / Pesquisa Aplicada Agropecuária	tecnologia gerada e adaptada	unidade	4	67.415	16.854	4	67.414	16.854
AGERP/MA / Produção de Material Genético	material genético produzido	unidade	5	59.627	11.925	5	59.626	11.925

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. A geração, adaptação e difusão de tecnologias voltadas à agricultura familiar é importante para a inclusão destes produtores no mercado e a melhoria do atual sistema de produção.

Suficiência: SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM.

Suficiência: SIM. Os ensaios/Unidades de Validação não necessitam ser implantados em todos os locais, pois os resultados obtidos podem ser difundidos em áreas correlatas.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM.

Suficiência: SIM.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM.

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: SIM.

5 - CONCLUSÃO

O PROGRAMA ACELERAÇÃO TECNOLÓGICA, cujo objetivo setorial é a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) teve ganhos com a implantação de ensaios, unidades de demonstração e unidades de validação em áreas dos agricultores familiares o que gerou respostas com menor espaço de tempo, destacando-se a seleção e difusão de materiais biofortificados (feijão caupi, mandioca e batata doce), a experiência com alface hidropônica e os quintais agroecológicos.

II - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

1 - PROGRAMA

0535 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SAGRIMA		
OBJETIVO	Desenvolver e implementar um Sistema Estadual de Informação Pesqueira e Aquícola visando subsidiar as atividades de pesquisa, assistência técnica e extensão e a elaboração e implementação de um Plano de Negócios para a pesca e aquicultura no Estado.		
PÚBLICO ALVO	pescadores, aquicultores, colônias, associações, cooperativas e sindicatos		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 400.000,00	ATUAL: R\$ 2.256.113,00	VARIAÇÃO: 464,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de registros de embarcações	Unidade	24/07/2009	400	440	zero
Número de registros de estabelecimentos aquícolas	Unidade	24/07/2009	45	60	zero
Produção de pescado incrementada	Tonelada	01/12/2009	62413	63413	276,4

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SAGRIMA / Estruturação do Sistema de Informações Aquícola e Pesqueira	cadastro no sistema	unidade	175	217	1,2	150.000	41.461	41.460	41.460	0,9	1,33
SAGRIMA / Apoio ao Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pesca e Aquicultura	produção de pescado incrementada	tonelada	340	276	0,8	250.000	2.214.652	204.651	162.364	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SAGRIMA / Estruturação do Sistema de Informações Aquícola e Pesqueira	cadastro no sistema	unidade	175	41.461	237	217	41.460	191
SAGRIMA / Apoio ao Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pesca e Aquicultura	produção de pescado incrementada	tonelada	340	2.214.652	6.514	276	204.651	740

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Dentre os entraves para o desenvolvimento sustentável e sustentado da atividade pesqueira, sem dúvida, a carência de informações, constitui fator de estrangulamento, tanto para a gestão das políticas para o setor (planejamento, monitoramento e avaliação), quanto para o exercício da atividade pelos produtores. Esta ação objetiva estruturar e linkar ao Sistema Estadual de Informações Agropecuárias – SIAGRO, banco de dados relacional sobre a pesca e aquicultura, objetivando coletar, agregar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro e aquícola maranhenses. Quanto a ação Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pesca e Aquicultura Esta ação é pertinente porque propõe-se a atuar no apoio ao desenvolvimento dos elos da cadeia produtiva da pesca e aquicultura no Estado
Suficiência:	NÃO. A execução desta ação foi dificultada tendo em vista que o Sistema Estadual de Informações Agropecuárias – SIAGRO está sendo reavaliado e ainda não foi validado. Neste sentido, e considerando que a Lei Estadual de Pesca e Aquicultura faculta ao Órgão Estadual Gestor da Pesca e Aquicultura usufruir compartilhadamente com a União, o banco de dados adotados por esta, optou-se por propor ao Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, a formalização de Acordo de Cooperação Bilateral, para uso do Sistema Federal. Esta proposta está aguardando pronunciamento do MPA que ainda não validou seu sistema, ainda em fase de conclusão

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os aquicultores são produtores de pescados, portanto constituem parte do público-alvo desta ação. Todavia, os pescadores, marisqueiros e empresas que atuam nos elos da cadeia produtiva da pesca e aquicultura também teriam que estar contemplados na execução da ação.
Suficiência:	NÃO. Mesmo com dificuldade foi possível à SUPAQ/SAGRIMA atuar na alimentação do banco de dados do Censo Aquícola Maranhense por meio da aplicação de questionários junto a aquicultores maranhenses, faltando ainda concluir 20 municípios, tendo em vista a carência de pessoal e logística para deslocamentos tanto da SAGRIMA quanto da Superintendência Federal do MPA no Estado. A limitação estrutural, de recursos humanos, financeiros, de infraestrutura e logística da SAGRIMA e sua não capilarização no Estado restringem a atuação do órgão no apoio aos elos da cadeia produtiva

4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. Do Indicador 1: Número de registro de embarcações: Este indicador é pertinente porque constitui do cadastro das embarcações junto à Marinha e ao Ministério da Pesca e Aquicultura e qualifica e quantifica a frota aplicada na pesca, bem como, a Capacidade de produção por Unidade de Esforço aplicado na captura. Do Indicador 2: Número de registros de estabelecimentos aquícolas: É pertinente porque qualifica e quantifica os projetos aquícolas subsidiando o planejamento com relação à demanda por formas jovens, quantidade de ração e outros equipamentos e insumos para ofertar ao mercado, Do Indicador 3: Produção de pescados incrementada: Este indicador é pertinente por que permite avaliar o incremento anual da produção a partir da quantificação do percentual de cumprimento da meta prevista.
Suficiência:	NÃO. Do Indicador 1: Número de registro de embarcações: Este indicador não pode ser medido no presente ano, tendo em vista que o Ministério da Pesca e Aquicultura cancelou a execução da Campanha “Legal, É Pescar Legal”, de cadastramento e registro de embarcações pesqueiras artesanais iniciado em 2010, em parceria com a SAGRIMA e outros parceiros. Do Indicador 2: Número de registros de estabelecimentos aquícolas: Este indicador somente vai ser possível aferir após conclusão da compilação e tratamento das informações do Censo Aquícola que somente serão disponibilizadas pelo MPA no início de 2012; (Vale observar que no Estado deixaram de ser coletados os dados de 23 municípios). Do Indicador 3: Produção de pescados incrementada: Este indicador não é suficiente para inferir incremento da produção pesqueira no Estado, tendo vista que: a) as embarcações pesqueiras artesanais de até cinco metros de comprimento não são arqueadas pela Marinha, por isso sua produção não é contabilizada embora contribuam significativamente para a produção pesqueira estadual, haja vista que, somente no litoral estima-se a existência de mais de nove mil delas; b) A execução desta ação ficou restrita a apenas uns poucos municípios do Estado com projetos de piscicultura em viveiros escavados e projetos no modelo Mandala.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Quanto às metas físicas, inicialmente foi planejado a inserção de 175 cadastros no sistema, esta meta foi superada em 124%, ou seja, foram inseridos 42 cadastros além do planejado. Vale ressaltar que as informações foram inseridas no Sistema de Informações Pesqueiras do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, por meio de parceria entre a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA/SUPAQ e aquele Ministério, na realização do Censo Aquícola. Vale ressaltar que, em função desta parceria, as regiões de planejamento/municípios foram alteradas, sendo trabalhadas as seguintes: Eixos Rodoferroviário (Cantanhede - 19, Pirapemas - 11 e Miranda do Norte - 16), Alto Munim (São Benedito do Rio Preto - 63, Urbano Santos – 66) e Baixo Itapecuru (Vargem Grande - 19 e Presidente Vargas - 23). Porém quanto a ação Apoio ao fortalecimento das cadeias produtivas da Pesca e Aquicultura. Quanto às metas físicas, inicialmente foi planejada uma produção de 340 toneladas/ano, todavia o executado chegou a 276,4 toneladas/ano, ou seja, aquém da meta planejada. A referida produção está distribuída nas seguintes regiões de planejamento: Baixo Itapecuru, Baixo Munim, Delta do Parnaíba, Flores, Eixos Rodoferroviários, Lençóis Maranhenses, Cocais, Pindaré, Serras, Mearim, Chapadas das Mesas, Tocantins, Pré-Amazônia, Lagos, Pericumã e Carajás
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Como já explicado, esta ação foi realizada em parceria com Superintendência Federal do Ministério da Pesca no Estado, por meio de visitas técnicas com aplicação de questionários junto aos aquicultores maranhenses em atividade nos municípios visitados, com apoio de Secretarias municipais e organizações dos Pescadores (Colônias, Sindicatos e Associações), atividade, porém, limitada à disponibilidade de técnicos como de logística de transporte para os deslocamentos, tanto pela SUPAQ/SAGRIMA quanto pela Superintendência Federal do MPA no Estado.

5 - CONCLUSÃO

O exercício de 2011 representa o último ano de execução do PPA 2008/11, da SAGRIMA, que até abril de 2009 denominava-se Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão - SEAGRO e a pesca e aquicultura eram conduzidas pela então Secretaria de Estado da Indústria e Comércio – SINC. A partir de abril de 2009, estas atividades foram transferidas à SAGRIMA, contudo ainda sem aporte orçamentário e com um quadro técnico constituído de apenas 08 pessoas, limitando, portanto, a capacidade de atendimento às fortes e crescentes demandas do setor. Afinal, o Estado conta com mais de 250.000 pescadores e a aquicultura, principalmente a piscicultura continental vem crescendo substancialmente, embora que desordenadamente e na maioria das regiões, de forma ainda empírica. O Programa 0535 – Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura objetivava iniciar a organização destes setores, a partir da concepção e montagem de banco de dados que melhor orientasse a tomada de decisão, tanto pelos gestores da política, quanto pelos usuários dos recursos pesqueiros e incentivar o incremento da produção pesqueira do Estado, por meio do apoio técnico e projetos aquícolas familiares e multi-familiares e proporcionar a melhoria das condições sócio-econômicas de pescadores artesanais e suas famílias, por meio do aporte de equipamentos e materiais de promoção do incremento à produção, de acondicionamento e conservação adequada do pescado a bordo e de proteção individual dos embarcados, esta última iniciada já no final do presente exercício por meio do aporte de recursos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP determinado pela Governadora Roseana Sarney e que culminará em janeiro próximo com a aquisição de aproximadamente 800 Kits de pesca constituído de motores de popa, coletes salva-vidas e caixas isotérmicas. Concomitante ao desenvolvimento dessas ações, o Superintendente e técnicos da SUPAQ, na busca de aperfeiçoamento técnico, atração de investimentos e de recursos adicionais para a gestão participaram de eventos nacionais e internacionais, como: Feira Nacional do Camarão e Simpósio Internacional de Aquicultura, Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Seminário de Revisão do Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca, Seminário de Planejamento do PPA – 2012/15 do Ministério da Pesca e Aquicultura, Seminário de Apresentação do Plano Pesca e Aquicultura do Consórcio da UHE Estreito, Seminário de Aquicultura em Reservatórios, dentre outros. Esforços foram envidados pelo Secretário Claudio Azevedo, com apoio da Governadora Roseana Sarney e do Presidente do Senado José Sarney, no sentido de consolidar a presença da EMBRAPA – Cocais e Planícies inundáveis no Estado, e da criação das Unidades Executivas Estaduais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim – CODDEVASF e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, todos com expertise comprovada na pesquisa pesqueira e aquícola e que poderão atuar na capacitação de empreendedores aquícolas, tanto no manejo dos cultivos, quanto na produção de linhagens certificadas de alevinos e outras formas jovens de animais aquáticos com a garantia de qualidade das sementes a serem oferecidas ao setor produtivo e para repovoamento dos corpos hídricos naturais. No PPA 2012-15 da SAGRIMA está priorizada a contratação de Consultorias para elaboração participativa dos Planos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura Continental e da Carcinicultura Marinha, já com sinalização de apoio pelo MPA. Já as propostas para o desenvolvimento da pesca extrativa giram em torno de ações que possibilitem a ampliação das capturas pesqueiras, de forma sustentável, por meio do desenvolvimento de tecnologias para a pesca de espécies ainda sub-explotadas; do ordenamento e recuperação dos estoques pesqueiros a serem planejados em parceria com a SECTEC/FAPEMA e do acesso aos pescadores à infra-estrutura para beneficiamento, conservação e comercialização do pescado, em parceria com o MPA, contribuindo para geração de novos postos de trabalho, com a inclusão social e a repartição de benefícios.

III - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1 - PROGRAMA

0100 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FAPEMA, UEMA, SECTEC, UNIVIMA		
OBJETIVO	Capacitar os usuários nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica - CT&I, mediante o apoio, o desenvolvimento, a sistematização e a divulgação da produção científica e tecnológica.		
PÚBLICO ALVO	professores e alunos de instituições de ensino superior públicas e privadas, bem como estudantes de ensino médio egressos de escolas públicas e pessoas atendidas pelos pólos tecnológicos		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 65.707.011,00	ATUAL: R\$ 69.667.162,00	VARIAÇÃO: 6,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas capacitadas	Unidade	28/12/2008	13.000	14.000	93245
Número de pesquisas desenvolvidas e divulgadas	Unidade	28/12/2008	230	300	490

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
UNIVIMA / Expansão de Pólos Tecnológicos	pontos de EAD da UNIVIMA	unidade	8	96	12,0	16.958.000	16.958.000	5.720.219	4.820.219	0,2	60,00
UEMA / Difusão Científica	trabalho publicado	unidade	600	600	1,0	2.300.000	2.339.502	391.676	377.548	0,1	10,00
UEMA / Produção Científica e Tecnológica	trabalho científico e/ou tecnológico concluído.	unidade	102	102	1,0	1.323.790	1.323.790	5.300	5.300	0,0	-
SECTEC / Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	evento produzido	unidade	3	6	2,0	556.152	132.207	127.259	120.259	0,9	2,22

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FAPEMA / Fomento à Pesquisa	auxílio concedido	unidade	22	47	2,1	5.079.481	10.765.847	7.453.380	7.070.918	0,6	3,50
FAPEMA / Fomento à Formação de Recursos Humanos	bolsa concedida	unidade	76	685	9,0	8.907.588	7.600.192	7.423.246	7.423.246	0,9	10,00
UNIVIMA / Capacitação Tecnológica	aluno matriculado	unidade	7.750	93.245	12,0	28.702.000	28.702.000	26.408.278	23.638.077	0,8	15,00
FAPEMA / Elaboração e Implementação de Projetos Estratégicos	projeto iniciado	unidade	1	0	0,0	6.000	0	0	0	0,0	-
UNIVIMA / Implementação de Pólos Tecnológicos	pólo implementado	unidade	1	3	3,0	1.779.200	1.779.200	1.462.324	1.462.324	0,8	3,75
FAPEMA / Divulgação da Produção Científica e Tecnológica	auxílio concedido	unidade	4	0	0,0	94.800	66.424	66.424	15.430	0,2	0,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
UNIVIMA / Expansão de Pólos Tecnológicos	pontos de EAD da UNIVIMA	unidade	8	16.958.000	2.119.750	96	5.720.219	59.586
UEMA / Difusão Científica	trabalho publicado	unidade	600	2.339.502	3.899	600	391.676	653
UEMA / Produção Científica e Tecnológica	trabalho científico e/ou tecnológico concluído.	unidade	102	1.323.790	12.978	102	5.300	52
SECTEC / Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	evento produzido	unidade	3	132.207	44.069	6	127.259	21.210

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FAPEMA / Fomento à Pesquisa	auxílio concedido	unidade	22	10.765.847	489.357	47	7.453.380	159.192
FAPEMA / Fomento à Formação de Recursos Humanos	bolsa concedida	unidade	76	7.600.192	100.003	685	7.423.246	10.838
UNIVIMA / Capacitação Tecnológica	aluno matriculado	unidade	7.750	28.702.000	3.703	93.245	26.408.278	283
FAPEMA / Elaboração e Implementação de Projetos Estratégicos	projeto iniciado	unidade	1	0	0	0	0	-
UNIVIMA / Implementação de Pólos Tecnológicos	pólo implementado	unidade	1	1.779.200	1.779.200	3	1.462.324	487.441
FAPEMA / Divulgação da Produção Científica e Tecnológica	auxílio concedido	unidade	4	66.424	16.606	0	66.424	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O programa teve uma grande variedade de projetos voltados a capacitação e fomento a pesquisa que tiveram duração variável, mas que garantiram a execução contínua do programa como um todo.
Suficiência:	SIM. Os recursos foram suficientes para garantir a superação das metas para o período.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. As diversas ações tiveram uma grande aceitação por parte do público alvo, selecionado a partir de demandas estratégicas.
Suficiência:	NÃO. Apesar dos bons resultados, as demandas atendidas especialmente no que diz respeito à capacitação ainda carecem de mecanismos para identificação, mobilização e execução de projetos estratégicos para determinados setores da economia/sociedade, com destaque no setor agrícola do interior do Estado.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os indicadores para as ações de capacitação, no que diz respeito a empregabilidade, ainda carecem de verificação junto aos egressos dos cursos, contudo levantamentos preliminares apontam para significativa melhora, refletida com a contínua procura dos cursos oferecidos junto ao sistema de CT&I.
Suficiência:	NÃO. A carencia de ações regionais de capacitação em setores estratégicos, ainda se constituem um desafio para o sistema de CT&I

4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. As metas propostas foram atingidas e superadas, especialmente no que diz respeito as ações de capacitação.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. Ao que foi proposto (descontadas as limitações) as ações mostraram-se efetivas, fato reforçado com a aceitação da sociedade, o que levou ao sistema de CT&I criar um programa específico para o próximo período (Maranhão Profissional).

5 - CONCLUSÃO

O Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico teve um grande impacto especialmente no que diz respeito à qualificação profissional. Foram criados para o próximo período um programa especialmente para desenvolver ações específicas de capacitação (Maranhão Profissional) enquanto que foram reformuladas diversas novas linhas de ação para o programa, especialmente no que diz respeito ao fomento a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, incentivados pelo novo panorama industrial do Estado. No âmbito do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, podemos destacar as seguintes atividades desenvolvidas pela SECTEC: • Formalização de Termo de Cooperação Técnica SECTEC/INMETRO visando promover a implantação de Centro de referência em Pesquisa no Estado. • Realização de atividades de articulação interinstitucional visando a promoção de uma rede de pesquisa em corrosão no Estado; • Formalização de Termo de Cooperação Técnica SECTEC/EMBRAPA visando promover a execução de atividades de extensão tecnológica no setor produtivo agroindustrial no Estado. • Formalização de Termo de Cooperação Técnica SECTEC/UFMA visando promover a execução de atividades de desenvolvimento tecnológico no Estado. No âmbito deste termo foram transferidos à UFMA recursos para implantação de uma incubadora de empreendimentos tecnológicos para 2012. • Elaboração de projetos preliminares e articulação interinstitucional para implantação do Parque Tecnológico Estadual • Articulação interinstitucional com diversos parceiros para implantação do Programa Maranhão Digital através da promoção e participação de reuniões e visitas técnicas. O programa visa sobretudo viabilizar no Estado uma rede de transmissão de dados em alta velocidade; • Construção e entrega de prédio para funcionamento da UEMANET em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA • Criação de Grupo de Trabalho para discussão e proposição da Lei de Inovação estadual; • Criação de Grupo de Trabalho para implantação da metodologia “Living Labs” visando real adequação da realização de ações em C,T&I às demandas locais; • Criação de Grupo de Trabalho para discussão e implementação da Rede de Extensão Tecnológica Estadual no âmbito do Sistema Brasileiro de Extensão Tecnológica – SIBRATEC proposto pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. No tocante a qualificação profissional e capacitação tecnológica, a SECTEC/UNIVIMA atuaram no que diz respeito às seguintes atividades: • Lançamento Programa Integrado de Educação Profissional do Maranhão - Maranhão Profissional • Criação de Grupo de Trabalho para planejamento das ações de educação profissional do Estado para 2012 (SEDUC/SETRES/SECTEC) • Articulação interinstitucional com os parceiros do Programa Maranhão Profissional através da promoção e participação de reuniões e visitas técnicas • Desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos voltados ao Programa Maranhão Profissional • Articulação interinstitucional para implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC • Expansão da Rede UNIVIMA nas Instituições de Ensino Superior do Estado para atendimento à demanda de Ensino Profissionalizante no Estado

III - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1 - PROGRAMA

0103 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR		
ÓRGÃOS EXECUTORES	UNIVIMA, UEMA		
OBJETIVO	Promover a inclusão sócio-cultural e educativa de pessoas com renda de até dois salários mínimos e prestar serviços extensionistas a estudantes e pequenos empresários a partir de atividades desenvolvidas pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pela Universidade Virtual do Estado do Maranhão - UNIVIMA		
PÚBLICO ALVO	Moradores de comunidades carentes, empresários e estudantes		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 19.575.348,00	ATUAL: R\$ 32.118.541,00	VARIAÇÃO: 64,1%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas atendidas com serviços de extensão universitária	Unidade	28/12/2007	15.000	16.000	26790

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
UNIVIMA / Vestibular da Cidadania	aluno matriculado	unidade	7.100	12.280	1,7	10.439.978	10.439.978	518.671	518.671	0,0	-
UEMA / UEMA na Comunidade	pessoa atendida	unidade	23.900	815.900	34,1	8.785.370	21.328.563	4.029.825	3.457.308	0,1	341,00
UEMA / Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	evento realizado	unidade	25	25	1,0	350.000	350.000	121.004	111.004	0,3	3,33

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
UNIVIMA / Vestibular da Cidadania	aluno matriculado	unidade	7.100	10.439.978	1.470	12.280	518.671	42
UEMA / UEMA na Comunidade	pessoa atendida	unidade	23.900	21.328.563	892	815.900	4.029.825	5
UEMA / Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	evento realizado	unidade	25	350.000	14.000	25	121.004	4.840

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O programa teve especialmente ações voltadas ao reforço escolar tanto na UEMA quanto na UNIVIMA, apesar de terem sido realizados na UEMA projetos de extensão de diversos tipos. Todos os projetos garantiram a execução contínua do programa como um todo.

Suficiência: SIM. As ações tiveram uma boa abrangência, que, no entanto, poderá ser melhor explorada para o próximo período, especialmente no que tange incrementar as ações extensionistas voltadas às minorias e à geração de renda.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. As ações de extensão, no que diz respeito ao reforço escolar, tiveram uma boa aceitação junto a comunidade, identificada como demanda estratégica.

Suficiência: NÃO. Apesar do público proposto ter sido atingido, um novo conjunto de demandas estratégicas deve ser considerado no próximo período.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores para as ações de reforço escolar, no que diz respeito ao ingresso no ensino superior, ainda carecem de verificação junto aos egressos dos cursos, contudo levantamentos preliminares apontam para significativa melhora, refletida com a contínua procura dos projetos em execução.

Suficiência: NÃO. As ações de reforço escolar, especialmente aquelas realizadas na UNIVIMA, tiveram um bom impacto junto ao público, no entanto é importante destacar que a metodologia dos projetos deve sofrer adequações buscando melhor efetividade.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. As metas propostas foram atingidas e superadas

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. Apesar das adequações necessárias aos projetos em andamento, consideramos que as ações tiveram um impacto positivo junto ao público, garantindo um bom grau de eficiência.
---------------	---

5 - CONCLUSÃO

No âmbito da Extensão Universitária, o Programa Aula do Futuro, coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior – SECTEC, em parceria com a Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA e com a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, com o apoio logístico da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, representa uma grande oportunidade a jovens maranhenses egressos do ensino médio. Em específico, o programa Aula do Futuro desenvolverá atividades complementares ao conteúdo ministrado em sala de aula, utilizando metodologia e suportes tecnológicos avançados, na modalidade de educação à distância, permitindo atender a um grande contingente de alunos, professores e técnicos. No âmbito da UEMA, o projeto “Uema na Comunidade” oferece, nos meses de agosto e setembro, cursos de gestão administrativa em diferentes ramos de atuação. Também na UEMA, o Projeto Uema no Campo é uma ação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proexae), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio da Coordenação de Atividades Extracurriculares, que proporciona aos acadêmicos a oportunidade de conhecer e “sentir” a realidade do Estado do Maranhão, ao mesmo tempo em que realiza ações em proveito das comunidades e municípios parceiros. Durante as operações, quatro municípios foram atendidos, com 42 alunos participantes e 11 professores envolvidos dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Biologia, Química, Pedagogia e Administração, atendendo um público de 1500 pessoas, entre elas comerciantes, comerciantes, agricultores, professores, servidores público e comunidade em geral.

III - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1 - PROGRAMA			
0177 - ENSINO DE GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO SUPERIOR			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR		
ÓRGÃOS EXECUTORES	UNIVIMA, UEMA		
OBJETIVO	Graduar profissionais em cursos de licenciatura e bacharelado de modo a melhorar o nível de empregabilidade, formando uma oferta local competitiva		
PÚBLICO ALVO	Egressos do ensino médio		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 102.641.044,00	ATUAL: R\$ 101.738.152,00	VARIAÇÃO: -0,9%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de alunos matriculados	Unidade	28/12/2007	30.000	32.000	32420
Número de alunos graduados	Unidade	28/12/2007	8000	9.000	9000

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
UEMA / Implantação de Novos Cursos	curso implantado	unidade	1	1	1,0	1.100.000	1.100.000	334.807	310.611	0,2	5,00
UEMA / Formação de Profissionais de Nível Superior	aluno matriculado	unidade	20.185	13.457	0,6	91.221.044	90.318.152	63.738.398	54.739.491	0,6	1,00
UNIVIMA / Graduação de Profissionais de Nível Superior	aluno matriculado	unidade	2.700	47	0,0	10.320.000	10.320.000	8.593.120	8.322.376	0,8	0,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
UEMA / Implantação de Novos Cursos	curso implantado	unidade	1	1.100.000	1.100.000	1	334.807	334.807
UEMA / Formação de Profissionais de Nível Superior	aluno matriculado	unidade	20.185	90.318.152	4.475	13.457	63.738.398	4.737
UNIVIMA / Graduação de Profissionais de Nível Superior	aluno matriculado	unidade	2.700	10.320.000	3.822	47	8.593.120	182.832

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os cursos de graduação do sistema de CT&I são ofertados pela UEMA em sua grande maioria, e complementados por outras parceiras promovidas pela UNIVIMA. Ao longo do ano, ambas as instituições tiveram garantidas a continuidade na execução de seus cursos regulares ofertados tradicionalmente.
Suficiência:	SIM. Os cursos ofertados seguem uma projeção para atendimento das demandas regionais de acordo com um planejamento estratégico interno prévio, que foi implementado sem maiores dificuldades ao longo de 2011.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O público alvo para os cursos de graduação são bem identificados e tradicionalmente são atendidos como demanda contínua por ambas as instituições executoras.
Suficiência:	SIM. Apesar de necessitar de um novo planejamento para os próximos anos, especialmente devido às novas demandas que surgirão com os investimentos no setor industrial do Estado, os cursos tiveram êxito no atendimento das atuais necessidades.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os indicadores do setor são bem estabelecidos e trabalhados tradicionalmente pelas instituições executoras.
Suficiência:	SIM. Os indicadores para ingresso e egressos do Ensino Superior tiveram significativa melhora quando comparados aos do ano anterior. Serão necessários em breve novos investimentos para criar outras unidades de ensino, tendo em vista o natural crescimento do público demandante

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. As metas propostas foram atingidas com sucesso.
---------------	--

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Os cursos de graduação tem sua eficiência conectada com o atendimento da demanda para profissionais no mercado de trabalho. Nesse sentido, os profissionais aqui qualificados tem sido absorvidos de forma natural, refletindo inclusive numa carência de novos profissionais, especialmente no setor de Engenharia (ver estatísticas do programa Maranhão Profissional). Um novo planejamento está sendo trabalhado para incremento e adequação das vagas em curso superior às novas demandas do setor produtivo.

5 - CONCLUSÃO

Por meio dos cursos presenciais, a graduação da UEMA está presente nos municípios maranhenses de São Luís, Imperatriz, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Balsas, Açailândia, Pedreiras, Grajaú e Timon, Barra do Corda, Zé Doca, Itapecuru Mirim, Colinas, Pinheiro, Presidente Dutra, São João dos Patos, Coelho Neto e Lago da Pedra. No regime regular, a UEMA possui um total de 16.873 alunos matriculados no segundo semestre de 2011. A Uemanet, por outro lado, possui hoje 33 pólos de ensino a distância e beneficiam 59 municípios do estado com os cursos de graduação em Administração, Licenciatura em Magistério, Licenciatura em Ensino Religioso, Filosofia, Administração Pública, e com os cursos de formação básica em Magistério de Nível Médio e com o Pré-Vestibular da Cidadania. Em 2011 o Programa de Educação a Distância teve um total de 7.743 alunos matriculados, distribuídos em mais de 140 turmas. A UEMA oferta ainda, o Programa Darcy Ribeiro o qual integra a expansão do Ensino Superior a Educação Básica, objetivando contribuir para melhoria da qualidade de ensino nos Cursos de Biologia, Química, Física, Matemática, Letras, e História. Este Programa vem sendo implantado de forma gradual e atualmente já está inserido e teve início em 23 municípios: Arari, Bequimão, Cururupu, Mirinzal, Pinheiro, São Bento, Viana, barreirinhas, Icatu, Rosário, Açailândia, Amarante do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Porto Franco, Barra do Corda, Grajaú, Balsas, Loreto, Codó, Coelho Neto, São Mateus do maranhão e Timon. Em 2011 o Programa Darcy Ribeiro já conta com o total de 3.400 alunos matriculados em 138 turmas. O Estado, por outro lado, tem hoje uma carteira de investimentos da ordem de R\$ 100 bilhões de reais, para os próximos cinco anos. Refinaria, siderúrgicas, fábricas, usinas, mineração, portos, estradas e obras na construção civil propiciarão a abertura de novas oportunidades aos cidadãos maranhenses com a geração de empregos, distribuição de renda e a consequente melhoria da qualidade de vida da população. Assim, a perspectiva é que novas vagas serão criadas e novos perfis profissionais necessários, o que implica em uma reformulação no planejamento interno para o Ensino Superior do Estado.

III - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1 - PROGRAMA

0178 - ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR		
ÓRGÃOS EXECUTORES	UNIVIMA, UEMA		
OBJETIVO	Implantar cursos de pós-graduação nos pólos da Universidade Virtual do Estado do Maranhão - UNIVIMA e nos Centros de Ciências e Estudos Superiores da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.		
PÚBLICO ALVO	profissionais graduados		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 16.903.520,00	ATUAL: R\$ 19.640.318,00	VARIAÇÃO: 16,2%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Números de Alunos Matriculados	Unidade	28/12/2009	2000	1800	1498

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
UNIVIMA / Implantação de Cursos de Pós-Graduação	aluno matriculado	unidade	3	1.498	544,7	10.267.000	10.267.000	9.450.209	4.476.558	0,4	1.361,75
UEMA / Fomento e Fixação de Mestres e Doutores	mestre e/ou doutor fixado	unidade	6	6	1,0	350.000	350.000	115.900	115.900	0,3	3,33
UEMA / Pós-Graduação de Profissionais	aluno matriculado	unidade	521	521	1,0	6.286.520	9.023.318	1.394.461	1.272.169	0,1	10,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
UNIVIMA / Implantação de Cursos de Pós-Graduação	aluno matriculado	unidade	3	10.267.000	3.733.455	1.498	9.450.209	6.309
UEMA / Fomento e Fixação de Mestres e Doutores	mestre e/ou doutor fixado	unidade	6	350.000	58.333	6	115.900	19.317
UEMA / Pós-Graduação de Profissionais	aluno matriculado	unidade	521	9.023.318	17.325	521	1.394.461	2.677

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os cursos de pós-graduação do sistema de CT&I são ofertados pela UEMA em sua grande maioria, e complementados por outras parceiras promovidas pela UNIVIMA. Ao longo do ano, ambas as instituições tiveram garantidas a continuidade na execução de seus cursos regulares ofertados tradicionalmente.
Suficiência:	SIM. Assim como os cursos de graduação, os cursos ofertados seguem uma projeção para atendimento das demandas regionais de acordo com um planejamento estratégico interno prévio, que foi implementado sem maiores dificuldades ao longo de 2011.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O público alvo para os cursos de pós-graduação são bem identificados e tradicionalmente são atendidos como demanda contínua por ambas as instituições executoras.
Suficiência:	SIM. Os cursos de pós seguem uma tendência natural das Instituições de ensino superior no tocante a seus quadros de professores e pesquisadores. Assim, os alunos egressos da graduação tem disponíveis um conjunto de cursos tradicionalmente disponíveis e adequados, em tempo seu próprio tempo, à demanda regional.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os indicadores do setor são bem estabelecidos e trabalhados tradicionalmente pelas instituições executoras.
Suficiência:	SIM. Os indicadores para ingresso e egressos do Ensino Superior tiveram significativa melhora quando comparados aos do ano anterior. Serão necessários em breve novos investimentos para criar outras unidades de ensino, tendo em vista o natural crescimento do público demandante

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. As metas propostas foram atingidas com sucesso.
---------------	--

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Os cursos de graduação tem sua eficiencia conectada com a formação de recursos humanos altamente qualificados para o Estado. Nesse sentido, os novos mestres e doutores tem sido encaminhados sem maiores dificuldades para continuidade nos seus processos de formação e/ou de absorção por parte de instituições de ensino e pesquisa.

5 - CONCLUSÃO

A UEMA tem implantado desde 1995, o Curso de Mestrado em Agroecologia, do Centro de Ciências Agrárias no campus de São Luis e o Mestrado em Ciência Animal. Durante o ano de 2011, a Divisão de Pós-Graduação coordenou 21 cursos de Pós-Graduação lato sensu distribuídos em seis Centros da UEMA: CECEN, CESI, CESC, CCSA e CCT.

III - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1 - PROGRAMA

0199 - INCLUSÃO DIGITAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SECTEC, UNIVIMA, UEMA		
OBJETIVO	Promover a inclusão digital de jovens e adultos de baixa renda		
PÚBLICO ALVO	jovens e adultos de baixa renda		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 16.133.500,00	ATUAL: R\$ 16.080.000,00	VARIAÇÃO: -0,3%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de jovens e adultos incluídos	Unidade	28/12/2007	8.000	10.000	1498

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
UNIVIMA / Alfabetização Digital	pessoa alfabetizada	unidade	24.980	0	0,0	15.480.000	15.480.000	7.710.033	7.576.233	0,4	0,00
UEMA / Formação de Profissionais para Era Digital	profissional capacitado	unidade	240	240	1,0	600.000	600.000	0	0	0,0	-
SECTEC / Articulação para a Implementação de Telecentros Comunitários	telecentro implementado	unidade	1	0	0,0	53.500	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
UNIVIMA / Alfabetização Digital	pessoa alfabetizada	unidade	24.980	15.480.000	620	0	7.710.033	-
UEMA / Formação de Profissionais para Era Digital	profissional capacitado	unidade	240	600.000	2.500	240	0	0
SECTEC / Articulação para a Implementação de Telecentros Comunitários	telecentro implementado	unidade	1	0	0	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os cursos de pós-graduação do sistema de CT&I são ofertados pela UEMA em sua grande maioria, e complementados por outras parceiras promovidas pela UNIVIMA. Ao longo do ano, ambas as instituições tiveram garantidas a continuidade na execução de seus cursos regulares ofertados tradicionalmente.
Suficiência:	SIM. Assim como os cursos de graduação, os cursos ofertados seguem uma projeção para atendimento das demandas regionais de acordo com um planejamento estratégico interno prévio, que foi implementado sem maiores dificuldades ao longo de 2011.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O público alvo para os cursos de pós-graduação são bem identificados e tradicionalmente são atendidos como demanda contínua por ambas as instituições executoras.
Suficiência:	SIM. Os cursos de pós seguem uma tendência natural das Instituições de ensino superior no tocante a seus quadros de professores e pesquisadores. Assim, os alunos egressos da graduação tem disponíveis um conjunto de cursos tradicionalmente disponíveis e adequados, em tempo seu próprio tempo, à demanda regional.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Os indicadores do setor são bem estabelecidos e trabalhados tradicionalmente pelas instituições executoras.
Suficiência:	SIM. Os indicadores para ingresso e egressos do Ensino Superior tiveram significativa melhora quando comparados aos do ano anterior. Serão necessários em breve novos investimentos para criar outras unidades de ensino, tendo em vista o natural crescimento do público demandante

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. As metas propostas foram atingidas com sucesso.
---------------	--

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Os cursos de graduação tem sua eficiencia conectada com a formação de recursos humanos altamente qualificados para o Estado. Nesse sentido, os novos mestres e doutores tem sido encaminhados sem maiores dificuldades para continuidade nos seus processos de formação e/ou de absorção por parte de instituições de ensino e pesquisa.

5 - CONCLUSÃO

A UEMA tem implantado desde 1995, o Curso de Mestrado em Agroecologia, do Centro de Ciências Agrárias no campus de São Luis e o Mestrado em Ciência Animal. Durante o ano de 2011, a Divisão de Pós-Graduação coordenou 21 cursos de Pós-Graduação lato sensu distribuídos em seis Centros da UEMA: CECEN, CESI, CESC, CCSA e CCT.

IV - CULTURA

1 - PROGRAMA

0131 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	14000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SECMA		
OBJETIVO	Implementar políticas públicas de cultura mediante o incentivo e apoio a produção cultural do Estado.		
PÚBLICO ALVO	Produtores culturais, grupos culturais e artísticos, pesquisadores, prefeituras municipais e a população em geral.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 76.905.148,00	ATUAL: R\$ 49.615.127,00	VARIAÇÃO: -35,5%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de eventos realizados e apoiados.	Unidade	30/12/2009	181	216	284
Número de municípios apoiados	Unidade	31/12/2009	200	206	217
Número de produtores e grupos artístico-culturais incentivados.	Unidade	31/12/2009	1.000	1.100	1.127

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SECMA / Fomento às Atividades Artístico-Culturais	evento apoiado	unidade	357	284	0,7	67.587.617	42.685.843	41.810.775	41.618.226	0,9	0,78
SECMA / Municipalização da Cultura	ação cultural municipalizada	unidade	66	25	0,3	4.807.853	5.510.484	1.668.160	572.160	0,1	3,00
SECMA / Produção Cultural	plano de apoio implementado	unidade	5	1	0,2	4.509.678	1.418.800	1.418.800	1.097.300	0,7	0,29

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SECMA / Fomento às Atividades Artístico-Culturais	evento apoiado	unidade	357	42.685.843	119.568	284	41.810.775	147.221
SECMA / Municipalização da Cultura	ação cultural municipalizada	unidade	66	5.510.484	83.492	25	1.668.160	66.726
SECMA / Produção Cultural	plano de apoio implementado	unidade	5	1.418.800	283.760	1	1.418.800	1.418.800

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. As ações de modo geral atenderam o planejamento.

Suficiência:

SIM. As ações foram suficientes para o desenvolvimento do programa.

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. O programa atingiu de forma progressiva o público alvo.

Suficiência:

SIM. O dimensionamento do público alvo revelou-se adequado.

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. Os indicadores relacionaram-se adequadamente aos objetivos do programa.

Suficiência:

SIM. Os indicadores foram suficientes para medir a eficácia do programa.

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Os resultados apurados comprovam que as metas foram consistentes.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. O programa atingiu seu objetivo, seu público alvo e melhorou seus indicadores.

5 - CONCLUSÃO

Considerando o corte de 20% em seu orçamento, o Programa Produção e Difusão foi executado de modo satisfatório.

IV - CULTURA

1 - PROGRAMA

0504 - MARANHÃO PATRIMÔNIO CULTURAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 14000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

ÓRGÃOS EXECUTORES SECMA

OBJETIVO Revitalizar e difundir os acervos arqueológicos, arquitetônicos, museológicos e documentais maranhenses, mediante a implementação de políticas para a área de patrimônio material e imaterial.

PÚBLICO ALVO escolas, universidades e comunidades

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICIAL: R\$ 2.525.000,00 ATUAL: R\$ 237.241,00 VARIAÇÃO: -90,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de bens culturais restaurados	Unidade	30/12/2009	7	10	03
Número de bens tombados	Unidade	30/12/2009	6.363	6.368	-
Número de visitas e consultas a documentos e equipamentos culturais	Unidade	30/12/2009	195.000	236.500	315.605

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SECMA / Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	acervo cultural recuperado	unidade	2	5	2,5	1.960.000	220.066	220.065	146.279	0,6	4,17
SECMA / Estudos e Prospecção Arqueológica	sítio arqueológico resgatado	unidade	4	5	1,2	365.000	17.175	16.864	16.864	0,9	1,33
SECMA / Implantação de Centros Integrados de Cultura	centro integrado de cultura implantado	unidade	0	0	0,0	200.000	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SECMA / Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	acervo cultural recuperado	unidade	2	220.066	110.033	5	220.065	44.013
SECMA / Estudos e Prospecção Arqueológica	sítio arqueológico resgatado	unidade	4	17.175	4.294	5	16.864	3.373
SECMA / Implantação de Centros Integrados de Cultura	centro integrado de cultura implantado	unidade	0	0	-	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. As ações abrangem o proposto pelo programa.

Suficiência: SIM. O planejamento das ações planejadas foi suficiente.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O programa, quase sempre, atingiu seu público alvo

Suficiência: SIM. Com base no que foi proposto, o público alvo foi atendido na quase totalidade.

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores atenderam embora a evolução não tenha sido significativa.

Suficiência: SIM. Alguns indicadores permaneceram inalterados devido a paralisação temporária dos tombamentos no estado.

4.4 - Quanto as Metas

AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. Apesar de algumas dificuldades na execução, as metas revelaram-se consistentes.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Mesmo diante de alguns problemas operacionais, o programa alcançou a eficiência na execução.

5 - CONCLUSÃO

Embora tenha sofrido pequenos entraves durante a execução de algumas ações, no conjunto o Programa teve um desempenho satisfatório.

V - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1 - PROGRAMA			
0193 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL, SEDES		
OBJETIVO	Articular, executar e acompanhar as ações de segurança e vigilância alimentar e nutricional, e apoiar a estruturação dos sistemas municipais de segurança alimentar e nutricional.		
PÚBLICO ALVO	pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 13.948.559,00	ATUAL: R\$ 21.759.924,00	VARIAÇÃO: 56,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas em risco nutricional atendidas e acompanhadas com ações de segurança e vigilância alimentar.	Unidade	01/03/2009	325.345	351.892	212.434
Número de sistemas municipais de segurança alimentar e nutricional implantadas.	Unidade	31/12/2009	31	30	06

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Leite é Vida	leite distribuído	litro	14.444.000	13.838.441	0,9	11.567.155	17.039.891	16.704.464	15.053.665	0,8	1,13
SEDES / Implantação de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional	famílias atendidas	unidade	14.000	0	0,0	255.831	2.319.301	249.989	4.680	0,0	-
FESCENTRAL / Controle de Distúrbios e Deficiências Nutricionais	município acompanhado	unidade	2	2	0,8	78.420	8.321	7.220	7.220	0,8	1,00
FESCENTRAL / Vigilância Alimentar e Nutricional	vigilância alimentar implementada	unidade	11	8	0,7	621.000	602.876	511.900	446.844	0,7	1,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Leite é Vida	leite distribuído	litro	14.444.000	17.039.891	1	13.838.441	16.704.464	1
SEDES / Implantação de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional	famílias atendidas	unidade	14.000	2.319.301	166	0	249.989	-
FESCENTRAL / Controle de Distúrbios e Deficiências Nutricionais	município acompanhado	unidade	2	8.321	4.161	2	7.220	4.513
FESCENTRAL / Vigilância Alimentar e Nutricional	vigilância alimentar implementada	unidade	11	602.876	57.417	8	511.900	62.887

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O conjunto de ações é pertinente pois possibilita trilhar um percurso que vai ao encontro do objetivo do programa. Isto fica evidente quando a ação Restaurante Popular tem foco direto na elevação do nível nutricional das famílias atendidas, o mesmo se constata com a ação Leite é vida direcionada as crianças, nutrízes e idosos, além da ação de Controle de Distúrbios e Deficiências Nutricionais caracterizada pela distribuição de medicamentos (vitamina A e ferro). Do mesmo modo, as outras ações estão intrinsecamente relacionadas com o objetivo.
Suficiência:	SIM. Entretanto são inadequadas, considerando o indicador de sistemas municipais implantados, visto que as ações voltadas para este indicador são realizadas no programa de gestão da política de SAN.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. Existe uma demanda reprimida, em função das ações do restaurante popular serem concentradas em São Luís e o Leite é Vida atende apenas uma parte do público alvo no Estado

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	NÃO. Tendo em vista que o indicador 1 – considera apenas as pessoas acompanhadas pelo SISVAN e o Indicador 2 “Número de Sistemas Municipais de SAN implantado” não tem no programa ações que permitam sua mensuração.
Suficiência:	NÃO.

4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Ao considerarmos as ações executadas na SEDES, observa-se a princípio inconsistência no alcance das metas, visto que na ação 3053 a meta foi zero e na ação 4423 o alcance foi de 50,6%. Na primeira situação explica-se a meta zero em decorrência das atividades terem se iniciado em dezembro/2011, com prazo para conclusão em março/2013. Na segunda situação o órgão executou toda meta prevista para 6 meses do ano, uma vez que a dotação orçamentária era suficiente somente para esse período. É necessário evidenciar que ao final do exercício a SEPLAN procedeu anulação de dotação sem haver redução das metas físicas planejadas, as quais haviam sido suplementadas no segundo semestre. Ressaltamos ainda que esta dotação era destinada para suplementar os recursos de julho a dezembro, os quais não foram utilizados em função da não conclusão do processo licitatório do Restaurante Popular. Acrescente-se ainda a utilização de dotação com despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 258.000,00.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. Em que pese os percentuais elevados de execução financeira na SEDES, mas considerando-se a veracidade das justificativas, reconhecemos a eficiência na aplicação dos recursos. Quanto a SES, verifica-se uma equidade entre os percentuais de recursos financeiros e metas físicas

5 - CONCLUSÃO

Considerando-se que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional encontra-se em processo de construção a níveis nacional, estadual e municipal, enfrenta muitas limitações próprias desta condição. Em que pese a insuficiência de recursos de toda natureza, registra-se avanços no que se refere a normatização dos marcos legais. Espera-se do Estado melhora substancial na dotação consignada para este programa nos próximos exercícios, venha acompanhado de uma reestruturação no seu quadro de recursos humanos e infra estrutura física.

V - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1 - PROGRAMA

0517 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FEAS		
OBJETIVO	Garantir condições para o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade, prevenindo riscos pessoais e sociais.		
PÚBLICO ALVO	famílias		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 2.500.000,00	ATUAL: R\$ 52.195.101,00	VARIAÇÃO: 1.987,8%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de famílias em situação de vulnerabilidade atendidas.	Unidade	31/12/2009	56.682	541.204	548.774
Número de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS estruturados.	Unidade	31/12/2009	6	30	06

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FEAS / Estruturação da Rede de Serviços Básicos	equipamento social estruturado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
FEAS / Serviços Socio-Assistenciais de Proteção Básica	atendimento realizado	unidade	1.540	1.540	1,0	1.300.000	819.191	613.440	613.440	0,7	1,43
FEAS / Benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS	atendimento realizado	unidade	1.234	1.226	0,9	200.000	182.000	177.000	177.000	0,9	1,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FEAS / Estruturação da Rede de Serviços Básicos	equipamento social estruturado	unidade	0	0	-	0	0	-
FEAS / Serviços Socio-Assistenciais de Proteção Básica	atendimento realizado	unidade	1.540	819.191	532	1.540	613.440	398
FEAS / Benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS	atendimento realizado	unidade	1.234	182.000	147	1.226	177.000	144

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O conjunto de ações é pertinente pois possibilita trilhar um percurso que vai ao encontro do objetivo do programa. Isto fica evidente quando a ação Restaurante Popular tem foco direto na elevação do nível nutricional das famílias atendidas, o mesmo se constata com a ação Leite é vida direcionada as crianças, nutrízes e idosos, além da ação de Controle de Distúrbios e Deficiências Nutricionais caracterizada pela distribuição de medicamentos (vitamina A e ferro). Do mesmo modo, as outras ações estão intrinsecamente relacionadas com o objetivo.
Suficiência:	SIM. Entretanto são inadequadas, considerando o indicador de sistemas municipais implantados, visto que as ações voltadas para este indicador são realizadas no programa de gestão da política de SAN.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. Existe uma demanda reprimida, em função das ações do restaurante popular serem concentradas em São Luís e o Leite é Vida atende apenas uma parte do público alvo no Estado

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	NÃO. Tendo em vista que o indicador 1 – considera apenas as pessoas acompanhadas pelo SISVAN e o Indicador 2 “Número de Sistemas Municipais de SAN implantado” não tem no programa ações que permitam sua mensuração.
Suficiência:	NÃO.

4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Ao considerarmos as ações executadas na SEDES, observa-se a princípio inconsistência no alcance das metas, visto que na ação 3053 a meta foi zero e na ação 4423 o alcance foi de 50,6%. Na primeira situação explica-se a meta zero em decorrência das atividades terem se iniciado em dezembro/2011, com prazo para conclusão em março/2013. Na segunda situação o órgão executou toda meta prevista para 6 meses do ano, uma vez que a dotação orçamentária era suficiente somente para esse período. É necessário evidenciar que ao final do exercício a SEPLAN procedeu anulação de dotação sem haver redução das metas físicas planejadas, as quais haviam sido suplementadas no segundo semestre. Ressaltamos ainda que esta dotação era destinada para suplementar os recursos de julho a dezembro, os quais não foram utilizados em função da não conclusão do processo licitatório do Restaurante Popular. Acrescente-se ainda a utilização de dotação com despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 258.000,00.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. Em que pese os percentuais elevados de execução financeira na SEDES, mas considerando-se a veracidade das justificativas, reconhecemos a eficiência na aplicação dos recursos. Quanto a SES, verifica-se uma equidade entre os percentuais de recursos financeiros e metas físicas

5 - CONCLUSÃO

Considerando-se que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional encontra-se em processo de construção a níveis nacional, estadual e municipal, enfrenta muitas limitações próprias desta condição. Em que pese a insuficiência de recursos de toda natureza, registra-se avanços no que se refere a normatização dos marcos legais. Espera-se do Estado melhora substancial na dotação consignada para este programa nos próximos exercícios, venha acompanhado de uma reestruturação no seu quadro de recursos humanos e infra estrutura física.

V - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1 - PROGRAMA

0518 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FEAS, FUNAC, FEDCA		
OBJETIVO	Garantir condições para o atendimento especializado a famílias e indivíduos com direitos violados, em situação de risco pessoal e social.		
PÚBLICO ALVO	famílias e indivíduos em situação de risco		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 6.031.539,00	ATUAL: R\$ 10.107.246,00	VARIAÇÃO: 67,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de centros de referencia especializado de assistencia social-CREAS estruturados.	Unidade	31/12/2009	3	2	0
Número de pessoas em situação de risco atendidas	Unidade	31/12/2009	3.329	4.532	2759
Taxa de não reiteração de práticas infracionais	Percentual	02/01/2009	12,0	8,0	85
Número de adolescentes autores de atos infracionais atendidos.	Unidade	02/01/2009	1.044	922	1039

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FEDCA / Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	entidade apoiada	unidade	13	0	0,0	735.000	1.252.789	1.242.080	48.000	0,0	-
FEAS / Estruturação da Rede de Serviços Especializados	equipamento social estruturado	unidade	2	2	1,0	73.985	71.618	71.477	43.569	0,6	1,67
FUNAC / Descentralização das Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto	município apoiado	unidade	0	0	0,0	891.415	0	0	0	0,0	-

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FUNAC / Execução das Medidas Sócio-Educativa de Restrição e Privação de Liberdade	adolescente e jovem atendido	unidade	259	343	1,3	3.823.139	8.284.444	5.570.758	5.491.441	0,6	2,17
FEAS / Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial	atendimento realizado	unidade	1.740	1.720	0,9	508.000	498.395	468.449	453.550	0,9	1,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FEDCA / Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	entidade apoiada	unidade	13	1.252.789	96.368	0	1.242.080	-
FEAS / Estruturação da Rede de Serviços Especializados	equipamento social estruturado	unidade	2	71.618	35.809	2	71.477	35.739
FUNAC / Descentralização das Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto	município apoiado	unidade	0	0	-	0	0	-
FUNAC / Execução das Medidas Sócio-Educativa de Restrição e Privação de Liberdade	adolescente e jovem atendido	unidade	259	8.284.444	31.965	343	5.570.758	16.237
FEAS / Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial	atendimento realizado	unidade	1.740	498.395	286	1.720	468.449	272

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O conjunto de ações foi bem concebido e contempla em sua totalidade todas as operações necessárias para alcance dos objetivos do Programa focados, sobretudo, na violação de direitos.
Suficiência:	SIM. A se considerar os órgãos executores das diversas ações constata-se coerência entre finalidade das ações e suas missões institucionais. É oportuno ressaltar a falta de transparência do conjunto de operações das ações, tais como os cofinanciamento, os atendimentos específicos a pessoa idosa e crianças e adolescentes em abrigo.

4.2 - Quanto ao Público Alvo	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. O público atendido foi constituído de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.
Suficiência:	NÃO. Não conseguimos atender a demanda na sua plenitude, considerando que o atendimento encontra-se concentrado em São Luis e Imperatriz, deixando uma lacuna quanto o atendimento da demanda estadual referente aos serviços de média e alta complexidade.
4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	NÃO. Não atende o objetivo do Programa, pois os indicadores não são capazes de aferir a efetividade da qualidade da ação.
Suficiência:	NÃO. Seriam necessários outros indicadores capazes de mensurar os resultados das diferentes ações junto ao público alvo.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. Das três Ações do Programa 02 alcançaram a meta planejada, observando-se que a Ação 4292 superou em 32% o planejado. Fato negativo se registra na Ação 4297 que ficou 16% aquém da meta prevista. No contexto do Programa considera-se eficaz as metas alcançadas.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Evidente inconsistência quando analisada com foco exclusivo nos números. Observa-se fragilidades conceituais nas especificações das Ações que levam a deformar os custos per capita quando da elaboração do planejamento. Na Ação 4292 esse custo varia com o número de dias de atendimento do adolescente nas Unidades da Funac. Isso explica o porque de atendimento tão superior ao recurso previsto. O mesmo ocorreu com a Ação 4297 com a realização de despesas imprevisíveis e eventuais nas unidades de atendimento a pessoa idosa. No caso da Ação 3022 estavam previstas a realização de obras estruturais de CREAS entretanto a insuficiência de dotação levou o órgão a optar pela estruturação através de aquisição de equipamentos, o que reduziu de modo significativo o custo per capita o que ensejou 100% das metas alcançadas em que pese a baixa utilização de recursos.

5 - CONCLUSÃO

A Política Nacional de Assistência Social considera a Proteção Social Especial em serviços de média complexidade executadas nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que atendem famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos com vínculos fragilizados. Enquanto a alta complexidade atende família e indivíduo com os vínculos rompidos através de Unidades de longa permanência, Unidades de Atendimento de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade, Abrigos e Casa de Passagem. A Política de Assistência Social teve avanços significativos na normatização, entretanto os recursos orçamentários não foram assegurados para execução dos serviços, visto que há necessidade de maior investimento para garantir a execução das ações em todo estado, por meio da ampliação do financiamento e co-financiamento dos serviços objetivando atingir um maior número de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Vale ressaltar que o Governo Federal co-financia os 112 (cento e doze) municípios maranhenses que possuem a Unidade de média complexidade nos CREAS com os serviços de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI e Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviço à Comunidade, com repasse de recurso até outubro/2011 no total de R\$ 765.900,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e novecentos reais), sendo que o Estado só co-financiou 05 (cinco) municípios com um repasse de R\$ 37.200,00 (trinta e sete

V - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1 - PROGRAMA

0519 - MARANHÃO SOLIDÁRIO E INCLUSIVO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ÓRGÃOS EXECUTORES	VIVACID, VIVACI		
OBJETIVO	Contribuir no processo de fortalecimento do exercício da cidadania da população maranhense, mediante a emissão da documentação civil e da prestação de serviços públicos de qualidade em um mesmo espaço físico.		
PÚBLICO ALVO	população em geral		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 14.182.404,00	ATUAL: R\$ 8.789.621,00	VARIAÇÃO: -38,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de atendimentos realizados	Unidade	31/12/2008	1.456.134	2.022.305	2.292.462
Taxa de satisfação do usuário	Percentual	31/12/2007	90,0	92,0	97,83

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
VIVACID / Expansão e Instalação de Unidades do Viva Cidadão	unidade instalada	unidade	6	5	0,8	0	1.912.716	1.912.111	1.622.220	0,8	1,00
VIVACID / Cidadão de Direitos e Deveres	atendimento realizado	unidade	2.064.749	2.292.462	1,1	0	6.876.905	6.796.652	6.361.300	0,9	1,22

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
VIVACID / Expansão e Instalação de Unidades do Viva Cidadão	unidade instalada	unidade	6	1.912.716	318.786	5	1.912.111	382.422
VIVACID / Cidadão de Direitos e Deveres	atendimento realizado	unidade	2.064.749	6.876.905	3	2.292.462	6.796.652	3

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

Pertinência:	SIM. As ações são apropriadas por se tratarem da prestação de serviços públicos de grande demanda, principalmente, as relacionadas à emissão de documentos individuais e indispensáveis ao cidadão para o exercício da cidadania.
Suficiência:	SIM. As ações têm atingido os objetivos facilitando acessibilidade do cidadão em termos de serviços públicos nos diferentes municípios, suprimindo as necessidades imediatas no que concerne a emissão de documentos pessoais. Somente a Ação Mutirão da Cidadania, comum a todas as Secretarias, apesar de sua relevância não foi executada em 2011.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. Para alcance dos objetivos do programa utilizamos diferentes formas de atendimento: estrutura fixa, Alternativa (deslocando estrutura fixa a diferentes localidades por um período de 30 dias, em rota específica) ou móvel (Rodoviária, Ferroviária) disponibilizando diferentes órgãos públicos no mesmo espaço físico. Apesar desses mecanismos ainda deixam demandas reprimidas em função da capacidade de atendimento das Unidades e quantidade de pessoal para prestação de serviços.

4.3 - Quanto ao Indicador

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. Há necessidade de inclusão de um indicador para mensurar Unidades Instaladas e serviços implantados

4.4 - Quanto as Metas

Consistência:	SIM. As metas realizadas foram compatíveis com as previstas
---------------	---

4.5 - Quanto a Eficiência

Consistência:	SIM.
---------------	------

5 - CONCLUSÃO

A execução física e financeira, foi compatível em relação ao programado, considerando o que segue: • Na Ação Expansão, o Viva realizou parcialmente a meta física (de 6 Unidades: COHAB, ZÉ DOCA, BACABAL, CAXIAS, AÇAILÂNDIA, AMPLIAÇÃO DA UNIDADE PRAIA GRANDE) e executou 4, conforme abaixo: - Unidades concluídas: Caxias, Açailândia, Santa Inês, ampliação de Presidente Dutra. No caso de Pinheiro (esta última entrará em funcionamento em JANEIRO/2012, estando instalada ficando pendente somente providências por parte de alguns parceiros para poder entrara em período experimental). • Em relação à meta de expansão esclarecemos o que segue: foi excluída a instalação da Unidade de COHAB (devido a dificuldades por parte da SEPLAN/ SEDES de remanejarem os parceiros que estavam ocupando o espaço cedido ao Viva Cidadão no CSU/COHAB, tendo este Órgão até licitado empresa para reformar o espaço, adquirido patrimônio e selecionado pessoal para este propósito, no entanto decisão superior impossibilitou sua consecução. • As Unidades de COHAB, ZÉ DOCA e BACABAL, previstas no PPA foram substituídas por Unidades de menor porte: Pinheiro, Santa Inês, BEM COMO, PELA AMPLIAÇÃO DA Unidade de Presidente Dutra. • No caso de Unidade de Bacabal, também, prevista para 2011, apesar de ter sido doado terreno pela Prefeitura e ter sido mobilizado pessoal efetivo do Estado, entretanto, o volume de recursos para construção não estava previsto no orçamento do Órgão. Essa situação foi informada ao Governo, através da SEDES ocasionando sua reprogramação para outro momento. • No caso da ampliação da Unidade Praia Grande, também prevista, o processo encontra-se ainda na SEPLAN, aguardando manifestação jurídica e autorização do Secretário (em relação a repasse do valor da ampliação ao contrato de locação do imóvel - considerando medidas previstas em Lei); esta ação irá propiciar a continuidade da tramitação dos procedimentos licitatórios junto a CCL; • Na Ação Cidadão de Direitos e Deveres, a meta física foi excedida em relação ao programado e ao esperado (previsto-2.064.749, realizado-2.292.462, esperado-2.114.332), mesmo com a exclusão da meta física e financeira do Mutirão da Cidadania em 27.000 atendimentos (não foi executado pelo Governo em 2011); • A meta financeira do programa não foi cumprida, considerando o que segue: • Houve cancelamento de crédito do Viva Cidadão na ordem de R\$ 6.395.719,00 (Medida provisória 82 e ofício circ 11 GAB/SEPLAN, ocasionando as Notas de orçamento 01;04,05,06,07,09,18,19,21,24,25 e 30 - pagamento de encargos gerais), bem como, transferências de recursos para viabilizar a execução de despesas (decrécimo de crédito pela NO27; e cancelamento de crédito para cobertura de Condição especial de trabalho de servidores de novas Unidades (NOS 12,15,16,23). Esses decréscimos foram decorrentes da demora na reorganização do Estado (CCL) e, por conseguinte, as orientações para realização dos certames em 2011, bem como, inadimplência de empresas para participação das licitações, sendo em sua maioria deserta, o que comprometeu a execução do recurso. Por outro lado a substituição de implantação de Unidades de grande porte por pequeno porte em 2011, ocasionou redução no valor previsto para implantação 2011. Para instalação das novas Unidades, foi pré-condição disponibilização de RH de outros Órgãos, com divisão de carga horária para cobertura de prestação de serviços no Viva Cidadão decorrendo o decréscimo de recursos do Viva na ordem de R\$420.161,00, para os seguintes Órgãos: SEEDUC, SEPLAN, SEDES, PM, SES, SETRES, com vistas a cobertura de gratificação por Condição Especial de Trabalho, conforme autorização do Comitê de Gestão orçamentário, financeiro e de políticas salariais. • Parte do recurso orçamentário previsto para link (pagamento de contrato com OI decorrente da disponibilização de antenas satélites e acessos terrestres para funcionamento de dados de Unidades Fixas, Móveis, e novas Unidades), foi transferido para a Casa Civil, o valor de R\$ 617.357,00, vez que essa ação era executada pela SEPLAN e passou a ser pela Casa Civil, através das SEATI, Órgão gestor desse Contrato no Estado, não tendo havido tempo hábil para efetuar contrato. • Nesse sentido, o contingenciamento orçamentário ocasionaram a mudança de estratégia em relação ao tamanho de Unidades e, por conseguinte, seus custos e metas de atendimento.

VI - EDUCAÇÃO

1 - PROGRAMA

0508 - EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SEDUC, CINTRA		
OBJETIVO	Universalizar o ensino fundamental e ampliar a oferta de vagas no ensino médio, considerando às especificidades da educação indígena, do campo, especial e de jovens e adulto, com vistas à melhoria do processo educacional.		
PÚBLICO ALVO	alunos do ensino fundamental e médio		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 120.676.364,00	ATUAL: R\$ 325.870.449,00	VARIAÇÃO: 170,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de atendimento escolar na faixa de 7 a 14 anos.	Percentual	20/01/2009	94,99	96,00	98,36
Taxa de atendimento escolar na faixa de 15 a 17 anos.	Percentual	20/01/2009	73,50	80,00	84,50

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEDUC / Assistência Alimentar	aluno assistido	unidade	491.303	480.401	0,9	20.800.125	38.536.077	37.491.932	37.106.604	0,9	1,00
CINTRA / Fomento ao Ensino Profissionalizante	aluno beneficiado	unidade	2.400	999	0,4	160.000	7.670	7.636	7.636	0,9	0,44
SEDUC / Apoio e Desenvolvimento da Gestão Escolar	escola assistida	unidade	844	715	0,8	65.415.518	250.642.226	238.320.279	204.132.288	0,8	1,00
SEDUC / Transporte Escolar	aluno assistido	unidade	43.426	38.229	0,8	18.100.000	16.640.260	15.933.160	15.768.760	0,9	0,89

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
CINTRA / Implementação das Ações Pedagógicas e Educativas	aluno assistido	unidade	7.915	7.659	0,9	1.095.232	930.874	927.831	856.602	0,9	1,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SEDUC / Assistência Alimentar	aluno assistido	unidade	491.303	38.536.077	78	480.401	37.491.932	78
CINTRA / Fomento ao Ensino Profissionalizante	aluno beneficiado	unidade	2.400	7.670	3	999	7.636	8
SEDUC / Apoio e Desenvolvimento da Gestão Escolar	escola assistida	unidade	844	250.642.226	296.969	715	238.320.279	333.315
SEDUC / Transporte Escolar	aluno assistido	unidade	43.426	16.640.260	383	38.229	15.933.160	417
CINTRA / Implementação das Ações Pedagógicas e Educativas	aluno assistido	unidade	7.915	930.874	118	7.659	927.831	121

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Ao programa estão elencadas ações que abrangem elementos necessários para que o mesmo alcance o objetivo. Assistência alimentar: ação que busca atender às necessidades nutricionais e formar hábitos alimentares saudáveis do aluno. Apoio e desenvolvimento da gestão escolar: a esta ação cabe prover as escolas de condições físicas, materiais, humanas e financeiras para que desenvolvam competências técnicas, promovam a integração de mídias, o aperfeiçoamento profissional continuado com o acompanhamento técnico pedagógico. A escola deve ser vista como um ambiente agradável e ainda como sendo referência no processo ensino aprendizagem, principalmente nas séries iniciais, momento riquíssimo para estimular a capacidade de desenvolvimento da criança, bem como a formação da personalidade. Transporte escolar: busca garantir o transporte escolar para os alunos devidamente matriculados na rede estadual de ensino e residentes na zona rural. No Maranhão, cuja zona rural é maioria e de alto índice de pobreza, é necessário pensar em estratégias para fazer com que o aluno chegue até a escola e nela permaneça. Apoio à educação indígena: a esta ação cabe a garantia do funcionamento da educação escolar indígena do Estado. É de fundamental importância considerar as especificidades destes clientes que têm necessidades e culturas próprias. Pensar e fazer uma educação que valorize o indígena de modo a fazer com que eles vivam em sua comunidade bem como em qualquer outro lugar, preparando-os para que sejam cidadãos do mundo. Apoio à educação no campo: tem por finalidade a garantia do funcionamento da educação do campo no Estado. Grande parte do território maranhense é composta de zona rural, assim, a comunidade que a compõe precisa ser beneficiada com uma educação que considere suas necessidades e valorize seu dia-a-dia, seu conhecimento de mundo. Apoio à educação especial: aumentar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso fortalecer a educação inclusiva, com contratação de profissionais de ensino, acompanhamento e monitoramento das atividades e dos alunos.

NÃO. Analisando os discursos locais e as ações propostas para que o objetivo do programa seja alcançado, vê-se com clareza que muito se necessita fazer para que os alunos que se matriculam possam ter uma boa educação. Busca-se ampliar o ensino médio, contudo, qual a motivação que o aluno tem

4.2 - Quanto ao Público Alvo	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. Considerando que o público alvo do programa seja alunos do ensino fundamental e médio, esta Secretaria de Estado da Educação consegue atender seu público.
Suficiência:	SIM. Segundo os números do censo escolar, esta Secretaria de Estado da Educação conseguiu superar o atendimento ao público alvo do programa. Convém considerar o fato de o Estado do Maranhão ainda possuir, embora em pequeno número, alunos fora da escola no ensino fundamental e em maior número, no ensino médio. A cada ano esta Secretaria busca ampliar e melhorar seu atendimento; a exemplo, teve como foco em 2011 a educação indígena, a educação no campo e a educação especial. Como forma de atrair o jovem à escola, sugere-se: melhoria do ensino médio – incentivar os professores a tornar as aulas atrativas, interessantes aos alunos, fazendo, sempre que possível, o uso da tecnologia, utilizando exemplos reais e do cotidiano para ilustrar a teoria, mostrando ao aluno a aplicação das discussões em sala de aula para a vida prática; repensar o processo de avaliação – utilizar técnica da avaliação 360° - onde todos são avaliados e avaliam a todos; essa avaliação tem como objetivo melhorar a gestão, o atendimento, o ensino, a escola como um todo, inclusive o aluno; Elaborar provas que incentivem o pensamento, que explorem a capacidade criativa e cognitiva do jovem, tudo atrelado ao conteúdo ministrado em sala de aula; fazer PPP's (Parcerias Público Privadas) – pensar o ensino médio com duas vertentes: uma preparando o aluno para a educação superior e a outra para o mercado de trabalho. Através das PPP's os alunos com melhores índices de aproveitamento teriam seu acesso à educação superior / emprego, por mérito. Enfim, iniciar um trabalho mais prático que resulte em mais matrículas e por consequência, na elevação dos índices de educação no Estado.
4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. Avalia-se que os indicadores sejam capazes de aferir com maior efetividade o quesito expansão, uma vez que relaciona com clareza a população existente nas faixas indicadas com os números de matrículas na rede de ensino. Já para a aferição da melhoria, outros aspectos devem ser considerados, visando, sobretudo, a observação do impacto do programa sobre as comunidades escolares beneficiadas.
Suficiência:	SIM. Os indicadores são suficientes para análise do quesito expansão, visto que os mesmos conseguem mostrar a relação entre os alunos nas faixas entre 7 e 14 anos – matriculados no ensino fundamental e alunos nas faixas entre 15 e 17 anos – matriculados no ensino médio. No âmbito da melhoria, a análise ainda carece da determinação de indicadores mais adequados à identificação do nível de qualidade na execução do Programa.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. No início de cada exercício, os setores encaminham para o setor de planejamento da Secretaria de Estado da Educação, suas previsões estabelecendo as metas físicas a serem alcançadas no decorrer do ano. Para que essas metas sejam alcançadas, o principal fator é ter orçamento suficiente para sua execução. A realidade desta Secretaria é que se trabalha com limitação orçamentária. Em grande parte não se consegue assegurar necessidades básicas como recursos pessoais, materiais e tecnológicos, que servem de apoio para que a meta seja alcançada. Desse modo, não adianta um projeto bem elaborado, com cronograma possível e um bom levantamento de custos se não houver amparo orçamentário para sua concretização. Isso ocasionará, muitas das vezes, meta física não cumprida. Assim, avalia-se como insuficientes as metas físicas para que o programa atinja seu objetivo.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Avalia-se como suficiente o orçamento para que o programa atinja seu objetivo, contudo, observa-se que existem ações não planejadas inicialmente que necessitam de aporte de capital para que aconteçam. Assim, estabelecidas as prioridades, faz-se o remanejamento orçamentário para que ações desse tipo aconteçam em detrimento a outras.

5 - CONCLUSÃO

Considerando a média percentual das ações, alcançou-se 70,86%, o que, segundo os parâmetros estabelecidos, ficou abaixo do esperado. Contudo, há de se considerar que das nove ações que compõem o programa, apenas duas tiveram percentual indesejável. Avalia-se então que o não cumprimento das metas em sua totalidade deu-se por não se ter conseguido assegurar as necessidades básicas para o funcionamento da casa, como recursos tecnológicos eficientes, projetos inconsistentes quanto à definição de orçamento, indicadores de avaliação precisos, processos mal instruídos e fluxo burocrático e ineficaz de processos.

VI - EDUCAÇÃO

1 - PROGRAMA

0509 - EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	
ÓRGÃOS EXECUTORES	SEDUC	
OBJETIVO	Ampliar e melhorar a infraestrutura física na rede oficial de ensino.	
PÚBLICO ALVO	população na idade escolar.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 4.500.000,00	ATUAL: R\$ 87.03

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de salas construídas	Unidade	16/10/2009	119	130	138
Número de escolas reformadas	Unidade	16/10/2009	69	80	17

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEDUC / Expansão e Melhoria da Infra-Estrutura Física	ambiente construído, reformado, adaptado e/ou ampliado	unidade	1.310	411	0,3	2.750.000	64.949.714	45.356.816	22.421.980	0,3	1,00
SEDUC / Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	ambiente equipado	unidade	15.425	1.265	0,0	1.750.000	22.084.232	17.892.698	1.295.610	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SEDUC / Expansão e Melhoria da Infra-Estrutura Física	ambiente construído, reformado, adaptado e/ou ampliado	unidade	1.310	64.949.714	49.580	411	45.356.816	110.357
SEDUC / Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	ambiente equipado	unidade	15.425	22.084.232	1.432	1.265	17.892.698	14.144

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Ao programa estão elencadas duas ações: Expansão e melhoria da infra-estrutura física, com a finalidade de construir, reformar, ampliar e adaptar escolas da educação básica, bibliotecas, unidades administrativas e a casa do educador. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, cuja finalidade é adquirir equipamentos e materiais permanentes para as escolas. Avalia-se, então, o conjunto de ações como apropriadas, logo pertinente ao programa, permitindo que o mesmo atinja seu objetivo.
Suficiência:	NÃO. Quando se pensa em ampliação da infra-estrutura física, fala-se diretamente de construção e reforma, mas ao objetivar a melhoria da infra-estrutura física, o universo se abrange e deve-se considerar algo além de aquisições, construção e reforma. Há de se pensar na manutenção dessa rede oficial de ensino, de forma a garantir vida útil longa desse patrimônio público que beneficia a tantos. Essa dita manutenção perpassa pelos serviços de reparos necessários ao longo dos tempos indo até as pessoas que compõem e são beneficiadas pelo ambiente, ou seja, todos os servidores da escola bem como alunos, seus pais e toda a sociedade. Sugere-se a reflexão sobre a necessidade de criar a cultura de preservação do patrimônio público e acabar com aquele pensamento, de muitos, de que, "se é público é nosso, logo, posso tratar como quiser" ou ainda, "posso destruir, o governo é rico". Questões culturais de educação, que devem ser trabalhadas visando permitir maiores e melhores investimentos futuros.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	NÃO. Considerando que o público alvo do programa seja população na idade escolar, esta Secretaria de Estado da Educação ainda não consegue atendê-lo totalmente, uma vez que existem pessoas nessa faixa etária que estão fora das escolas, havendo, portanto, demanda reprimida.
Suficiência:	NÃO. Considerando-se a existência de demanda reprimida, avalia-se que precisa haver um maior esforço para que o público-alvo possa ser atendido em sua totalidade. Embora a cada ano a Secretaria de Educação busque ampliar e melhorar seu atendimento, como mostrou ser o foco neste ano com a melhoria da estrutura física das escolas, faróis da educação, unidades administrativas e a construção da Casa do Educador, sugere-se haver maior integração entre os programas como forma de pensar estratégias para permitir o acesso e a permanência dessa população à escola. Ações como monitoramento da frequência dos alunos, comparando com os dados do bolsa família; valorização dos critérios técnicos e não políticos para a construção ou reforma de escolas; levantamento das necessidades locais através de censo escolar para subsidiar a decisão anteriormente sugerida; conscientização dos pais e responsáveis bem como dos líderes políticos locais, do valor e da importância da educação para o desenvolvimento pessoal e social, além da preocupação em manter e preservar os investimentos realizados pelo poder público, o que minimizará custos e permitirá maiores e melhores investimentos futuros.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Avalia-se que os indicadores propostos sejam capazes de aferir a efetividade do programa uma vez que se consegue perceber a relação clara entre o objetivo do programa e os indicadores propostos.
Suficiência:	SIM. Os indicadores são suficientes para análise da efetividade do programa.

4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. No início de cada exercício, os setores encaminham para o setor de planejamento da Secretaria de Estado da Educação, suas previsões estabelecendo as metas físicas a serem alcançadas no decorrer do ano. Para que essas metas sejam alcançadas, o principal fator é ter orçamento suficiente para sua execução. Embora a realidade desta Secretaria seja sempre trabalhar com limitação orçamentária, no caso deste programa, observa-se que o vilão não foi orçamento, tendo em vista que só foi liquidado 27,3% de sua dotação. Assim, não adianta ter orçamento se não houver um projeto bem elaborado, com cronograma possível e um bom levantamento de custos. Assim, avalia-se como insuficiente as metas físicas para que o programa atinja seu objetivo.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. Avalia-se como positivo o fluxo de recurso para que o programa pudesse atingir seu objetivo, embora tenha sido empenhado 73,6% da dotação. Com esse percentual, percebe-se que para que as ações aconteçam de forma satisfatória, precisa-se de mais que orçamento disponível. Questões como maior envolvimento dos gestores, ações de monitoramento e acompanhamento, visitas técnicas e um projeto bem elaborado devem ser observadas para que se obtenha sucesso.
5 - CONCLUSÃO	
Considerando a média percentual das ações, alcançou-se 19,8%, o que, segundo os parâmetros estabelecidos acima, ficou como muito abaixo do esperado. Avalia-se então como ineficaz o cumprimento das metas físicas, não tendo sido alcançadas em sua totalidade.	

VII - ESPORTE E JUVENTUDE

1 - PROGRAMA

0507 - É HORA DO LAZER

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	45000 - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SEDEL		
OBJETIVO	Valorizar, fortalecer e interiorizar as ações de lazer mediante parcerias com instituições públicas, federais e municipais		
PÚBLICO ALVO	população em geral.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 265.000,00	ATUAL: R\$ 641.073,00	VARIAÇÃO: 141,9%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas atendidas com atividades de lazer	Unidade	30/12/2009	48.200	53.000	41500
Taxa de municípios atendidos com atividades de lazer	Percentual	30/12/2009	09	10	4

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEDEL / Lazer para Todos	pessoa atendida	unidade	6.250	4.750	0,7	85.000	560.738	560.738	560.738	0,9	0,78
SEDEL / Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário	pessoa atendida	unidade	15.200	36.750	2,4	180.000	80.335	80.329	80.329	0,9	2,67

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SEDEL / Lazer para Todos	pessoa atendida	unidade	6.250	560.738	90	4.750	560.738	118
SEDEL / Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário	pessoa atendida	unidade	15.200	80.335	5	36.750	80.329	2

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. O Programa poderia ser mais abrangente, uma vez que se faz necessário ampliar o leque de atendimento às demandas da sociedade por práticas de lazer e esporte recreativo.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. O Programa pode e deve atender um número maior de beneficiários (pessoas da terceira idade e portadores de necessidades especiais)

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. Há uma necessidade de elaborar outros indicadores que pudessem dar maior abrangência na mensuração da efetividade do programa.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM.
---------------	------

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. O Programa se apresentou eficiente porém ainda há a necessidade de priorizar outras ações, que poderiam contribuir para o aumento da eficiência do programa.
---------------	---

5 - CONCLUSÃO

É importante frisar que o Programa 0507 - É Hora do Lazer apresentou resultados satisfatórios ao final do ciclo do PPA 2008-2011, que levou a SEDEL a algumas reflexões, a saber: 1) Com poucos recursos as ações constantes nesse programa apresentaram um percentual significativo de eficiência e eficácia, 2) Existem demandas que não foram atendidas de maneira suficiente entre elas destacamos ações para as pessoas portadoras de necessidades especiais e da terceira idade, 3) A SEDEL ainda não possui um mapeamento das áreas de lazer em nosso Estado, o que dificulta a execução de ações nesse segmento, 4) O esporte recreativo e o lazer precisam ser priorizados como política pública, uma vez que são inúmeras as demandas que surgem em nosso Estado, onde boa parte da população maranhense não possui condições econômicas e sociais de usufruir de práticas que permitam a inserção dos mesmos nesse contexto.

VII - ESPORTE E JUVENTUDE

1 - PROGRAMA

0532 - EXCELÊNCIA NO ESPORTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	45000 - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SEDEL		
OBJETIVO	Implementar ações que visem melhorar o desempenho dos atletas maranhenses em competições locais e nacionais, bem como desenvolver o esporte educacional nos municípios mediante a realização de competições esportivas e atividades pedagógicas.		
PÚBLICO ALVO	alunos da rede estadual de ensino e atletas das federações e ligas esportivas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 9.350.304,00	ATUAL: R\$ 22.872.010,00	VARIAÇÃO: 144,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de alunos inscritos nas competições escolares	Percentual	30/12/2009	5,5	6	41500
Taxa de atletas federados assistidos	Percentual	30/12/2009	20	22	4

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEDEL / Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	espaço esportivo mantido	unidade	13	14	1,0	2.130.000	1.240.000	1.238.785	1.238.785	0,9	1,11
SEDEL / Apoio às Federações e Ligas Esportivas	atleta atendido	unidade	5.190	6.620	1,2	1.767.395	2.093.102	2.048.667	2.048.667	0,9	1,33
SEDEL / Capacitação e Atualização Técnica em Desporto	profissional qualificado	unidade	150	150	1,0	55.000	37.508	37.508	37.508	1,0	1,00
SEDEL / Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	aluno atendido	unidade	49.000	50.050	1,0	3.302.909	3.227.909	3.227.489	3.227.489	0,9	1,11

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEDEL / Construção, Ampliação e Reforma de Instalações Esportivas	instalação esportiva construída, ampliada e/ou reformada	unidade	36	37	1,0	2.095.000	16.273.491	6.072.185	3.918.322	0,2	5,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SEDEL / Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	espaço esportivo mantido	unidade	13	1.240.000	95.385	14	1.238.785	88.485
SEDEL / Apoio às Federações e Ligas Esportivas	atleta atendido	unidade	5.190	2.093.102	403	6.620	2.048.667	309
SEDEL / Capacitação e Atualização Técnica em Desporto	profissional qualificado	unidade	150	37.508	250	150	37.508	250
SEDEL / Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	aluno atendido	unidade	49.000	3.227.909	66	50.050	3.227.489	64
SEDEL / Construção, Ampliação e Reforma de Instalações Esportivas	instalação esportiva construída, ampliada e/ou reformada	unidade	36	16.273.491	452.041	37	6.072.185	164.113

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. O Programa poderia ser mais abrangente, uma vez que se faz necessário ampliar o leque de atendimento às demandas da sociedade por práticas de lazer e esporte recreativo.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. O Programa pode e deve atender um número maior de beneficiários (pessoas da terceira idade e portadores de necessidades especiais)

4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. Há uma necessidade de elaborar outros indicadores que pudessem dar maior abrangência na mensuração da efetividade do programa.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. O Programa se apresentou eficiente porém ainda há a necessidade de priorizar outras ações, que poderiam contribuir para o aumento da eficiência do programa.

5 - CONCLUSÃO

É importante frisar que o Programa 0507 - É Hora do Lazer apresentou resultados satisfatórios ao final do ciclo do PPA 2008-2011, que levou a SEDEL a algumas reflexões, a saber: 1) Com poucos recursos as ações constantes nesse programa apresentaram um percentual significativo de eficiência e eficácia, 2) Existem demandas que não foram atendidas de maneira suficiente entre elas destacamos ações para as pessoas portadoras de necessidades especiais e da terceira idade, 3) A SEDEL ainda não possui um mapeamento das áreas de lazer em nosso Estado, o que dificulta a execução de ações nesse segmento, 4) O esporte recreativo e o lazer precisam ser priorizados como política pública, uma vez que são inúmeras as demandas que surgem em nosso Estado, onde boa parte da população maranhense não possui condições econômicas e sociais de usufruir de práticas que permitam a inserção dos mesmos nesse contexto.

VII - ESPORTE E JUVENTUDE

1 - PROGRAMA

0534 - JUVENTUDE COM VEZ E VOZ

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	11000 - GOVERNADORIA DO ESTADO
ÓRGÃOS EXECUTORES	SEDEL, CC
OBJETIVO	Promover a informação e a formação profissional dos jovens, possibilitando a inserção no mundo do trabalho, bem como fomentar a articulação das políticas públicas para esta faixa etária.
PÚBLICO ALVO	jovens entre 18 e 29 anos em situação de vulnerabilidade social.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 6.666.051,00 ATUAL: R\$ 8.509.020,00 VARIAÇÃO: 27,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de jovens assistidos	Unidade	30/12/2009	17.627	22.670	

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SEDEL / Qualificação de Jovens para o Mundo do Trabalho	jovem assistido	unidade	0	0	0,0	6.556.051	652.969	652.630	652.630	0,9	0,00
SEDEL / Promoção Social da Juventude	jovem assistido	unidade	0	0	0,0	110.000	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SEDEL / Qualificação de Jovens para o Mundo do Trabalho	jovem assistido	unidade	0	652.969	-	0	652.630	-
SEDEL / Promoção Social da Juventude	jovem assistido	unidade	0	0	-	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas

AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. As metas propostas não foram alcançadas.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. Há um desconpanso do executado e o efetivamente empenhado.

5 - CONCLUSÃO

A avaliação do programa foi negativa no que tange seus resultados apresentados. Cabe destacar que para o PPA 2008 - 2011 a SEDEL foi designada para executar o programa, porém com a reforma administrativa recente passou-se a Secretaria de Estado da Juventude a responsabilização pelas ações do programa e os seus resultados.

VIII - HABITAÇÃO

1 - PROGRAMA			
0515 - HABITAÇÃO CIDADÃ			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	12000 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SECID		
OBJETIVO	Reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda do Maranhão.		
PÚBLICO ALVO	famílias de baixa renda		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 57.408.612,00	ATUAL: R\$ 115.409.791,00	VARIAÇÃO: 101,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de déficit habitacional	Percentual	01/12/2009	40,80	40,26	39,93
Número de casas construídas	Unidade	10/12/2009	2515	6.672	7154

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SECID / Construção de Casas na Área Rural	casa construída	unidade	2	1	0,5	215.000	900	900	900	1,0	0,50
SECID / Construção de Casas na Área Urbana	casa construída	unidade	10.284	10.251	0,9	57.023.612	115.367.700	59.816.287	30.099.174	0,2	4,50
SECID / Melhoramento de Casas na Área Rural	casa beneficiada	unidade	5	2	0,4	60.000	900	900	900	1,0	0,40
SECID / Melhoramento de Casas na Área Urbana	casa beneficiada	unidade	19	19	1,0	110.000	40.291	40.290	40.290	0,9	1,11

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SECID / Construção de Casas na Área Rural	casa construída	unidade	2	900	450	1	900	900
SECID / Construção de Casas na Área Urbana	casa construída	unidade	10.284	115.367.700	11.218	10.251	59.816.287	5.835
SECID / Melhoramento de Casas na Área Rural	casa beneficiada	unidade	5	900	180	2	900	450
SECID / Melhoramento de Casas na Área Urbana	casa beneficiada	unidade	19	40.291	2.121	19	40.290	2.121

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. Houve a necessidade de ajuste das ações para atender as demandas da Secretaria.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. O público não atendido deu-se por deficiência em projetos anteriormente elaborados e não adequados a Lei nº 8.666/93, que impediram aplicação de recursos principalmente dos convênios federais.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM. Seguimos o PPA 2008-2011.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. As ações é que não foram abrangentes com as demandas surgidas.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Como as ações pré determinadas eram limitadas mediante as demandas, as mesmas não foram totalmente eficientes.

5 - CONCLUSÃO

Considerando que as Ações da SECID 2008-2011, no programa finalístico tratavam-se somente de Construção e Melhorias de Unidades Habitacionais Urbanas e Rurais, deixaram de abranger as novas demandas estabelecidas pelos Governos Federal e Estadual deixando de atender à estas demandas, tornando ineficiente os resultados objetivados.

IX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1 - PROGRAMA			
0120 - PORTO - PORTA FACILITADORA DE NEGÓCIOS			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	EMAP		
OBJETIVO	Expandir o volume de negócios, resultante de maior movimentação de cargas transportadas, mediante a ampliação e modernização da infraestrutura portuária.		
PÚBLICO ALVO	Exportadores e importadores		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 53.621.023,00	ATUAL: R\$ 114.121.023,00	VARIAÇÃO: 112,8%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Volume de cargas movimentadas	Tonelada	31/12/2009	11.546.225	13.936.800	14.001.461
Área ampliada do porto	M²	31/12/2009	14.444,48	166.118	65693,19

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
EMAP / Ampliação e Modernização do Porto	área portuária ampliada	m²	212.221	0	0,0	48.353.617	101.103.617	0	0	0,0	-
EMAP / Ampliando o Mercado Portuário	carga movimentada	tonelada	13.396.800	0	0,0	3.500.000	7.000.000	0	0	0,0	-
EMAP / Aparelhamento Portuário	equipamento adquirido	unidade	18	0	0,0	1.767.406	6.017.406	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
EMAP / Ampliação e Modernização do Porto	área portuária ampliada	m²	212.221	101.103.617	476	0	0	-
EMAP / Ampliando o Mercado Portuário	carga movimentada	tonelada	13.396.800	7.000.000	1	0	0	-
EMAP / Aparelhamento Portuário	equipamento adquirido	unidade	18	6.017.406	334.300	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

4.5 - Quanto a Eficiência
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

O Porto do Itaqui durante o exercício de 2011, promoveu ações no sentido de ampliação e modernização das instalações portuárias, bem como ampliar o volume de transporte de cargas, dotando o Porto de equipamentos modernos e indispensáveis à segurança e proteção das operações portuárias em conjunto com outros equipamentos operacionais. Também proveu a unidade de recursos destinados à gestão administrativa de seus programas.

IX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1 - PROGRAMA

0122 - REGISTRO DAS ATIVIDADES MERCANTIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
ÓRGÃOS EXECUTORES	JUCEMA				
OBJETIVO	Garantir a prestação de serviço do registro público de empresas mercantis e atividades afins, em toda a circunscrição estadual.				
PÚBLICO ALVO	empreendedores				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 1.607.462,00	ATUAL: R\$ 2.346.512,00	VARIAÇÃO: 46,0%		

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de documentos protocolados	Unidade	31/12/2009	53.287	59.941	14.001.461
Número de empresas constituídas	Unidade	31/12/2009	8.433	9.762	65693,19

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
JUCEMA / Regionalização da JUCEMA	escritório implantado	unidade	3	0	0,0	53.000	136.760	64.558	64.558	0,4	0,00
JUCEMA / Registro Itinerante	cidadão atendido	unidade	2.380	0	0,0	24.700	24.700	0	0	0,0	-
JUCEMA / Registro Mercantil	documento protocolado	unidade	65.800	74.591	1,1	1.529.762	2.185.052	1.803.929	1.803.209	0,8	1,38

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
JUCEMA / Regionalização da JUCEMA	escritório implantado	unidade	3	136.760	45.587	0	64.558	-
JUCEMA / Registro Itinerante	cidadão atendido	unidade	2.380	24.700	10	0	0	-
JUCEMA / Registro Mercantil	documento protocolado	unidade	65.800	2.185.052	33	74.591	1.803.929	24

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

O Porto do Itaqui durante o exercício de 2011, promoveu ações no sentido de ampliação e modernização das instalações portuárias, bem como ampliar o volume de transporte de cargas, dotando o Porto de equipamentos modernos e indispensáveis à segurança e proteção das operações portuárias em conjunto com outros equipamentos operacionais. Também proveu a unidade de recursos destinados à gestão administrativa de seus programas.

IX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1 - PROGRAMA

0505 - MARANHÃO DE OPORTUNIDADES

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23000 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FDI, SEDINC		
OBJETIVO	Tornar o Maranhão competitivo capaz de atrair novos investimentos, aumentando assim a oferta de empregos.		
PÚBLICO ALVO	população economicamente ativa		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 40.828.451,00	ATUAL: R\$ 36.800.192,00	VARIAÇÃO: -9,9%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de empregos gerados	Unidade	31/12/2009	1820	23000	13.250
Número de distrito industrial implantado	Unidade	31/12/2009	1	3	2
Valor de compra efetuada	Reais	31/12/2009	1,887,880	1.950.000	2.288,82(milhão
Número de empresas beneficiadas	Unidade	31/12/2009	12	15	13

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FDI / Distrito Industrial Legal	distrito industrial implantado/ reestruturado	unidade	10	2	0,2	27.629.242	24.157.050	20.050.990	14.907.723	0,6	0,33
SEDINC / Adensamento das Cadeias Produtivas do Agronegócio	empreendimento instalado	unidade	4	6	1,5	1.383.000	632.650	592.132	561.212	0,8	1,88
FDI / Indução da Política Industrial	empresa beneficiada	unidade	35	13	0,3	9.246.762	10.291.678	9.878.981	7.923.037	0,7	0,43

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FDI / Distrito Industrial Legal	distrito industrial implantado/reestruturado	unidade	10	24.157.050	2.415.705	2	20.050.990	10.025.495
SEDINC / Adensamento das Cadeias Produtivas do Agronegócio	empreendimento instalado	unidade	4	632.650	158.163	6	592.132	98.689
FDI / Indução da Política Industrial	empresa beneficiada	unidade	35	10.291.678	294.048	13	9.878.981	759.922

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Algumas ações para serem plenamente implementadas dependem de ações conjuntas de diversos órgãos do Estado e isso se torna um fator dificultador pela falta de interação entre os órgãos que compõem a máquina administrativa do Estado.
Suficiência:	SIM. Existe necessidade de readequação à nova diretriz estabelecida pelo novo governo

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Pois cada empreendimento implantado gera empregos e renda para a população economicamente ativa (público alvo)
Suficiência:	SIM. À proporção que são implantados novos empreendimentos, surgem postos de trabalho que são oferecidos à sociedade

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. A escolha dos indicadores para o programa é o passo que se toma logo após a identificação do problema logo, ele está totalmente atrelado à mensuração do problema
Suficiência:	SIM.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. Necessita de readequação devido o grande número de empreendimentos implantados e a serem implantados
---------------	---

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

As ações sofreram alterações ao longo dos anos da validade do PPA devido a dinâmica de atuação da SEDINC, consequentemente houve a alteração também nas metas.

X - INFRAESTRUTURA

1 - PROGRAMA			
0137 - CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	53000 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SINFRA, DEINT		
OBJETIVO	Construir, melhorar e conservar prédios e logradouros públicos, bem como pavimentar vias urbanas nos municípios.		
PÚBLICO ALVO	municípios		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 167.107.886,00	ATUAL: R\$ 167.102.048,00	VARIAÇÃO: -0,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de municípios atendidos	Unidade	31/12/2009	106	50	106
Número de logradouros construídos, melhorados e restaurados	Unidade	31/12/2009	19	62	33
Número de prédios construídos, melhorados e restaurados	Unidade	31/12/2009	20	70	34
Área urbana pavimentada	M²	31/12/2009	2.005.000	308.000	725.602

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SINFRA / Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	logradouro construído	m²	57.032	7.197	0,1	4.150.000	40.172.140	40.171.204	9.330.518	0,2	0,50
SINFRA / Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	prédio construído	m²	18.615	7.987	0,4	9.350.000	16.449.865	13.499.066	8.883.355	0,5	0,80
SINFRA / Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	via urbana pavimentada	m²	321.000	725.602	2,2	153.607.886	98.875.365	93.874.833	40.726.802	0,4	5,50

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SINFRA / Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	logradouro construído	m²	57.032	40.172.140	704	7.197	40.171.204	5.582
SINFRA / Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	prédio construído	m²	18.615	16.449.865	884	7.987	13.499.066	1.690
SINFRA / Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	via urbana pavimentada	m²	321.000	98.875.365	308	725.602	93.874.833	129

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM.

Suficiência: SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM.

Suficiência: SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM.

Suficiência: SIM.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: NÃO. As metas são proporcionais à oferta de recursos advindos da receita disponibilizada e estão aquém das necessidades reais.

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: NÃO. A alteração de execução das metas em função de recursos disponibilizados pela Seplan afeta diretamente a eficiência na execução das ações do Programa.

5 - CONCLUSÃO

No decorrer do período de 3 anos do novo governo, apesar da baixa disponibilidade orçamentária – que tornou-se elemento limitador da abrangência das obras – foram realizadas obras de reforma e restauro de diversas praças e logradouros públicos, incluindo edificações e toda infraestrutura de instalações e urbana; perfuração de poços tubulares, incluindo construção de reservatórios e rede e distribuição. Tendo assim atendido parte da demanda de preservação do patrimônio público e oferta de melhorias para a população, através de novas benfeitorias e a preservação das existentes.

X - INFRAESTRUTURA

1 - PROGRAMA

0174 - LUZ PARA TODOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	53000 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SINFRA		
OBJETIVO	Aumentar a taxa de eletrificação rural do Estado.		
PÚBLICO ALVO	população rural		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 0,00	ATUAL: R\$ 0,00	

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de eletrificação rural	Percentual	31/12/2009	80,0	81,7	0

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SINFRA / Expansão do Sistema de Distribuição de Energia	domicílio ligado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
SINFRA / Implantação de Sistemas de Energia Alternativa	kit implantado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SINFRA / Expansão do Sistema de Distribuição de Energia	domicílio ligado	unidade	0	0	-	0	0	-
SINFRA / Implantação de Sistemas de Energia Alternativa	kit implantado	unidade	0	0	-	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas

AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. Não houve aplicação de recursos nas ações do Programa.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. Não houve aplicação de recursos nas ações do Programa.

5 - CONCLUSÃO

X - INFRAESTRUTURA

1 - PROGRAMA			
0531 - LOGÍSTICA E TRANSPORTES			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	53000 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SINFRA, DEINT		
OBJETIVO	Ampliar e modernizar a infra-estrutura de transporte multimodal para melhorar o fluxo de transporte de cargas e passageiros.		
PÚBLICO ALVO	população estadual		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 221.197.101,00	ATUAL: R\$ 346.184.090,00	VARIAÇÃO: 56,5%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de Rodovia Restaurada - TRR	Percentual	31/12/2009	14,50	7,37	38,29
Rodovias implantadas e pavimentadas	Quilometro	31/12/2009	-	90	90
Número de pontes construídas	Unidade	31/12/2009	3	22	3
Número de aeródromos construídos	Unidade	31/12/2009	-	5	0

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SINFRA / Construção e Melhoria de Aeródromos	aeródromo construído	m²	4.400	0	0,0	500.000	4.010.000	110.000	0	0,0	-
SINFRA / Construção e Restauração de Pontes	ponte construída ou restaurada	m	125	21	0,1	75.612.500	1.529.296	529.295	215.000	0,1	1,00
DEINT / Conservação de Pontes	ponte conservada	m	0	0	0,0	500.000	1.845.471	1.845.470	1.285.380	0,6	0,00

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SINFRA / Implantação e Pavimentação de Rodovias	rodovia implantada	km	36	0	0,0	2.700.000	2.628.531	2.628.531	0	0,0	-
SINFRA / Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	rodovia pavimentada	km	217	100	0,4	7.025.000	76.856.695	38.672.242	29.240.591	0,3	1,33
SINFRA / Restauração de Rodovias	rodovia restaurada	km	272	3.656	13,4	33.667.500	80.534.095	60.739.409	35.514.675	0,4	33,50
SINFRA / Estradas Vicinais	estrada vicinal construída	km	126	12	0,0	3.150.000	576.120	576.120	292.367	0,5	0,00
SINFRA / Construção e Restauração de Cais, Diques e Barragens	dique/barragem construída/ampliada/restaurada	m²	6.063	6.171	1,0	500.000	14.778.092	13.069.327	12.779.527	0,8	1,25
SINFRA / Pavimentação e Restauração de Rodovias com Recursos da CIDE	rodovia pavimentada	km	202	10	0,0	45.384.192	98.246.301	55.485.222	4.784.456	0,0	-
DEINT / Conservação e Manutenção de Rodovias	rodovia conservada	km	8	0	0,0	2.707.909	1.339.295	1.339.295	363.106	0,2	0,00
DEINT / Conservação de Vicinais	estrada vicinal conservada	km	68	0	0,0	49.450.000	63.840.194	63.840.190	37.571.848	0,5	0,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SINFRA / Construção e Melhoria de Aeródromos	aeródromo construído	m²	4.400	4.010.000	911	0	110.000	-
SINFRA / Construção e Restauração de Pontes	ponte construída ou restaurada	m	125	1.529.296	12.234	21	529.295	25.205

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
DEINT / Conservação de Pontes	ponte conservada	m	0	1.845.471	-	0	1.845.470	-
SINFRA / Implantação e Pavimentação de Rodovias	rodovia implantada	km	36	2.628.531	73.015	0	2.628.531	-
SINFRA / Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	rodovia pavimentada	km	217	76.856.695	354.178	100	38.672.242	385.566
SINFRA / Restauração de Rodovias	rodovia restaurada	km	272	80.534.095	296.081	3.656	60.739.409	16.616
SINFRA / Estradas Vicinais	estrada vicinal construída	km	126	576.120	4.572	12	576.120	49.241
SINFRA / Construção e Restauração de Cais, Diques e Barragens	dique/barragem construída/ampliada/restaurada	m²	6.063	14.778.092	2.437	6.171	13.069.327	2.118
SINFRA / Pavimentação e Restauração de Rodovias com Recursos da CIDE	rodovia pavimentada	km	202	98.246.301	486.368	10	55.485.222	5.816.061
DEINT / Conservação e Manutenção de Rodovias	rodovia conservada	km	8	1.339.295	162.339	0	1.339.295	-
DEINT / Conservação de Vicinais	estrada vicinal conservada	km	68	63.840.194	938.826	0	63.840.190	-

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM.
Suficiência:	NÃO. Existem, dentro do Programa, várias ações com produtos finais distintos que necessitam de indicadores complementares para uma avaliação mais precisa da execução do Programa.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Algumas ações apresentaram desempenho satisfatório em relação ao cumprimento de metas planejadas, porém outras ações tiveram baixo desempenho pois o atingimento de metas depende da oferta de recursos advindos da receita disponibilizada.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO.

5 - CONCLUSÃO

Ao longo dos 3 anos do novo governo, o Estado restaurou, melhorou e pavimentou 1761,60km de rodovias, incrementando sua malha rodoviária pavimentada e fez intervenções em 3.100km de rodovias não pavimentadas. Atualmente, a malha rodoviária estadual se encontra com 8.495,10km, sendo 4.964,76km pavimentada (58,44%) e 3.530,34km não pavimentada (41,56%).

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA

0180 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ÓRGÃOS EXECUTORES FESCENTRAL

OBJETIVO Garantir aos usuários do SUS, o fornecimento dos medicamentos contemplados no componente especializado e programa de alto custo medicamentos oncológicos, protocolo estadual e leite especiais da assistência farmacêutica, bem como a descentralização de recursos financeiros fundo a fundo para os 217 municípios, como contrapartida estadual para a aquisição dos medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica

PÚBLICO ALVO população maranhense

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICIAL: R\$ 54.500.000,00 ATUAL: R\$ 63.871.921,00 VARIAÇÃO: 17,2%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Numero de usuários atendidos com medicamentos do Componente Especializado e Programa Alto Custo	Unidade	28/12/2009	184.512	245.584	154.999
Número de municípios atendido com repasse financeiro fundo a fundo	Unidade	28/12/2009	217	217	217

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM.

Suficiência: SIM. As ações são suficientes para o exito do programa

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM.

Suficiência: NÃO. Temos que considerar as limitações dos Protocolos Clinicos e Diretrizes Terapêuticas

4.3 - Quanto ao Indicador

AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores foram adequados para a execução das metas.

Suficiência: SIM.

4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. A meta física foi elaborada com base nas estatísticas dos anos anteriores
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM.

5 - CONCLUSÃO

O resultado apurado do numero de usuários atendidos com medicamentos do Componente Especializado e Programa Alto Custo foi abaixo do esperado tendo em vista que alguns medicamentos saíram da lista do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica(Portaria GM/MS nº 2.981/2009(Alterada pela Portaria GM/MS nº 3.439 de 11/11/2010) e passaram a integrar a lista dos medicamentos da Atenção Básica, de responsabilidade dos municípios.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA

0190 - PREVENÇÃO, ATENÇÃO E VIGILÂNCIA EM HIV/AIDS E OUTRAS DST

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL		
OBJETIVO	Garantir acesso universal às ações de prevenção, assistência e vigilância em HIV/Aids e outras DST.		
PÚBLICO ALVO	população maranhense		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 2.559.048,00	ATUAL: R\$ 2.363.565,00	VARIAÇÃO: -7,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de incidência anual de AIDS	Unidade	31/12/2009	6.0/100.000 hab	5.7	2.6
Número de insumos distribuídos	Unidade	31/12/2009	4.800.000	6.300.000	6.300.000

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Disponibilização de Insumos Estratégicos	município beneficiado	unidade	217	217	1,0	1.274.848	1.803.476	1.802.698	776.893	0,4	2,50

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Disponibilização de Insumos Estratégicos	município beneficiado	unidade	217	1.803.476	8.311	217	1.802.698	8.307

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O conjunto das ações que compoem o programa foram apropriados para atingir o objetivo do programa
Suficiência: SIM. As ações foram suficientes e adequadas para o alcance do objetivo do programa

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Público alvo constitui-se de vários seguimentos da sociedade e são beneficiados diretamente pelas ações
Suficiência: SIM. As ações foram suficientes para alcançar o objetivo proposto no programa

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. São abrangente e adequados para o acompanhamento das ações o programa proposto
Suficiência: SIM. Os indicadores propostos dão conta de mensurar a eficiencia do programa

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. As metas foram adequadas para o desenvolvimento do programa, porém em decorrência da demora dos trâmites burocráticos, algumas ações não foram realizadas a contento

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. A execução das metas foram compatíveis com a programação do programa

5 - CONCLUSÃO

Com foco na redução da incidência de casos de aids e outra dst, através da promoção, prevenção e assistência às pessoas vivendo com HIV/AIDS e DST. O programa alcançou resultados positivos com o desenvolvimento das ações, buscando sempre proporcionar o atendimento a população em geral e principalmente as pessoas vivendo com HIV/AIDS.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA

0146 - PROGRAMA ESTADUAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESHEMATOL		
OBJETIVO	Garantir, com suficiência, o suprimento de sangue e hemoderivados, com qualidade para todos.		
PÚBLICO ALVO	população maranhense		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 0,00	ATUAL: R\$ 0,00	VARIAÇÃO: 0,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de bolsas de sangue processadas	Unidade	30/12/2008	143.902	176.000	157.199

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESHEMATOL / Captação de Doadores	doador cadastrado	unidade	73.000	78.777	1,0	0	0	0	0	0,0	-
FESHEMATOL / Processamento do Sangue	bolsa processada	unidade	145.000	154.312	1,0	0	0	0	0	0,0	-
FESHEMATOL / Atendimento Ambulatorial	paciente atendido	unidade	45.000	50.438	1,1	0	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESHEMATOL / Captação de Doadores	doador cadastrado	unidade	73.000	0	0	78.777	0	0
FESHEMATOL / Processamento do Sangue	bolsa processada	unidade	145.000	0	0	154.312	0	0
FESHEMATOL / Atendimento Ambulatorial	paciente atendido	unidade	45.000	0	0	50.438	0	0

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Nos mantivemos na média, porém ainda se faz necessário a exploração e implementação de estratégias para a segmentação das ações.

Suficiência: SIM. Todas as ações planejadas são suficientes para atingir o objetivo, entretanto pela limitação de autonomia houve uma menor eficiência das ações.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Como a doação de sangue é voluntária e altruista o atendimento a população depende diretamente da conscientização dos doadores ao ato de doar, justificando o grau de alcance das ações e da efetividade do programa.

Suficiência: NÃO. A demanda foi superior as doações anuais: apesar das campanhas de incentivo à doação voluntária, a oferta ainda é insuficiente para a demanda, frente a esta necessidade estão sendo realizadas diversas ações no intuito de elevarmos nossos estoques.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. É possível confrontar o esperado/alcançado bem como o dimensionamento da população que será beneficiada com o alcance do objetivo do programa.

Suficiência: SIM. positivo com melhoria dentro do esperado.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. A análise das metas planejadas/executadas, obteve resultado positivo dentro do previsto, mesmo com o orçamento em contingência.

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. O grau de atingimento das metas foram satisfatório, dentro do previsto, contudo faz-se necessário maior efetividade do programa : parcerias com outras Secretarias/Unidades Municipais para o sucesso dessas ações dentro do programa.

5 - CONCLUSÃO

É oportuno frisar que o grau de eficiência das ações e da efetividade do programa, dar-se à medida da conscientização da doação voluntária dos doadores ao ato de doar, pois sangue é vida.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0164 - SANESTADO			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL		
OBJETIVO	Ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para atender as populações residentes na zona rural.		
PÚBLICO ALVO	população rural que não tem acesso ao saneamento básico		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 282.312,00	ATUAL: R\$ 1.781.005,00	VARIAÇÃO: 530,9%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de domicílios rurais atendidos	Percentual	31/12/2007	5,0	7,0	7,5

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Construção de Fossas Sépticas	fossa séptica instalada	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
FESCENTRAL / Instalação de Kits Sanitários	kit instalado	unidade	28	20	0,7	282.312	1.781.005	1.689.750	1.506.578	0,8	0,88

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Construção de Fossas Sépticas	fossa séptica instalada	unidade	0	0	-	0	0	-
FESCENTRAL / Instalação de Kits Sanitários	kit instalado	unidade	28	1.781.005	63.607	20	1.689.750	84.488

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. A quantidade e a consistência das ações existentes foram suficientes para o alcance do objetivo do programa.
Suficiência: NÃO. As ações executadas oriundas de emendas parlamentares não foram suficientes para o atendimento de um planejamento técnico.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O programa abrange os 217 municípios.
Suficiência: NÃO. A execução através de emendas parlamentares, as quais geraram os convênios executados, não foi o suficiente para o atendimento na sua plenitude.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores traduzem a real execução dos convênios através das emendas.
Suficiência: NÃO. Não são suficientes para analisar a efetividade do programa.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: NÃO. A meta alcançada através de emendas parlamentares, não atinge a meta proposta pra aos 217 municípios.

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: NÃO. A eficiência do programa foi comprometida considerando a impossibilidade de se fazer o planejamento com critério técnico, em detrimento da emendas parlamentares.

5 - CONCLUSÃO

Considerando o objetivo de garantir o acesso ao saneamento básico para a população rural em sua integralidade, se faz necessário um planejamento com critérios técnicos, priorizando o IDH, Índice de Mortalidade Infantil e Índice epidemiológico dos municípios.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0165 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	CAEMA, FESCENRAL		
OBJETIVO	Ampliar e garantir o acesso ao serviço público de abastecimento de água à população do Estado.		
PÚBLICO ALVO	população residente nas áreas urbanas dos municípios onde CAEMA atua		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 194.993.338,00	ATUAL: R\$ 232.292.409,34	VARIAÇÃO: 19,1%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de cobertura de água	Percentual	01/12/2009	51,0	56,0	58,0

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
CAEMA / Ampliação e Melhorias de Sistemas de Abastecimento D'água	sistema ampliado	unidade	110	23	0,2	45.682.335	50.903.901	9.858.193	7.599.701	0,1	2,00
CAEMA / Implantação de Sistemas	sistema implantado	unidade	12	0	0,0	3.500.000	3.500.000	0	0	0,0	-
CAEMA / Perfuração de Poços	poço artesiano perfurado	unidade	12	3	0,2	3.500.000	3.500.000	1.757.336	1.651.878	0,4	0,50
CAEMA / Reposição de Equipamentos	equipamento substituído	unidade	520	12	0,0	16.351.070	16.351.070	1.328.369	498.771	0,0	-

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Implantação de Sistemas Simplificados	sistema simplificado implantado e assistido	unidade	394	56	0,1	78.840.000	83.887.505	82.173.949	66.533.416	0,7	0,14
FESCENTRAL / Perfuração de Poços em Áreas Rurais	poço perfurado e equipado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
FESCENTRAL / Ampliação e Melhorias de Sistemas de Abastecimento D'Água em Áreas Urbanas	sistema ampliado e melhorado	unidade	0	0	0,0	970.000	0	0	0	0,0	-
CAEMA / Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	domicílio atendido	unidade	860	480	0,5	46.149.933	74.149.933	54.954.592	47.850.451	0,6	0,83
FESCENTRAL / Água é Saúde	família assistida com água potável	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
CAEMA / Ampliação e Melhorias de Sistemas de Abastecimento D'água	sistema ampliado	unidade	110	50.903.901	462.763	23	9.858.193	428.617
CAEMA / Implantação de Sistemas	sistema implantado	unidade	12	3.500.000	291.667	0	0	-
CAEMA / Perfuração de Poços	poço artesiano perfurado	unidade	12	3.500.000	291.667	3	1.757.336	585.779
CAEMA / Reposição de Equipamentos	equipamento substituído	unidade	520	16.351.070	31.444	12	1.328.369	110.697
FESCENTRAL / Implantação de Sistemas Simplificados	sistema simplificado implantado e assistido	unidade	394	83.887.505	212.912	56	82.173.949	1.467.392
FESCENTRAL / Perfuração de Poços em Áreas Rurais	poço perfurado e equipado	unidade	0	0	-	0	0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Ampliação e Melhorias de Sistemas de Abastecimento D'Água em Áreas Urbanas	sistema ampliado e melhorado	unidade	0	0	-	0	0	-
CAEMA / Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	domicílio atendido	unidade	860	74.149.933	86.221	480	54.954.592	114.489
FESCENTRAL / Água é Saúde	família assistida com água potável	unidade	0	0	-	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. A quantidade e a consistência das ações existentes foram suficientes para o alcance do objetivo do programa.

Suficiência: NÃO. As ações executadas oriundas de emendas parlamentares não foram suficientes para o atendimento de um planejamento técnico.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O programa abrange os 217 municípios.

Suficiência: NÃO. A execução através de emendas parlamentares, as quais geraram os convênios executados, não foi o suficiente para o atendimento na sua plenitude.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores traduzem a real execução dos convênios através das emendas.

Suficiência: NÃO. Não são suficientes para analisar a efetividade do programa.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: NÃO. A meta alcançada através de emendas parlamentares, não atinge a meta proposta pra aos 217 municípios.

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: NÃO. A eficiência do programa foi comprometida considerando a impossibilidade de se fazer o planejamento com critério técnico, em detrimento das emendas parlamentares.

5 - CONCLUSÃO

Considerando o objetivo de garantir o acesso ao saneamento básico para a população rural em sua integralidade, se faz necessário um planejamento com critérios técnicos, priorizando o IDH, Índice de Mortalidade Infantil e Índice epidemiológico dos municípios.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA

0166 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	CAEMA, FESCENTRAL		
OBJETIVO	Ampliar e garantir o acesso ao serviço público de esgotamento sanitário nas áreas urbanas		
PÚBLICO ALVO	população residente nas áreas urbanas dos municípios onde CAEMA atua		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 30.634.715,00	ATUAL: R\$ 35.440.393,00	VARIAÇÃO: 15,7%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de cobertura de esgotamento sanitário.	Percentual	01/12/2009	9,2	13,0	

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
CAEMA / Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	sistema ampliado	unidade	22	7	0,3	5.500.000	8.805.678	3.106.487	2.338.944	0,2	1,50
CAEMA / Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	sistema implantado	unidade	1	1	1,0	14.334.715	15.834.715	2.556.972	1.304.005	0,0	-
FESCENTRAL / Instalação de Sistemas de Esgotamento Sanitário	sistema instalado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
CAEMA / Coleta, Tratamento e Destino Final de Esgoto Sanitário	domicilio atendido	unidade	200	150	0,7	10.800.000	10.800.000	5.909.640	4.266.317	0,3	2,33

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
CAEMA / Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	sistema ampliado	unidade	22	8.805.678	400.258	7	3.106.487	443.784
CAEMA / Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	sistema implantado	unidade	1	15.834.715	15.834.715	1	2.556.972	2.556.972
FESCENTRAL / Instalação de Sistemas de Esgotamento Sanitário	sistema instalado	unidade	0	0	-	0	0	-
CAEMA / Coleta, Tratamento e Destino Final de Esgoto Sanitário	domicilio atendido	unidade	200	10.800.000	54.000	150	5.909.640	39.398

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. O conjunto de ações existentes foram suficientes para o alcance do objetivo do programa.

Suficiência:

NÃO. As ações executadas não foram suficientes para atender o planejado.

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. O programa atinge os municípios onde a Caema atua.

Suficiência:

NÃO. A execução do programa depende da disponibilidade orçamentária em toda sua plenitude.

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. O indicador traduz as áreas de atuação da Caema onde há esgotamento sanitário.

Suficiência:

NÃO. Não é suficiente para analisar a efetividade do programa.

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. As metas propostas não foram atingidas.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. A eficiência do programa foi comprometida por falta de disponibilidade orçamentária.

5 - CONCLUSÃO

Universalizar o acesso da população ao serviço público de esgotamento sanitário contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população do estado.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA

0186 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ÓRGÃOS EXECUTORES FESCENTRAL

OBJETIVO Promover a saúde da população por meio de planejamento, implantação e gerenciamento de ações capazes de prevenir e controlar a exposição aos riscos ambientais do solo, água e ar, contribuindo para o bem estar social.

PÚBLICO ALVO municípios e ambientes físicos

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICIAL: R\$ 1.089.176,00 ATUAL: R\$ 440.956,00 VARIAÇÃO: -59,5%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de ambiente físicos inspecionados	Unidade	29/12/2009	270	318	170
Número de municípios com ações de vigilância ambiental descentralizadas	Unidade	28/12/2009	14	25	33

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Inspeção e Vigilância da Qualidade da Água	ambiente inspecionado	unidade	120	183	1,5	510.756	40.956	40.779	40.779	0,9	1,67
FESCENTRAL / Descentralização e Fortalecimento da Vigilância Ambiental	programação anual elaborada	unidade	32	33	1,0	578.420	400.000	11.082	11.082	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Inspeção e Vigilância da Qualidade da Água	ambiente inspecionado	unidade	120	40.956	341	183	40.779	223
FESCENTRAL / Descentralização e Fortalecimento da Vigilância Ambiental	programação anual elaborada	unidade	32	400.000	12.500	33	11.082	336

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. A quantidade e a consistência das ações existentes contribuem para o alcance do objetivo do programa.

Suficiência: SIM. Com o desenvolvimento dos programas.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O programa ainda não abrange os 217 municípios e atualmente 50 municípios desenvolvem alguma ação em Vigilância em Saúde Ambiental. Sendo que nos demais municípios são realizados ações básicas em Saúde Ambiental em caráter excepcional, ações emergenc

Suficiência: SIM. Considerando a atual estrutura existente na VSA Estadual. Foram eleitos somente 50 municípios para a promoção e descentralização e fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental, no entanto, o programa foi criado para atender os 217 municípios.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores fornecem claramente as informações necessárias para avaliação do programa.

Suficiência: SIM. São suficientes para analisar a efetividade do programa.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. A meta proposta foram 32 municípios com vigilância em saúde ambiental descentralizada. A meta foi ultrapassada e 33 municípios obtiveram as ações de Vigilância em Saúde Ambiental implantadas.

4.5 - Quanto a Eficiência**AVALIAÇÃO**

Consistência:

SIM. Índice de eficiência = 10,42

5 - CONCLUSÃO

A ação proposta foi de fundamental relevância para a descentralização das ações de VSA, pois sem estes serviços que visam identificar e conhecer os efeitos pontenciais à saúde causados pela exposição aos impactos ambientais de variadas causas torna-se difícil monitorar, estabelecer diagnósticos, e em algumas situações determinar o nexo causal das exposições ambientais, assim como determinar medidas de intervenção que contemplem a prevenção/controle da situação de risco as populações em exposição.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0189 - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL		
OBJETIVO	Coordenar e fomentar a atenção primária de saúde em todos municípios		
PÚBLICO ALVO	municípios		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 3.469.862,00	ATUAL: R\$ 3.748.738,00	VARIAÇÃO: 8,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Numero absoluto de profissionais capacitados	Unidade	31/12/2009	550	700	605
Proporção de municípios monitorados	Percentual	31/12/2009	55	60%	88%

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Promoção da Equidade	evento realizado	evento	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)									
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F	
FESCENTRAL / Promoção da Equidade	evento realizado	evento	0	0	-	0	0	-	

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. As atividades implantadas resultam na redução da morbidade e mortalidade infantil, materna, idosos e agravos relacionados a hipertensão arterial e diabetes mellitus.

Suficiência: SIM. Totalmente suficiente, pois existe relação direta dos produtos das ações com objetivo a qual o Programa se propõe

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Pertinente, pois como o bejtivo é fomentar as ações da Atenção Primária nos municípios do Estado.

Suficiência: SIM. Conseguindo monitorar as ações, além das qualificações ofertadas na área

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Objetivando melhorar a qualidade dos serviços da atenção básica somente é possível depois de avaliar os resultado dos indicadores propostos, totalmente pertinente.

Suficiência: SIM. Suficientes pois são capazes de mensurar o que fora realizado nas respectivas ações do Programa

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. Estão em linhas gerais de acordo com os dados planejados para o ano

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. Existe eficiência no Programa pois o quatitativo físico planejado está de acordo com o realizado dentro dos recursos financeiros disponibilizados no exercício

5 - CONCLUSÃO

O Programa de Fortalecimento da Atenção Primária tem como principal característica oferta aos municípios assessoria técnica e qualificação profissionais as Equipes da Estratégia de Saúde da Família, executoras das atividades junto a população, observando a relação das atividades citadas com o monitoramento in loco para afirmação e consolidação das propostas.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0191 - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL		
OBJETIVO	Fortalecer a atenção básica como eixo fundamental para reorientação do modelo de atenção do sistema único de saúde - SUS.		
PÚBLICO ALVO	Equipe de Saude da Familia		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 3.468.081,00	ATUAL: R\$ 2.351.637,00	VARIAÇÃO: -32,2%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Proporção da população coberta pelo programa saúde da família	Percentual	18/06/2009	69,0	80,0	85
Cobertura de primeira consulta odontológica	Percentual	19/03/2009	17,8	18,0	18,9

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBu	município beneficiado	unidade	64	61	0,9	3.075.981	1.420.018	1.420.017	1.420.017	0,9	1,00
FESCENTRAL / Avaliação para Melhoria da Qualidade da Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal	oficina realizada	unidade	11	12	1,0	392.100	931.619	842.530	199.910	0,2	5,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBu	município beneficiado	unidade	64	1.420.018	22.188	61	1.420.017	23.279
FESCENTRAL / Avaliação para Melhoria da Qualidade da Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal	oficina realizada	unidade	11	931.619	84.693	12	842.530	70.211

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. As ações estão em quantidade suficiente para confirmar a Estratégia de Saúde da Família como modelo de atenção adequado do SUS na Atenção Primária

Suficiência: SIM. Em quantidade suficiente com coerência adequada sem superposição das mesmas

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O público alvo, Equipes de Saúde da Família, são consistentes e demonstram a dimensão, pois cada Equipe reflete um território com um montante populacional beneficiado.

Suficiência: SIM. Totalmente suficiente e adequada para o alcance das metas do Programa

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Existe pertinência, pois quanto maior a quantidade de pessoas Cobertas pela Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal, maior será o número de Equipes implantadas logo beneficiadas contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população inserida

Suficiência: SIM. Suficientes em sua totalidade pois os dois indicadores sinalizados para avaliar o Programa são sensíveis e capaz de mensurar a atuação do Estado no objetivo a qual se propôs

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. O Programa foi eficaz pois conseguiu o atingimento das metas dentro de um padrão aceitável, em quase sua totalidade

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. A eficiência real para o alcance das metas, mesmo com um gasto maior que o planejado em alguns casos, houve eficiência real

5 - CONCLUSÃO

O Programa da Estratégia de Saúde da Família e Saúde Bucal, está atualmente adequado para fortalecer a Atenção Primária como eixo estruturante e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população usuária do Sistema Único de Saúde em seu primeiro acesso aos serviços.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0192 - SAÚDE MENTAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FEPOD, FESCENRAL		
OBJETIVO	Garantir assistência qualificada aos pacientes que sofrem por transtornos mentais, uso de álcool e outras drogas favorecendo o exercício de sua cidadania e convívio social.		
PÚBLICO ALVO	usuário dos serviços de saúde mental		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 1.579.993,00	ATUAL: R\$ 3.199.560,00	VARIAÇÃO: 102,5%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de serviços assistidos pela saúde mental	Unidade	29/12/2009	37	55	78
Número de usuários atendidos pelo serviço de saúde mental	Unidade	29/12/2009	4.000	8.500	9.000

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FEPOD / Prevenção ao Uso de Drogas	evento realizado	unidade	240	0	0,0	168.433	168.433	0	0	0,0	-
FESCENRAL / Fortalecimento das Ações de Saúde Mental	unidade assistida	unidade	7	8	1,2	784.200	767.200	767.172	767.172	0,9	1,33
FESCENRAL / Implementação da Política sobre Drogas	município assessorado	unidade	58	77	1,3	627.360	2.263.927	353.527	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FEPOD / Prevenção ao Uso de Drogas	evento realizado	unidade	240	168.433	702	0	0	-
FESCENTRAL / Fortalecimento das Ações de Saúde Mental	unidade assistida	unidade	7	767.200	111.188	8	767.172	92.097
FESCENTRAL / Implementação da Política sobre Drogas	município assessorado	unidade	58	2.263.927	39.033	77	353.527	4.591

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. as ações desenvolvidas possibilitam o alcance dos objetivos do programa.
Suficiência:	SIM. Entretanto para que as ações possam ser mais efetiva, outros aspectos se tornam imprescindíveis, tais como: compromisso de gestores, sensibilização de profissionais de outras áreas, maior frequência e sistematização na execução das mesmas.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O público alvo é pertinente ao objetivo do programa pois a qualificação da rede de cuidado destina-se a garantia de assistência dessa população.
Suficiência:	SIM. A cobertura de serviços é compatível com a demanda estimada pelo MS, no entanto há fragilidade na disponibilização dados reais acerca dessa população, o que constitui-se uma problemática nacional.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Nos permite saber quais são os municípios estão ofertando cuidados em saúde mental, crack e outras drogas, bem como quantas unidades são acompanhadas mensalmente.
Suficiência:	SIM. Os indicadores são suficientes para a obtenção dessas informações, entretanto para subsidiar um melhor planejamento são necessário a construção de outros indicadores que nos revele o impacto da implantação da rede de atenção em saúde mental.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. As metas foram superadas e um fator importante foi a possibilidade do desenvolvimento de ações em parcerias com outros setores da SES e com os próprios municípios envolvidos.
---------------	---

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Houve eficiência no alcance das metas, inclusive com superação dela sem a necessidade de acréscimo financeiro.

5 - CONCLUSÃO

O planejamento das ações e metas do Programa foram alcançados, entretanto vale ressaltar que para o alcance do objetivo outros aspectos são imprescindíveis, tais como: sistema de informação, criação de novos indicadores, maior compromisso de gestores de saúde, maior sensibilidade de profissionais de outras áreas da saúde, social, segurança, educação, cultura e esporte.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0194 - FORTALECIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL		
OBJETIVO	Garantir o atendimento à população mediante o fortalecimento dos serviços de saúde em média e alta complexidade.		
PÚBLICO ALVO	estabelecimento contratado ou conveniado		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 26.397.285,00	ATUAL: R\$ 14.214.982,00	VARIAÇÃO: -46,1%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de serviços implantados pelo sistema de saúde	Unidade	15/12/2009	5	5	9
Número de serviços implementados pelo sistema de saúde	Unidade	27/12/2009	11	17	15

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Rede Estadual de Urgência e Emergência	serviços de urgência e emergência funcionando	unidade	9	35	3,8	13.397.285	7.748.833	7.748.833	7.585.706	0,9	4,22
FESCENTRAL / Implementação de Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	serviço implementado	unidade	20	174	8,7	13.000.000	6.466.149	6.466.149	4.995.249	0,7	12,43
FESCENTRAL / Central Estadual de Transplantes	central implementada	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
FESCENTRAL / Implementação dos Serviços de Oncologia	serviço implementado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Rede Estadual de Urgência e Emergência	serviços de urgência e emergência funcionando	unidade	9	7.748.833	860.981	35	7.748.833	221.395
FESCENTRAL / Implementação de Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU	serviço implementado	unidade	20	6.466.149	323.307	174	6.466.149	37.162
FESCENTRAL / Central Estadual de Transplantes	central implementada	unidade	0	0	-	0	0	-
FESCENTRAL / Implementação dos Serviços de Oncologia	serviço implementado	unidade	0	0	-	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. As ações que o compõe são apropriadas para atingir o objetivos do Programa, que é garantir o atendimento á população.

Suficiência: SIM. São suficientes, pois tem estreita ligação com o objetivo que é de fortalecimento da rede de serviços de saúde em média e alta complexidade.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os estabelecimentos de urgência/emergência e SAMU, estão aptos ao atendimento dos usuários que necessitem desses seviços.

Suficiência: SIM. Os estabelecimentos de saúde contidos no programa, realizam o atendimento aos usuários do SUS que precisam desse tipo de assistência.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores retratam os objetivos que devem ser alcançados.

Suficiência: SIM. Os indicadores demonstram a suficiência do programa.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. As metas físicas são programadas de acordo com a disponibilidade de recurso.

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. A definição dos indicadores retratam a eficiência do programa, por meio de implantação e implementação de novos serviços serviços

5 - CONCLUSÃO

Parte das ações tiveram sua execução comprometida, devido ao remanejamento de recursos para outras prioridades da gestão.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0195 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADUAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL		
OBJETIVO	Promover a saúde da população por meio de planejamento, implantação e gerenciamento de ações capazes de prevenir e controlar os riscos sanitários, contribuindo para o bem estar social.		
PÚBLICO ALVO	estabelecimentos inspecionados e municípios descentralizados		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 3.612.334,00	ATUAL: R\$ 5.058.331,00	VARIAÇÃO: 40,0%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de estabelecimentos inspecionados	Unidade	01/01/2009	3.192	3.229	3.040
Taxa de serviços de mamografia inspecionados	Percentual	31/12/2009	100	100	45
Taxa de serviços de terapia renal substitutiva licenciados	Percentual	27/12/2009	100,0	100	4
Número de municípios descentralizados	Unidade	24/12/2009	14	57	24

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Inspeção de Produtos e Serviços	estabelecimento inspecionado	unidade	2.302	3.040	1,3	2.345.244	4.725.282	2.856.810	1.726.405	0,3	4,33
FESCENTRAL / Descentralização e Fortalecimento da Vigilância Sanitária	programação anual aprovada	unidade	60	24	0,4	1.267.090	333.049	333.048	272.785	0,8	0,50

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Inspeção de Produtos e Serviços	estabelecimento inspecionado	unidade	2.302	4.725.282	2.053	3.040	2.856.810	940
FESCENTRAL / Descentralização e Fortalecimento da Vigilância Sanitária	programação anual aprovada	unidade	60	333.049	5.551	24	333.048	13.877

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. As ações estão relacionadas diretamente com os objetivos propostos.
Suficiência: SIM. Tendo em vista que há uma relação direta e suficiente no conjunto das ações.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Na medida em que as ações do programa determinam o controle e promove o gerenciamento dos riscos relacionados ao consumo de produtos e serviços de saúde para o cidadão.
Suficiência: SIM. Tomando como critério o alcance das metas (80%) propostas no programa.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Os indicadores propostos são objetivos e sensíveis como parâmetro de avaliação do programa.
Suficiência: SIM. São suficientes para analisar a efetividade do programa.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. As metas planejadas na ação 4226- Inspeção de Produtos e Serviços, foram alcançadas em mais de 100%, entretanto na ação 4227- Descentralização e Fortalecimento da Vigilância Sanitária, a meta pactuada não pode ser alcançada no programa uma vez que pa

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. Índice de eficiência = 3,25

5 - CONCLUSÃO

O setor de produtos e serviços relacionados à vigilância sanitária cresce a cada ano numa velocidade acima do que os órgãos reguladores possam acompanhar, o que expõe a sociedade a riscos, portanto na medida em que os objetivos se voltam para o controle e gerenciamento dos riscos relacionados ao consumo de produtos e serviços de interesse à saúde, se torna imprescindível um programa de acompanhamento e mecanismos de avaliação sistemática para alcançarmos as metas planejadas. O acompanhamento do programa é pertinente, visto que as ações estão relacionadas seguramente com os objetivos propostos. Os indicadores são específicos e sensíveis com vistas a avaliar os impactos do programa. Ampliamos os mecanismos de avaliação sistemática do programa com um banco de dados para o monitoramento e acompanhamento do mesmo. O que nos proporciona um melhor desempenho na execução das ações.

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA

0196 - REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL		
OBJETIVO	Organizar e garantir o acesso dos usuários em tratamento eletivo aos serviços de saúde, de forma ordenada e equânime.		
PÚBLICO ALVO	usuários do sistema único de saúde - SUS		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 8.372.350,00	ATUAL: R\$ 15.498.656,00	VARIAÇÃO: 85,1%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de pessoas atendidas	Unidade	27/12/2009	3.807.148	4.075.848	7.646.247
Número médio de dias entre o atendimento e o agendamento	Unidade	15/12/2009	28	28	4,1

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Acesso do Usuário à Assistência	pessoa atendida	unidade	38.160	15.203	0,3	2.500.000	1.961.288	1.531.572	1.377.636	0,7	0,43
FESCENTRAL / Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência	pessoa atendida	unidade	456	190	0,4	500.000	1.665.463	1.250.237	678.303	0,4	1,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Acesso do Usuário à Assistência	pessoa atendida	unidade	38.160	1.961.288	51	15.203	1.531.572	101
FESCENTRAL / Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência	pessoa atendida	unidade	456	1.665.463	3.652	190	1.250.237	6.580

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

4.5 - Quanto a Eficiência
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA

0197 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE				
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL				
OBJETIVO	Reduzir a ocorrência de doenças infecto-contagiosas e não transmissíveis que afetam a população maranhense.				
PÚBLICO ALVO	população do estado				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 15.719.238,00	ATUAL: R\$ 15.599.215,00	VARIAÇÃO: -0,8%		

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Taxa de cura de hanseníase nos anos das coortes	Percentual	31/12/2007	78,4	84,0	7.646.247
Taxa de cura de casos novos de tuberculose bacilífera.	Percentual	31/12/2007	74,3	77,0	4,1
Incidência parasitária anual de malária.	Coeficiente	31/12/2009	1,6	1,16	
Coeficiente de incidência da dengue.	Coeficiente	31/12/2009	251,0	154,1	

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Sistemas de Vigilância e Controle de Doenças e Agravos Transmissíveis	município atendido	unidade	217	217	1,0	14.385.038	15.049.215	9.988.281	7.267.310	0,4	2,50
FESCENTRAL / Sistemas de Vigilância e Controle de Doenças e Agravos nãoTransmissíveis	município atendido	unidade	90	64	0,7	1.334.200	550.000	28.684	28.684	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Sistemas de Vigilância e Controle de Doenças e Agravos Transmissíveis	município atendido	unidade	217	15.049.215	69.351	217	9.988.281	46.029
FESCENTRAL / Sistemas de Vigilância e Controle de Doenças e Agravos nãoTransmissíveis	município atendido	unidade	90	550.000	6.111	64	28.684	448

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

4.5 - Quanto a Eficiência
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM.

5 - CONCLUSÃO

XI - SAÚDE

1 - PROGRAMA			
0538 - SAÚDE É VIDA			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	21000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
ÓRGÃOS EXECUTORES	FESCENTRAL, FESMAIOBÃO, FESIPEM, FESOSWALDO, FESCARUTAP, FESJOSEMUR, FESMATIMPE, FESPVARGAS, FESHRLARI, FESAQUILES, FESNINAROD, FESVILALUIZAO, FESGENESIO, FESMARLY, FESTARQUIN, FESBENEDIT, FESJUVENCI, FESVINHAIS, FESADELIA, FESPAMCOP, FESDIAMANT, FESMACIEIR, FESDUTRA		
OBJETIVO	Oferecer aos usuários do SUS uma assistência qualificada dos serviços de saúde de forma integral e universal.		
PÚBLICO ALVO	unidades de Saúde		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 104.096.812,00	ATUAL: R\$ 132.811.303,00	VARIAÇÃO: 27,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de procedimentos realizados	Unidade	30/08/2009	2.043.569	3.500000	7.646.247
Coefficiente de mortalidade geral	Coefficiente	07/12/2009	3,9	3,6	4,1

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESCENTRAL / Expansão da Rede Assistencial do SUS	unidade de saúde construída	unidade	30	7	0,2	50.596.812	86.912.603	86.727.709	45.565.879	0,5	0,40
FESCENTRAL / Reforma de Unidades de Saúde	unidade de saúde reformada	unidade	33	26	0,7	53.500.000	45.898.700	45.566.697	31.461.240	0,6	1,17
FESTARQUIN / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	330.150	274.547	0,8	0	0	0	0	0,0	-
FESAQUILES / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	130.000	159.874	1,2	0	0	0	0	0,0	-

3 - AÇÕES DO PROGRAMA
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESJUVENCI / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	25.000	256.871	10,2	0	0	0	0	0,0	-
FESBENEDIT / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	45.000	77.931	1,7	0	0	0	0	0,0	-
FESDIAMANT / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	400.000	0	0,0	0	0	0	0	0,0	-
FESMARLY / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	210.000	174.859	0,8	0	0	0	0	0,0	-
FESPVARGAS / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	190.000	252.974	1,3	0	0	0	0	0,0	-
FESHRALARI / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	430.000	280.217	0,6	0	0	0	0	0,0	-
FESMATIMPE / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	191.000	239.427	1,2	0	0	0	0	0,0	-
FESMACIEIR / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	260.000	96.425	0,3	0	0	0	0	0,0	-
FESADELIA / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	425.000	424.483	0,9	0	0	0	0	0,0	-
FESCARUTAP / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	140.000	217.650	1,5	0	0	0	0	0,0	-
FESVILALUIZAO / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	490.000	1.380.310	2,8	0	0	0	0	0,0	-
FESJOSEMUR / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	149.000	179.341	1,2	0	0	0	0	0,0	-
FESBENEDIT / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	3.500	3.115	0,8	0	0	0	0	0,0	-

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESMARLY / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	450.000	5.674	0,0	0	0	0	0	0,0	-
FESHRALARI / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	2.500	1.402	0,5	0	0	0	0	0,0	-
FESMATIMPE / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	6.500	6.818	1,0	0	0	0	0	0,0	-
FESMACIEIR / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	1.400	1.167	0,8	0	0	0	0	0,0	-
FESADELIA / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	1.450	1.498	1,0	0	0	0	0	0,0	-
FESCARUTAP / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	900	782	0,8	0	0	0	0	0,0	-
FESJOSEMUR / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	350	361	1,0	0	0	0	0	0,0	-
FESNINAROD / Atendimento Hospitalar e Ambulatorial em Centro de Atenção Psicosocial.	procedimento realizado	unidade	206.000	406.336	1,9	0	0	0	0	0,0	-
FESNINAROD / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	225	14.551	64,6	0	0	0	0	0,0	-
FESAQUILES / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	500	21.970	43,9	0	0	0	0	0,0	-
FESJUVENCI / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	25.000	29.831	1,1	0	0	0	0	0,0	-
FESPVARGAS / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	17.500	17.181	0,9	0	0	0	0	0,0	-
FESPAMCOP / Atendimento Ambulatorial e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	procedimento realizado	unidade	510.000	771.242	1,5	0	0	0	0	0,0	-

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FESGENESIO / Atendimento Ambulatorial e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	procedimento realizado	unidade	445.000	504.587	1,1	0	0	0	0	0,0	-
FESVINHAIS / Atendimento Ambulatorial e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	procedimento realizado	unidade	400.000	539.068	1,3	0	0	0	0	0,0	-
FESOSWALDO / Suporte a Vigilância Sanitária e Epidemiológica	laudo realizado	unidade	145.000	172.637	1,1	0	0	0	0	0,0	-
FESOSWALDO / Atendimento Laboratorial	exame realizado	unidade	30.000	25.065	0,8	0	0	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESCENTRAL / Expansão da Rede Assistencial do SUS	unidade de saúde construída	unidade	30	86.912.603	2.897.087	7	86.727.709	12.389.673
FESCENTRAL / Reforma de Unidades de Saúde	unidade de saúde reformada	unidade	33	45.898.700	1.390.870	26	45.566.697	1.752.565
FESTARQUIN / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	330.150	0	0	274.547	0	0
FESAQUILES / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	130.000	0	0	159.874	0	0
FESJUVENCI / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	25.000	0	0	256.871	0	0
FESBENEDIT / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	45.000	0	0	77.931	0	0
FESDIAMANT / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	400.000	0	0	0	0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESMARLY / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	210.000	0	0	174.859	0	0
FESPVARGAS / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	190.000	0	0	252.974	0	0
FESHRALARI / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	430.000	0	0	280.217	0	0
FESMATIMPE / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	191.000	0	0	239.427	0	0
FESMACIEIR / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	260.000	0	0	96.425	0	0
FESADELIA / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	425.000	0	0	424.483	0	0
FESCARUTAP / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	140.000	0	0	217.650	0	0
FESVILALUIZAO / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	490.000	0	0	1.380.310	0	0
FESJOSEMUR / Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Serviços Auxiliares	procedimento realizado	unidade	149.000	0	0	179.341	0	0
FESBENEDIT / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	3.500	0	0	3.115	0	0
FESMARLY / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	450.000	0	0	5.674	0	0
FESHRALARI / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	2.500	0	0	1.402	0	0
FESMATIMPE / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	6.500	0	0	6.818	0	0
FESMACIEIR / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	1.400	0	0	1.167	0	0

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FESADELIA / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	1.450	0	0	1.498	0	0
FESCARUTAP / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	900	0	0	782	0	0
FESJOSEMUR / Procedimentos Obstétricos	parto realizado	unidade	350	0	0	361	0	0
FESNINAROD / Atendimento Hospitalar e Ambulatorial em Centro de Atenção Psicosocial.	procedimento realizado	unidade	206.000	0	0	406.336	0	0
FESNINAROD / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	225	0	0	14.551	0	0
FESAQUILES / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	500	0	0	21.970	0	0
FESJUVENCI / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	25.000	0	0	29.831	0	0
FESPVARGAS / Reabilitação de Paciente	procedimento realizado	unidade	17.500	0	0	17.181	0	0
FESPAMCOP / Atendimento Ambulatorial e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	procedimento realizado	unidade	510.000	0	0	771.242	0	0
FESGENESIO / Atendimento Ambulatorial e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	procedimento realizado	unidade	445.000	0	0	504.587	0	0
FESVINHAIS / Atendimento Ambulatorial e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	procedimento realizado	unidade	400.000	0	0	539.068	0	0
FESOSWALDO / Suporte a Vigilância Sanitária e Epidemiológica	laudo realizado	unidade	145.000	0	0	172.637	0	0
FESOSWALDO / Atendimento Laboratorial	exame realizado	unidade	30.000	0	0	25.065	0	0

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.2 - Quanto ao Público Alvo	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM.
Suficiência:	SIM.
4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM.
Suficiência:	SIM.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM.

5 - CONCLUSÃO

XII - SEGURANÇA

1 - PROGRAMA

0502 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 19000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

ÓRGÃOS EXECUTORES SSP, FESP, CBM/MA, PM/MA, SEJAP

OBJETIVO Expandir a segurança cidadã mediante a ampliação e modernização das unidades que compõem o sistema.

PÚBLICO ALVO sociedade maranhense

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICIAL: R\$ 10.053.801,00 ATUAL: R\$ 44.410.815,00 VARIAÇÃO: 341,7%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
número de unidades construídas e/ou reformadas	Unidade	27/12/2008	32	55	34
numero de unidades equipadas	Unidade	27/12/2008	63	154	160

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
CBM/MA / Instalação e Reequipamento do Corpo de Bombeiros	unidade instalada e/ou reequipada	unidade	22	17	0,7	2.539.001	2.492.654	2.492.654	1.992.654	0,7	1,00
FESP / Reforma, Adaptação e Equipamento de Unidades Policiais	unidade reformada, adaptada e/ou equipada	unidade	10	14	1,4	1.098.092	1.098.092	1.097.198	336.299	0,3	4,67
SEJAP / Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Integradas	unidade construída e modernizada	unidade	8	25	3,1	0	17.344.399	17.344.399	9.445.370	0,5	6,20
SEJAP / Aparelhamento e Informatização de Unidades	unidade equipada e integrada	unidade	10	26	2,6	0	1.763.636	1.763.636	804.786	0,4	6,50

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
PM/MA / Reequipamento de Unidades da Polícia Militar	unidade equipada e informatizada	unidade	15	11	0,7	1.487.800	1.427.838	1.333.036	1.329.982	0,9	0,78
PM/MA / Construção e Reforma de Unidades da Polícia Militar	quartel construído e/ou reformado	unidade	15	0	0,0	1.235.728	79.500	48.352	29.931	0,3	0,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
CBM/MA / Instalação e Reequipamento do Corpo de Bombeiros	unidade instalada e/ou reequipada	unidade	22	2.492.654	113.302	17	2.492.654	146.627
FESP / Reforma, Adaptação e Equipamento de Unidades Policiais	unidade reformada, adaptada e/ou equipada	unidade	10	1.098.092	109.809	14	1.097.198	78.371
SEJAP / Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Integradas	unidade construída e modernizada	unidade	8	17.344.399	2.168.050	25	17.344.399	693.776
SEJAP / Aparelhamento e Informatização de Unidades	unidade equipada e integrada	unidade	10	1.763.636	176.364	26	1.763.636	67.832
PM/MA / Reequipamento de Unidades da Polícia Militar	unidade equipada e informatizada	unidade	15	1.427.838	95.189	11	1.333.036	121.185
PM/MA / Construção e Reforma de Unidades da Polícia Militar	quartel construído e/ou reformado	unidade	15	79.500	5.300	0	48.352	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. As ações definidas do programa atendem aos objetivos do mesmo

Suficiência:

SIM. As duas ações deste programa são suficientes para atingir o objetivo proposto

4.2 - Quanto ao Público Alvo	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. O público-alvo das ações, é a sociedade em geral, entretanto as ações são vistas com mais intensidade nas áreas priorizadas pela política setorial.
Suficiência:	SIM. Dimensionar o público-alvo da área de segurança e principalmente das ações específicas deste programa torna-se difícil, pois o programa só alcança seu público dependendo das prioridades definidas no Plano de Trabalho da Secretaria.
4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. Os indicadores são adequados para medir a efetividade do programa
Suficiência:	SIM. Os dois indicadores deste programa são suficientes pra medir sua efetividade
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. As metas foram alcançadas, pelo enfoque da Política Setorial que priorizou o aparelhamento das instituições que compõem o sistema de segurança, com suplemencom orçamentária
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. O programa atingiu o objetivo proposto.

5 - CONCLUSÃO

As ações de aparelhamento e informatização de unidades e de implantação e modernização das estruturas físicas das unidades integradas que compõe este programa são apropriadas e coerentes com os objetivos a que se propõe, em se tratando da área de segurança é difícil dimensionar o público-alvo uma vez que a sociedade como todo é a beneficiária das ações. As ações de reaparelhamento de unidades, melhorias das instalações físicas e de novas construções são sentidas pela população(sociedade)á medida em que proporciona bem estar ao cidadão que utiliza os serviços destas unidades, dos bairros, das regiões e cidades priorizadas no Plano de Ação da Secretaria de Segurança Pública.

XII - SEGURANÇA

1 - PROGRAMA

0118 - TRÂNSITO COM QUALIDADE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 19000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

ÓRGÃOS EXECUTORES DETRAN

OBJETIVO Reduzir o índice de acidentes de trânsito no Estado.

PÚBLICO ALVO população maranhense

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICIAL: R\$ 28.634.149,00 ATUAL: R\$ 37.253.733,63 VARIAÇÃO: 30,1%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Coeficiente de acidentes de trânsito	Coeficiente	27/02/2009	5.40	2.2	4.4
Coeficiente de acidentes de trânsito	Coeficiente	27/02/2009	5.40	2.2	4.4

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
DETRAN / Licenciamento de Veículos	veículo licenciado	unidade	206.574	397.744	1,9	15.319.466	19.629.271	7.472.723	7.472.723	0,3	6,33
DETRAN / Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	unidade	413.202	168.192	0,4	13.314.683	17.624.463	11.130.128	11.130.128	0,6	0,67

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
DETRAN / Licenciamento de Veículos	veículo licenciado	unidade	206.574	19.629.271	95	397.744	7.472.723	19
DETRAN / Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	unidade	413.202	17.624.463	43	168.192	11.130.128	66

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. As ações definidas no programa atendem aos objetivos propostos no mesmo.
Suficiência: SIM. As ações do program são suficientes para que se possa atingir os objetivos propostos.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. O público alvo das ações que é a sociedade maranhense em geral, está sendo atendida dentro do objetivo do programa.
Suficiência: SIM. O público alvo das ações é todo proprietário e condutor de veículo.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência: SIM. Porque mede satisfatoriamente as ações do programa.
Suficiência: SIM. Porque atinge o objetovo esperado pelo gestor.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. As metas foram alcançadas pelo desempenho da política setorial que priorizou as campanhas educativas das escolas nos municípios e nas comunidades em geral.

4.5 - Quanto a Eficiência AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. O programa atingiu o objetivo proposto.

5 - CONCLUSÃO

As ações próprias do DETRAN, que são de licenciar veículos e habilitar condutores são contínuas e ininterruptas, são executadas com o foco voltado para melhoria contínua dos serviços prestados aos clientes externos, representados pela população em geral para a valorização do cliente interno, no caso dos servidores do órgão, e para a diminuição dos acidentes de trânsito no Estado.

XII - SEGURANÇA

1 - PROGRAMA			
0536 - DEFESA DO CIDADÃO			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	19000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	CBM/MA, FPDC, SSP		
OBJETIVO	Garantir a segurança do cidadão, elevando o grau de confiabilidade no trabalho dos policiais por meio de ações preventivas e repressivas, como forma de enfrentamento à violência e a criminalidade, visando à redução de crimes, com a articulação entre o poder público e a sociedade civil.		
PÚBLICO ALVO	população maranhense		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 8.867.908,00	ATUAL: R\$ 13.838.435,00	VARIAÇÃO: 56,1%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de bairros assistidos	Unidade	28/12/2009	399	450	600
Número de pessoas assistidas	Unidade	28/12/2009	15.591	15.600	-
Taxa de ocorrências atendidas	Percentual	28/12/2009	43,0	52,0	-
Taxa de Criminalidade	Percentual	28/02/2009	15,7	15,6	-

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
CBM/MA / Ações para o Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	edificação liberada e vistoriada	unidade	4.200	4.486	1,0	1.460.000	1.363.101	1.363.100	1.363.100	0,9	1,11
CBM/MA / Serviços de Defesa Civil	pessoa assistida	unidade	5.000	5.251	1,0	350.000	2.600.000	2.599.135	2.599.135	0,9	1,11
SSP / Prevenção à Violência	bairro assistido	unidade	258	600	2,3	200.000	2.643.811	2.014.702	1.613.248	0,6	3,83

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SSP / Intensificação da Repressão Qualificada	operação realizada	unidade	0	19	0,0	3.600.000	3.746.800	3.746.461	3.746.461	0,9	0,00
CBM/MA / Resgate e Salvamento	pessoa atendida	unidade	4.000	6.119	1,5	3.231.458	3.458.650	3.431.858	3.431.858	0,9	1,67
FPDC / Garantia do Direito do Consumidor	consumidor atendido	unidade	1.955	0	0,0	26.450	26.073	0	0	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
CBM/MA / Ações para o Cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	edificação liberada e vistoriada	unidade	4.200	1.363.101	325	4.486	1.363.100	304
CBM/MA / Serviços de Defesa Civil	pessoa assistida	unidade	5.000	2.600.000	520	5.251	2.599.135	495
SSP / Prevenção à Violência	bairro assistido	unidade	258	2.643.811	10.247	600	2.014.702	3.358
SSP / Intensificação da Repressão Qualificada	operação realizada	unidade	0	3.746.800	-	19	3.746.461	197.182
CBM/MA / Resgate e Salvamento	pessoa atendida	unidade	4.000	3.458.650	865	6.119	3.431.858	561
FPDC / Garantia do Direito do Consumidor	consumidor atendido	unidade	1.955	26.073	13	0	0	-

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. As duas ações deste programa contemplam a prevenção e repressão no combate a violência, e criminalidade tendo coerência com os objetivos propostos.
Suficiência:	SIM. As ações são as que melhor representam.

4.2 - Quanto ao Público Alvo	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. O público-alvo das ações em se tratando de segurança é a sociedade em geral, embora sejam priorizadas as ações de acordo com o índice de criminalidade e violência da localidade.
Suficiência:	SIM. A população como todo é beneficiária das ações deste programa
4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM. O indicador deste programa foi criado na gestão anterior quando o foco da política setorial era a prevenção, hoje mede as ações de prevenção dos projetos executados pela secretaria quer federais ou não.
Suficiência:	SIM. O Indicador nº2 foi excluído no ano de 2010, por referir-se às ações do PROCON, no ano de 2009. A partir de 2010 foi criado outro indicador para este programa, OPERAÇÃO REALIZADA, cujo resultado apurado em 2011.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. A meta foi ultrapassada em função da execução dos convênios federais executados e concluídos este ano, após aditados que trabalham a prevenção e pelas ações realizadas com a suplementação orçamentária.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. Os recursos foram remanejados de outro programas e houve suplementação orçamentária para o alcance da meta.

5 - CONCLUSÃO

As ações contemplam a solução do problema que o gerou, pois trabalham a prevenção e a repressão no combate à violência, tendo coerência com os objetivos, programas e público-alvo. Este último, é difícil de ser mensurado, uma vez que é a sociedade em geral. Em parte, as ações atendem a sociedade como um todo, pois estas ações são realizadas em áreas prioritárias de acordo com o índice de violência e criminalidade da localidade.

XII - SEGURANÇA

1 - PROGRAMA

0537 - REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO APENADO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL 56000 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ÓRGÃOS EXECUTORES FUNPEN, SEJAP, SSP

OBJETIVO Assistir ao apenado e egresso promovendo a ressocialização, por meio de atividades laborais e sócio-educativas.

PÚBLICO ALVO população carcerária e egressos

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICIAL: R\$ 5.854.758,00 ATUAL: R\$ 46.085.019,00 VARIAÇÃO: 687,1%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de apenados assistidos	Unidade	01/12/2009	3.140	4.690	4.016
Taxa de apenados ressocializados	Percentual	01/12/2009	9,0	15,0	35,0

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
FUNPEN / Assistência ao Apenado	detento assistido	unidade	3.600	2.616	0,7	0	905.223	862.349	862.349	0,9	0,78
SEJAP / Operacionalização de Unidades Penais	apenado mantido	unidade	3.795	4.016	1,0	0	44.755.202	44.718.607	44.264.719	0,9	1,11
SEJAP / Ressocialização de Apenados	apenado e/ou egresso ressocializado	unidade	6.120	1.671	0,2	0	424.594	405.168	356.891	0,8	0,25

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
FUNPEN / Assistência ao Apenado	detento assistido	unidade	3.600	905.223	251	2.616	862.349	330
SEJAP / Operacionalização de Unidades Penais	apenado mantido	unidade	3.795	44.755.202	11.793	4.016	44.718.607	11.135
SEJAP / Ressocialização de Apenados	apenado e /ou egresso ressocializado	unidade	6.120	424.594	69	1.671	405.168	242

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. Ações adequadas á realidade do sistema prisional

Suficiência:

SIM. Em função do início de atuação da Secretaria

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. Todas as ações voltadas para atendimeto de apenados egressos do sistema e familiares

Suficiência:

SIM. De acordo com a finalidade e competência do sistema.

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM. Pois os idicadores retratam a quem se destinam os investimentos do sistema.

Suficiência:

NÃO. Faltam indicadorse que definam a abertura do numero de vagas nas unidades prisionais

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. Sim uma vez que a Secretaria foi originária de desmembramento da Segurança Pública

4.5 - Quanto a Eficiência**AVALIAÇÃO**

Consistência:

SIM. Apesar das limitações orçamentárias para atendimento a todas as demandas do Sistema Prisional.

5 - CONCLUSÃO

Embora a SEJAP tenha tido uma atuação acima do esperado, no exercício, em relação as Ações a ela destinada, considera-se que o esforço, a vontade, a determinação e o empenho da gestão superou todas as dificuldades e limitações impostas. Haja vista que em 2011, a principal variável comparativa se sobressai no índice de homicídios dentro das unidades prisionais, com redução de 90% em relação ao ano anterior; a diminuição do índice de insalubridade de cumprimento de pena nas unidades com a melhoria de saneamento instalações físicas das unidades; a melhoria do aspecto físico e estrutural das unidades prisionais com reformas e ampliações das 23 Unidades hoje existentes. Outro aspecto a ser considerado de grande relevância trata-se das ações de assistência direta ao apenado por profissionais competentes de saúde, assistência social, educacional, jurídica, psicológica e de laborterapia. Quanto à taxa de apenados ressocializados, os 35% equivalem ao percentual de presos que recebem ações de assistência que visam a ressocialização e reintegração social gradativa.

XIII - TRABALHO

1 - PROGRAMA			
0520 - QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TRABALHO			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	51000 - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SETRES		
OBJETIVO	Melhorar a empregabilidade mediante o processo de qualificação e / ou requalificação profissional		
PÚBLICO ALVO	população economicamente ativa - PEA		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 3.694.892,00	ATUAL: R\$ 5.638.276,00	VARIAÇÃO: 52,6%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de trabalhadores qualificados e requalificados	Unidade	31/12/2009	3.418	2.159	798
Número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho	Unidade	31/12/2009	7.038	9.003	4.696

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SETRES / Intermediação de Mão-de-Obra	trabalhador colocado	unidade	20.065	4.696	0,2	1.619.900	2.554.806	2.253.527	2.240.142	0,8	0,25
SETRES / Seguro Desemprego	trabalhador habilitado	unidade	52.150	94.533	1,8	447.264	472.740	455.773	455.773	0,9	2,00
SETRES / Qualificação Profissional	trabalhador qualificado	unidade	3.765	798	0,2	1.627.728	2.610.730	1.942.598	1.942.598	0,7	0,29

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SETRES / Intermediação de Mão-de-Obra	trabalhador colocado	unidade	20.065	2.554.806	127	4.696	2.253.527	480
SETRES / Seguro Desemprego	trabalhador habilitado	unidade	52.150	472.740	9	94.533	455.773	5
SETRES / Qualificação Profissional	trabalhador qualificado	unidade	3.765	2.610.730	693	798	1.942.598	2.434

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. A cadeia estratégica e operacional de implementação do programa é eficiente e eficaz, por ter como propósito a qualificação e a inserção do trabalhador no mercado
Suficiência:	SIM. As ações de qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego, são voltadas para o trabalhador, portanto necessárias para proporcionar-lhe a inserção no mercado de trabalho

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O público alvo do programa foi atendido dentro do perfil definido dentro da resolução e das diretrizes da política pública de emprego, trabalho e renda.
Suficiência:	NÃO. Considerando que o programa se justifica por buscar amenizar o problema do desemprego, a demanda por qualificação e emprego é maior que a oferta de cursos e vagas no mercado.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Número de trabalhadores qualificados X trabalhadores colocados no mercado de trabalho.
Suficiência:	SIM. Os tipos de indicadores do programa respondem favoravelmente quanto ao alcance da eficácia das ações do programa.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	NÃO. As metas programadas não foram atingidas em sua totalidade, considerando que a não realização do programa primeiro emprego e o atraso no repasse de recursos do convênio com o MTE baixou consideravelmente as metas previstas.
---------------	--

4.5 - Quanto a Eficiência

AVALIAÇÃO

Consistência: SIM. Realiza-se monitoramento e avaliação durante o processo com vistas a eliminar distorções e assegurar eficiência das ações.

5 - CONCLUSÃO

Intermediação de mão de obra: Em 2011, foram colocados 4.696 trabalhadores no mercado de trabalho. Como podemos observar a meta não foi alcançada, ficando bastante abaixo do que foi previsto. Porém esse baixo desempenho foi ocasionado por diversos fatores, dentre os quais; a não implementação do Programa Primeiro Emprego no decorrer do ano devido a problemas operacionais, a não instalação de 5(cinco) Agências do Trabalho que estavam previstas, mudanças no Sistema(MTE Mais Emprego) – novo sistema de Gestão de vagas de Emprego, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Seguro Desemprego: Em 2011, 94.533 trabalhadores foram habilitados ao seguro desemprego (formal e artesanal). As metas alcançadas foram bem além do que estava previsto para o período. Qualificação Profissional: Em 2011 foram atendidos 798 trabalhadores em 29 Municípios, através do PNQ-PlanteQ (Plano Territorial de Qualificação Profissional) nos setores econômicos de Serviços, Indústria, Agropecuária e Artesanato. As ações de qualificação profissional foram implementadas com foco na demanda do mercado de trabalho e no perfil da população alvo, orientada pela efetiva demanda do setor produtivo, reunindo interesses e necessidades de trabalhadores, empresários e comunidade. Todas as ações foram realizadas tendo como princípio a transparência, com controle social através do Conselho Estadual do Trabalho (CONSET), que participou em todas as fases do processo, inclusive no “Seminário de Formação de Formadores” com todos os parceiros, tendo em vista assegurar a eficiência das ações. Programa Primeiro Emprego: O Programa Primeiro Emprego em 2011, não foi possível ser implementado, pois encontra-se em fase de estudos, visando sua melhor adequação às normas jurídicas vigentes no País. Porém vale ressaltar que no período entre 2009 e 2010, cerca de 7.110 jovens foram atendidos pelo Programa.

XIII - TRABALHO

1 - PROGRAMA

0521 - ECONOMIA SOLIDÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	51000 - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SETRES		
OBJETIVO	Promover a geração de renda decorrente da ocupação em atividades de arranjos produtivos locais, de economia solidária e a inserção socioeconômica dos trabalhadores resgatados do trabalho degradante e/ou em risco de aliciamento.		
PÚBLICO ALVO	grupos produtivos e trabalhadores resgatados em situação de risco.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 863.059,00	ATUAL: R\$ 558.805,00	VARIAÇÃO: -35,3%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Numero de trabalhadores resgatados do trabalho degradante.	Unidade	31/12/2009	156	280	90
Número de empreendimentos de economia solidária e outras formas de geração de renda apoiados.	Unidade	31/12/2009	49	252	465

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SETRES / Fomento dos Empreendimentos de Economia Solidária	empreendimento apoiado	unidade	280	465	1,6	773.059	518.805	518.504	518.504	0,9	1,78
SETRES / Reinserção social de trabalhadores retirados do trabalho forçado e/ou degradante	trabalhador inserido	unidade	144	90	0,6	90.000	40.000	39.998	39.998	0,9	0,67

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SETRES / Fomento dos Empreendimentos de Economia Solidária	empreendimento apoiado	unidade	280	518.805	1.853	465	518.504	1.115
SETRES / Reinserção social de trabalhadores retirados do trabalho forçado e/ou degradante	trabalhador inserido	unidade	144	40.000	278	90	39.998	444

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. O programa foi criado para promover a geração de renda via organização e fortalecimento de grupos produtivos de economia solidária.
Suficiência:	SIM. O programa foi suficiente e abrangente para o fortalecimento da economia solidária no estado, como estratégia de desenvolvimento sustentável, e forma de combate a pobreza extrema no estado.

4.2 - Quanto ao Público Alvo AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Houve uma maior integração com as políticas públicas responsáveis pela geração de trabalho e renda, estendendo o programa para regiões do estado onde a política de economia solidária ainda não havia contemplado o público alvo.
Suficiência:	SIM. As ações do programa foram suficientes para atingir os objetivos propostos pelo programa, as metas físicas foram bastante elevadas considerando o numero de empreendimentos mapeados no estado.

4.3 - Quanto ao Indicador AVALIAÇÃO

Pertinência:	SIM. Número de grupos produtivos indicados X numero de grupos produtivos atendidos.
Suficiência:	SIM. Todos os indicadores do programa foram superados favoravelmente.

4.4 - Quanto as Metas AVALIAÇÃO

Consistência:	SIM. As metas programadas foram atingidas e superadas considerando que em 2011 foram atendidos 575 grupos em 179 municípios
---------------	---

4.5 - Quanto a Eficiência**AVALIAÇÃO**

Consistência: SIM. Acompanhamento e direto da equipe do setor de economia solidária das ações de fomento a comercialização dos grupos e qualificação da produção.

5 - CONCLUSÃO

Economia Solidária: A Economia Solidária no Brasil em 2011 deu um grande salto de qualidade, passando por momentos de grandes debates e discussões. No Maranhão isso não foi diferente. Os recentes resultados do mapeamento apontam para um número de 1.442 grupos produtivos em atividade no estado e afirma que 75% desses grupos estão na agricultura familiar e extrativismo e o restante dividido entre o artesanato, confecção e prestadores de serviço, tendo um total de 144.200 pessoas envolvidas na geração de trabalho e renda. As ações realizadas em 2011 foram basicamente: Apoio direto a grupos produtivos, realização do Seminário Estadual de Comercialização Solidária, Seminário Estadual de Consumo Solidário, Seminário Estadual de Finanças Solidárias e a realização de 09 feiras territoriais que reuniu 465 grupos de 178 municípios e o ápice de todo esse processo culminou na realização da IV Feira Estadual de Economia Solidária e Agricultura Familiar, reunindo 70 grupos dos Municípios que compõem os territórios rurais de identidade e 38 grupos da região metropolitana. Foram realizados também 90 intermediações de trabalhadores resgatados do trabalho degradante. Esta ação será intensificada com a execução do Projeto de intermediação rural (Marco Zero) através do convênio federal com o Ministério do Trabalho e Emprego em 2012.

XIV - TURISMO

1 - PROGRAMA			
0522 - MARANHÃO TURÍSTICO			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	49000 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SETUR		
OBJETIVO	Estruturar o turismo de forma sustentável.		
PÚBLICO ALVO	turistas, empreendedores e comunidades		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 8.134.000,00	ATUAL: R\$ 7.051.027,00	VARIAÇÃO: -13,3%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de turistas recebidos	Unidade	31/12/2009	900.000	1.000.000	2.564.000
Eventos captados, promovidos e como participante	Unidade	31/12/2009	32	45	31
Taxa de intenção de retorno dos turistas (satisfação)	Percentual	31/12/2009	89,45	91,50	93,6
Pessoas qualificadas, capacitadas e sensibilizadas para o turismo	Unidade	31/12/2009	1456	1550	187

3 - AÇÕES DO PROGRAMA											
3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA											
Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SETUR / Promoção e Divulgação do Produto Turístico Maranhense nos Mercados Nacional e Internacional	evento divulgado	unidade	53	580	10,9	2.950.000	4.708.980	4.703.992	4.703.992	0,9	12,11
SETUR / Dinamização de Unidades Turísticas	unidade turística dinamizada	unidade	1	6	5,0	650.000	525.305	525.303	518.807	0,9	5,56
SETUR / Capacitação e Qualificação de Agentes Turísticos	agente turístico qualificado	unidade	329	418	1,2	300.000	91.790	91.790	91.790	0,9	1,33

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SETUR / Incentivo à Formação e Estruturação de Serviços Turísticos	serviço turístico realizado	unidade	20	255	12,7	534.000	206.608	169.136	169.136	0,8	15,88
SETUR / Segmentação e Formatação de Produtos	produto turístico formatado	unidade	12	22	1,8	3.700.000	1.518.344	1.517.069	1.517.069	0,9	2,00

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SETUR / Promoção e Divulgação do Produto Turístico Maranhense nos Mercados Nacional e Internacional	evento divulgado	unidade	53	4.708.980	88.849	580	4.703.992	8.110
SETUR / Dinamização de Unidades Turísticas	unidade turística dinamizada	unidade	1	525.305	420.244	6	525.303	82.986
SETUR / Capacitação e Qualificação de Agentes Turísticos	agente turístico qualificado	unidade	329	91.790	279	418	91.790	220
SETUR / Incentivo à Formação e Estruturação de Serviços Turísticos	serviço turístico realizado	unidade	20	206.608	10.330	255	169.136	663
SETUR / Segmentação e Formatação de Produtos	produto turístico formatado	unidade	12	1.518.344	126.529	22	1.517.069	68.958

4 - AVALIAÇÃO

4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. Houve a necessidade de ajuste de recursos para atender as demandas da Secretaria

4.2 - Quanto ao Público Alvo

AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. Corte de orçamento e necessidade de remanejamento de recursos para atender público específico

4.3 - Quanto ao Indicador	AVALIAÇÃO
Pertinência:	SIM.
Suficiência:	SIM.
4.4 - Quanto as Metas	AVALIAÇÃO
Consistência:	SIM. As metas planejadas foram consistentes porém, o remanejamento dificultou atingir o resultado previsto.
4.5 - Quanto a Eficiência	AVALIAÇÃO
Consistência:	NÃO. Para suprir as necessidades demandadas pelas ações da Secretaria a relação entre o planejado e o liquidado foi incoerente

5 - CONCLUSÃO

As ações apresentadas pela SETUR-MA de 2008-2011, foram baseadas em três programas, sendo eles Maranhão Turístico, PRODETUR e Arranjo Produtivo, que tinha a missão de promover o turismo do Estado como setor de transformação, fonte de riqueza econômica e crescimento social por meio do desenvolvimento dos produtos turísticos com padrão de qualidade e competitividade Nacional e Internacional, ampliação e melhoria da Infra-estrutura e da Promoção comercial do produto turístico Maranhense do mercado Nacional e no exterior, entretanto, no ano de 2009, ocorreu uma interrupção no Programa de Regionalização (Programa Baseado na Política Nacional de Turismo) por não incentivar as Instâncias de Governanças nos Pólos Turísticos que auxiliam na gestão descentralizada, participativa e compartilhada. Ocorreu também, mudança do Gestor e do Staff da Secretaria que precisou reestruturar as ações que já haviam sido efetivadas com as que ainda poderiam acontecer. Novamente em 2011, além da Secretaria passar alguns dias sem um Gestor efetivo na pasta, foi modificado o Gestor e mais uma vez a Secretaria passou por um momento de reestruturação e adaptação para dar continuidade as atividades.

XIV - TURISMO

1 - PROGRAMA

0523 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO NORDESTE - PRODETUR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	49000 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		
ÓRGÃOS EXECUTORES	SETUR		
OBJETIVO	Criar condições favoráveis à expansão da atividade turística e melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas de atuação do programa.		
PÚBLICO ALVO	municípios		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INICIAL: R\$ 26.199.000,00	ATUAL: R\$ 26.140.035,00	VARIAÇÃO: -0,2%

2 - INDICADOR DO PROGRAMA

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2011	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Número de municípios beneficiados	Unidade	31/12/2007	5	7	2.564.000
Projetos executados	Unidade	31/12/2009	1	3	31

3 - AÇÕES DO PROGRAMA

3.1 - AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Unidade Orçamentária / Ação	FÍSICO					FINANCEIRO					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) = C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) = H	Eficiência (C/H)
SETUR / Ampliação e Melhoria da Infraestrutura	projeto executado	unidade	2	0	0,0	22.984.800	22.893.000	0	0	0,0	-
SETUR / Consolidação da Oferta Turística	projeto executado	unidade	2	0	0,0	3.214.200	3.247.035	98.814	49.407	0,0	-

3.2 - AVALIAÇÃO DE CUSTO (Valor em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	PLANEJADO			EXECUTADO		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo unitário (B/A) = C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo unitário (E/D) = F
SETUR / Ampliação e Melhoria da Infraestrutura	projeto executado	unidade	2	22.893.000	11.446.500	0	0	-
SETUR / Consolidação da Oferta Turística	projeto executado	unidade	2	3.247.035	1.623.518	0	98.814	-

4 - AVALIAÇÃO
4.1 - Quanto ao Conjunto de Ações
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. Houve a necessidade de ajuste de recursos para atender as demandas da Secretaria

4.2 - Quanto ao Público Alvo
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

NÃO. Corte de orçamento e necessidade de remanejamento de recursos para atender público específico

4.3 - Quanto ao Indicador
AVALIAÇÃO

Pertinência:

SIM.

Suficiência:

SIM.

4.4 - Quanto as Metas
AVALIAÇÃO

Consistência:

SIM. As metas planejadas foram consistentes porém, o remanejamento dificultou atingir o resultado previsto.

4.5 - Quanto a Eficiência
AVALIAÇÃO

Consistência:

NÃO. Para suprir as necessidades demandadas pelas ações da Secretaria a relação entre o planejado e o liquidado foi incoerente

5 - CONCLUSÃO

As ações apresentadas pela SETUR-MA de 2008-2011, foram baseadas em três programas, sendo eles Maranhão Turístico, PRODETUR e Arranjo Produtivo, que tinha a missão de promover o turismo do Estado como setor de transformação, fonte de riqueza econômica e crescimento social por meio do desenvolvimento dos produtos turísticos com padrão de qualidade e competitividade Nacional e Internacional, ampliação e melhoria da Infra-estrutura e da Promoção comercial do produto turístico Maranhense do mercado Nacional e no exterior, entretanto, no ano de 2009, ocorreu uma interrupção no Programa de Regionalização (Programa Baseado na Política Nacional de Turismo) por não incentivar as Instâncias de Governanças nos Pólos Turísticos que auxiliam na gestão descentralizada, participativa e compartilhada. Ocorreu também, mudança do Gestor e do Staff da Secretaria que precisou reestruturar as ações que já haviam sido efetivadas com as que ainda poderiam acontecer. Novamente em 2011, além da Secretaria passar alguns dias sem um Gestor efetivo na pasta, foi modificado o Gestor e mais uma vez a Secretaria passou por um momento de reestruturação e adaptação para dar continuidade as atividades.

4 - CONCLUSÃO

4.1 Resultados - Plano 2008-2011

O relatório de avaliação do exercício de 2011 encerra um ciclo de planejamento governamental. Durante esse quadriênio muitos foram os desafios de gestão e execução dos projetos/programas.

Deve-se salientar a mudança de governo no segundo ano de vigência do PPA 2008 – 2011, motivo que contribuiu para as alterações no processo de revisão do plano, uma vez que houve necessidade de adequar o documento numa outra ótica de governo.

Neste tempo, muitos foram os avanços nas áreas sociais, ambientais e, principalmente, econômicas.

Na área da Saúde, durante o quadriênio do plano o programa Sanestado contribuiu com a instalação de 392 Kits Sanitários, aumentando a taxa de domicílios rurais atendidos, como demonstra tabela abaixo.

Tabela 17 – Indicador de resultado do Programa SANESTADO

Indicador	2008	2009	2010	2011	Variação % 2008-2011
Taxa de Domicílios Rurais Atendidos	6,0	6,5	7,0	7,5	1,5

Fonte: SES/MA

O programa Universalização de Abastecimento de Água, que tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população, ampliando e garantindo o acesso ao serviço público de abastecimento de água e a elevação do IDH do Estado, foi determinante para elevação da taxa de cobertura de água para 58% em 2011.

Tabela 18 – Indicador de resultado do Programa Universalização do Abastecimento D'água

Indicador	2008	2009	2010	2011	Variação % 2008-2011
Taxa de Cobertura de Água	52,0	53,0	56,0	58,0	6,0

Fonte: SES/MA

Por fim, deve-se dar grande destaque ao Programa Saúde é Vida, novo modelo público de assistência à saúde que garante uma rede interligada capaz de resolver, com eficiência e agilidade, os problemas de acesso aos serviços de saúde, considerando o perfil mínimo de cada município e a regionalização da saúde como primeiro passo para implantação do programa.

O perfil mínimo municipal de atendimento de saúde abrange programas de hiperdia, hanseníase/tuberculose, imunização, prevenção do câncer do colo de útero e mama, controle de doenças transmissíveis e vigilância em saúde.

Na rede de urgência e emergência com os Serviços de Pronto Atendimento (SPA) 24 horas, nebulização, leitos de obstetrícia clínica, sala de procedimentos, consultórios médicos e sala de classificação de risco.

No que se refere à rede materno infantil, são ofertadas consultas e exames de pré-natal bem como centro de parto normal.

Na atenção secundária, os Municípios oferecem internação hospitalar clínica e obstetrícia; observação em clínica cirúrgica (somente em unidades habilitadas) e procedimentos ambulatoriais: exames ambulatoriais, Raio X, ultrassonografia e eletrocardiograma.

Ainda como parte do Programa Saúde é Vida, foram inaugurados os hospitais de 20 leitos de Lago dos Rodrigues em 2010 e recentemente: Paulino Neves, Morros e Magalhães de Almeida, funcionando com SPA 24 horas, internações em clínica médica, obstetrícia e pediatria, e serviços de apoio e diagnóstico (laboratório de análises clínicas e raio-X).

Em São Luís, foi entregue à população: Centro de Medicina Especializada (CEMESP), referência em atenção secundária para os pacientes acometidos por complicações decorrentes de diabetes e hipertensão; os andares reformados e equipados do Hospital Carlos Macieira; as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em parceria com o Ministério da Saúde, a do Anjo da Guarda, a do Araçagy, a de São José de Ribamar; a de Imperatriz, a de Coroatá e a do Parque Vitória. Com recursos próprios do Estado: as UPA da Cidade Operária e a do Vinhais; os centros cirúrgicos para procedimentos de média e alta complexidade dos Hospitais Tarquínio Lopes Filho (Geral) – neurocirurgias e cirurgias ortopédicas e infantil Juvêncio Mattos – 13 Leitos de Unidades de Cuidados intermediários (UCI) e 13 Leitos de UTI Neonatal e, por fim, a nova sede da Farmácia Estadual de Medicamentos (Feme).

É necessário enfatizar que o crescimento da rede estadual evita a instauração do caos na saúde pública de São Luís, considerando que hoje, 70% dos atendimentos da capital estão na rede estadual.

O desenvolvimento social no Estado foi impulsionado por dois programas, Viva Água e Viva Luz. Pelo primeiro, há isenção de pagamento de faturas de energia elétrica de unidades, cujo consumo médio mensal não ultrapasse 50 kwh.

Com relação o Viva Água foram isentas de pagamento de fatura de água e esgoto as unidades que consomem até 25m³. Este programa se limita aos clientes atendidos pela CAEMA.

Demonstram-se abaixo os resultados obtidos:

Tabela 19 – Produtos obtidos com o Programa Proteção Social Básica

Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado em 2011	Realizado em 2008/2011
Viva Água	Família atendida	unidade	167.751	153.093
Viva Luz	Família atendida	unidade	380.110	345.220

Fonte: SEDES/MA

No setor habitacional, menciona-se construção de 11.600 unidades habitacionais, beneficiando 11.621 famílias nas áreas rurais e urbanas.

Na área econômica são fortes os indicadores de que as atividades econômicas estão se aquecendo no Maranhão. Era estimada para 2011 a criação de 9.762 empresas e foram constituídas 10.880 novas empresas, 11,45% acima do esperado. Do mesmo modo, estavam previstos o protocolo de 65.800 documentos durante o ano de 2011 e o resultado foi de 74.591, ultrapassando a previsão em 13,36%.

Nesta esteira, o Estado conseguiu atrair inúmeros empreendimentos, tais como a indústria do grupo Votorantim, Refinaria Premium, OGX, Fábrica da Suzano, que somados aos outros superarão R\$ 100 bilhões de investimentos no Maranhão.

Junta-se, ainda, aos investimentos diretos do governo para implantação do TEGRAM – Terminal de Grãos, construção e reforma de berços portuários, bem como recuperação e criação de distritos industriais dos municípios de Grajaú, Balsas, São Luís, Imperatriz, Porto Franco e Bacabeira.

No intuito de dar sustentação aos investimentos descritos foram fortalecidos os programas que promovem a capacitação da população.

Destaca-se, portanto, o Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica - CT&I, o qual visa capacitar as pessoas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica, mediante o apoio, o desenvolvimento, a sistematização e a divulgação da produção científica e tecnológica.

Tabela 20 – Resultados do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica

Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado 2011	Realizado 2008-2011
Expansão de Pólos Tecnológicos	Ponto de EAD da Univima	Unidade	96	143
Difusão Científica	Trabalho publicado	Unidade	460	1667
Produção Científica e Tecnológica	Trabalho científico e/ou tecnológico concluído	Unidade	30	153

Fonte: SECTEC/MA

No âmbito da Extensão Universitária, o Programa Aula do Futuro, coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior – SECTEC, em parceria com a Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA e com a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, com o apoio logístico da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, representou uma grande oportunidade a jovens maranhenses egressos do ensino médio.

O Programa teve como objetivo contribuir com a formação de alunos do ensino médio das escolas públicas da rede estadual, com foco na melhor inserção no mercado de trabalho e melhor colocação nos vestibulares das instituições públicas de ensino superior e no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Tabela 21 – Produto alcançado pelo Programa Aula do Futuro

Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado 2011	Realizado 2008-2011
Vestibular da Cidadania	Aluno matriculado	Unidade	12.280	98.254
UEMA na Comunidade	Pessoa atendida	Unidade	14.510	66.726
Promoção de Eventos Sócio-Culturais	Evento realizado	Unidade	21	98

Fonte: SECTEC/MA

O Programa de Ensino de Graduação e Formação Superior alcançou os seguintes resultados:

Tabela 22 – Resultados do Programa de Ensino de Graduação e Formação Superior

Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado 2011	Realizado 2008-2011
Implantação de novos Cursos	Curso Implantado	Unidade	2	36
Formação de Profissionais em Nível Superior	Aluno matriculado	Unidade	32.420	120.559
Graduação de Profissionais em Nível Superior	Aluno matriculado	Unidade	47	567

Fonte: SECTEC/MA

Pela educação básica, o programa de Expansão e Melhoria, o qual promove a valorização dos profissionais da educação empossou 1.197 professores aprovados no concurso público de 2009, além de contratar 10.000 docentes, de modo a equacionar a demanda reprimida desses profissionais nas escolas.

Conforme tabela 6, os resultados obtidos foram:

Tabela 23 – Produtos obtidos pelo Programa Expansão e Melhoria do Ensino

Programa	Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado em 2011	Realizado em 2008-2011
Expansão e Melhoria do Ensino	Assistência Alimentar	aluno assistido	unidade	480.401	1.632.865
	Apoio e Desenvolvimento da Gestão Escolar	escola assistida	unidade	715	2.044
	Transporte Escolar	aluno assistido	unidade	38.229	94.666
	Apoio à Educação no Indígena	indígena matriculado	unidade	13.323	*
	Apoio à Educação no Campo	aluno matriculado	unidade	3.990	*
	Apoio à Educação Especial	aluno matriculado	unidade	857	*
	Apoio à Alfabetização	pessoa alfabetizada	unidade	692	*

Fonte: SEDUC/MA

Ressalta-se que em 2011, foram realizadas 13.323 matrículas de alunos indígenas, abrangendo 41 associações indígenas no Maranhão, assim como a matrícula de 3.990 alunos em Educação no Campo, com amplo atendimento à população rural maranhense e efetivação de 857 matrículas em Educação Especial e 692 com apoio ao analfabetismo.

Ainda como suporte ao processo de ensino-aprendizagem, há que se registrar o apoio às ações de transporte escolar beneficiando 38.229 alunos.

Na mesma linha de apoio, 480.401 alunos tiveram fornecimento de alimentação escolar, superando em 97,8% o quantitativo inicialmente programado.

No que se refere à infraestrutura, os índices alcançados pelo programa Expansão e Melhoria da Rede Física foram:

Tabela 24 - Produtos obtidos pelo Programa Expansão e Melhoria da Rede Física

Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado em 2011	Realizado em 2008-2011
Expansão e Melhoria da Infra-Estrutura Física	Ambiente construído, reformado, adaptado e/ou ampliado	unidade	411	2.668
Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Ambiente equipado	unidade	1.265	2.562

Fonte: SEDUC/MA

A Política de promoção e qualificação do trabalho foi impulsionada pelos programas de Intermediação de Mão de Obra e Qualificação Profissional, cujos resultados atingidos no quadriênio deste PPA foram:

Tabela 25 – Produtos obtidos com o Programa Qualificação e Promoção do Trabalho

Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado em 2011	Realizado em 2008/2011
Intermediação de Mão de Obra	Trabalhador colocado	unidade	4.696	40.573
Qualificação Profissional	Trabalhador qualificado	unidade	798	5.217

Fonte: SETRES/MA

No setor agrícola, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no quadriênio 2008 – 2011 assistiu 2.509 produtores rurais, capacitando-os na operacionalização dos projetos de irrigação. Os produtores ainda contaram com a distribuição de insumos básicos e implementos agrícolas que objetivaram apoiar sistemas produtivos sustentáveis nas diversas regiões do Estado. A área produtiva também contou com os programas de Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, os quais apresentaram os resultados a seguir:

Tabela 26 – Principais resultados obtidos com o Programa Arranjos Produtivos Locais

Programa	Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado em 2011	Realizado em 2008/2011
Arranjos Produtivos Locais	Inovações Tecnológicas apropriadas para aglomerados e/ou Arranjos Produtivos	aglomerado e/ou arranjo assistido tecnologicamente	unidade	1	8
Fortalecimento da Agricultura Familiar	Desenvolvimento da Irrigação	produtor assistido	unidade	424	2.509
	Distribuição de Insumos Básicos e Implementos Agrícolas	produtor beneficiado	unidade	197.590	530.252
	Apoio ao Agro-Extrativismo	extrativista apoiado	unidade	0	11
Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	Apoio ao Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pesca e Aquicultura	produção de pescado incrementado	toneladas	276	276
	Estruturação do Sistema de Informações Aquícolas e Pesqueira	cadastro no sistema	unidade	217	287

Fonte: SAGRIMA/MA

No que diz respeito à infraestrutura, logística e transporte, foram restaurados e pavimentados, entre 2009 e 2011 1.761,96 km, que somados às rodovias já pavimentadas, totalizam 4.964, 76 km, correspondente à 58,44% do total da malha estadual.

Para isso, o Governo do Estado investiu R\$1.168.638.263,00, dois quais R\$332.199.235,00 foram aplicados em 2011.

Abaixo, demonstra-se os principais produtos obtidos com o programa Logística e Transportes:

Tabela 27 - Principais resultados obtidos com o Programa Logística e Transportes

Ação	Produto	Unidade de Medida	Realizado em 2011	Realizado em 2008/2011
Construção e Restauração de Pontes	Ponte construída ou restaurada	M	21	2.051
Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	Rodovia pavimentada	Km	100	584
Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	Km	3.656	5.884
Estradas Vicinais	Estrada vicinal construída	Km	12	3.676
Construção e Restauração de Cais, Diques e Barragens	Dique/barragem construída/ ampliada/ restaurada	M²	6.171	6.192
Pavimentação e Restauração de Rodovias com Recursos da CIDE	Rodovia pavimentada	Km	10	24

Fonte: SINFRA/MA

Destaca-se, ainda, a construção do espigão costeiro e o início das obras da Via Expressa e da Avenida do Quarto Centenário, empreendimentos fundamentais para nossa capital e que representam um presente do Governo do Estado às celebrações de 400 anos de São Luís.

O turismo estadual incentivados pelos programas, Maranhão Turístico e PRODETUR, alcançou resultados efetivos tendo em vista o aumento na taxa de ocupação da rede hoteleira e de turistas recebidos, conforme indicado no quadro abaixo.

Tabela 28 – Resultados dos Programas Maranhão Turístico e PRODETUR

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	Variação % 2007/2010
Taxa de Ocupação Hoteleira	59,9 %	63,16 %	61,69 %	63,58 %	64,26%	4,26%
Nº de Turistas Recebidos	2.162.00	2.166.000	2.042.000	2.490.000	2.607.000	20,58%

Fonte: SETUR/MA

Por fim, a política de segurança pública tem reflexo positivo no Plano Plurianual - PPA, tendo em vista os resultados obtidos nos programas finalísticos e suas ações.

Citam-se as ações de Modernização e Reaparelhamento das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militar, e as ações de prevenção e intensificação da repressão qualificada, destacadas em tabela 12.

Tabela 29 - Produtos obtidos com o Programa Ampliação e Modernização do Sistema de Segurança.

Programa	Ação	Produto	Unidade de medida	Realizado em 2011	Realizado em 2008-2011
Ampliação e Modernização do Sistema de Segurança	Implantação e Modernização das unidades integradas	unidade e construída e modernizada	unidade	34	143
	Aparelhamento e Informatização de unidades	unidade equipada e integrada	unidade	160	608

Fonte: SSP

No que se refere à ação de Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades foram investidos recursos na ordem de R\$ 3,8 milhões, que representam; 03 delegacias(Balsas, Codó e Timon) e 01 torre de treinamento do Batalhão do CB-MA e 30 reformas de unidades policiais (delegacias e Institutos de Criminalística e Médico-Legal), sendo 15 na capital e 15 no interior.

Quanto ao aparelhamento e informatização de unidades, foram adquiridos 204 veículos, sendo 150 carros e 54 motos, com recursos oriundos das seguintes fontes: 135 veículos com recursos do tesouro estadual, 23 do Fundo Estadual de Segurança Pública – FESP, 26 de convênio SENASP/MJ e 53 por meio de doação do Ministério da Justiça, beneficiando as Unidades da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares.

Destaca-se ainda, a aquisição de equipamentos para o Instituto Médico Legal - IML e Instituto de Criminalística - ICRIM de São Luis, por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP/MJ, tais como: 20 maletas para local de crime, 20 câmeras digitais de alta definição, 20 paquímetros digitais profissionais; 20 medidores de

distância a laser e, em parceria com a Secretaria de Saúde, o IML de Timon recebeu doação de 03 câmaras mortuárias e 08 mesas de necropsia.

Ainda, foram adquiridos para as Polícias Cíveis e Militares, armamentos, coletes, algemas, equipamentos de comunicação, de informática e de proteção respiratória para o Corpo de Bombeiros, totalizando R\$ 6,1 milhões.

Convém destacar os investimentos em equipamentos adquiridos para a Área Operacional do Corpo de Bombeiros Militares, tais como: 03 ambulâncias; 01 ônibus; 10 reboques para bote inflável; 10 botes infláveis de salvamento; 17 motores de popa de 25 HP- 17; 04 desencarceradores.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Avenida Jerônimo de Albuquerque s/n - Calhau - Cep: 65.051-200
Palácio Henrique de La Roque - Edifício Clodomir Millet
Fone: (98) 3227-5591 / 3218-2106 - www.seplan.ma.gov.br